

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

VIEIRA, Jorge Hilário Gouvêa. Jorge Hilário Gouvêa Vieira (depoimento, 2018). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (7h 47min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Jorge Hilário Gouvêa Vieira
(depoimento, 2018)**

Rio de Janeiro

2019

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Izabel Saenger Nuñez; Paulo Augusto Franco de Alcântara;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Clara Leitão de Almeida; Izabel Saenger Nuñez; Paulo Augusto Franco ; Yasmin Curzi;

Técnico de gravação: Ninna Carneiro;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 20/02/2018 a 05/04/2018

Duração: 7h 47min

Arquivo digital - áudio: 4; Arquivo digital - vídeo: 6;

Temas: Abertura política; Advocacia; Atividade profissional; Banco Central do Brasil; Comissão parlamentar de inquérito; Companhia Vale do Rio Doce; Delfim Neto; Direito; Ditadura; Economia; Ernani Galveas; Estados Unidos da América; Família; Formação escolar; Francisco Dornelles; Governos militares (1964-1985); Infância; Instituto de Resseguros do Brasil; Magistério; Mário Henrique Simonsen; Mercado financeiro; Ministério da Fazenda; Pedro Malan; Pensamento político; Pontifícia Universidade Católica; Redemocratização; Rio de Janeiro (cidade); Senado Federal; Universidade Federal do Rio de Janeiro; Walter Moreira Salles;

Sumário

1ª Entrevista: 20 de Fevereiro 2018 Origens familiares; apresentação; infância no Rio de Janeiro; Trajetória escolar: Colégio Santo Inácio; estágio em escritório de seu pai no terceiro ano do ensino médio clássico; Origens familiares; a vida no Rio de Janeiro; visões políticas de sua família; opiniões sobre a ditadura; Avó dona-de-casa; Avô como Presidente da Bolsa; Pai advogado formado pela Federal do Rio de Janeiro; Faculdade de Direito na PUC; Início do CEPED (Centro de Estudos de Pesquisa do Direito); Ida para Berkeley; Relação com Pedro Malan; Encontro com Hans Kelsen; Trajetória profissional: retorno para o escritório; Boom da Bolsa de 1971; Lei das S.A.; Professor da PUC à convite de Joaquim Falcão; Relacionamento com José Luiz Bulhões Pedreira; escritório na Rio Branco; Governo nacionalista e abertura do mercado; opiniões sobre o governo militar; relação com Alfredo Lamy; elaboração da Lei das S.A.; valorização da CVM; Banco Central e cultura da regulação. 2ª Entrevista: 28 de Fevereiro 2018 Trajetória profissional: Conselho de Contribuintes; Sulamérica e Bradesco; Relação com Walther Moreira Salles; Estruturação da CVM com fundamentos de abertura econômica e política; “desenvolvimento” do mercado; Papel de Roberto Teixeira; Relação com Mario Henrique Simonsen; Relação da CVM com Bacen; fundação da CVM; relação com a IBMEC; relação da Bolsa do Rio; Visão sobre o mercado; visão do mercado sobre a CVM e o apelido de “xerife do mercado”; relação com o Ministério da Fazenda (Heinz Rischbieter e Mario Henrique Simonsen); relação com Delfim Netto; Estruturação da CVM: a contratação da equipe; mecanismos e desenho do funcionamento interno; atividades; inspiração na SEC norte-americana; Caso Vale; relação com Ernane Galvêas e Geraldo Langoni. 3ª Entrevista: 5 de Abril 2018 Demissão da CVM; CPI no Senado; escolha do sucessor; CVM e redemocratização do Brasil; mudança de papel da CVM; visão sobre a CVM atual; Relação com Francisco Dornelles; o Instituto de Resseguros do Brasil; Relação com Sergio Quintella.

1ª Entrevista 20.02.2018

I.N. – O gravador é como se fosse uma segurança. Se acontece alguma coisa, tem o gravador para transcrever. Está gravando? Então vou fazer o cabeçalho. Bom, hoje é dia 20 de fevereiro de 2018. Essa é a entrevista com o doutor Jorge Hilário Gouvêa Vieira, no âmbito da “História Oral da CVM” e a entrevista vai ser realizada por mim mesma, Izabel Nuñez, Paulo Augusto Franco e Nina Carneiro operando o áudio e o vídeo. Então, doutor Jorge, que foi o segundo presidente da Comissão de Valores Mobiliários, a gente começa perguntando um pouco da sua história. Onde é que o senhor nasceu, como é que foi a sua infância, sua vida nesse início de...

J.V. – Bem, naquela época, a infância demorou para burro para passar, mas eu nasci em 1943 e fui para o colégio quando eu tinha cinco anos, o primário. Depois saí no terceiro [ano] do primário para fazer o quarto primário no Santo Inácio e lá fiquei até 1960, 1961. Depois fiz vestibular para Direito e entrei para a PUC.

I.N. – O senhor nasceu aqui no Rio de Janeiro?

J.V. – Aqui no Rio de Janeiro. No colégio Santo Inácio eu fui aluno medíocre. Passava sempre raspando. Eu estudava para passar só, para a aula. No clássico, comecei a me interessar mais por história, por aspecto cultural. Fizemos uma academia no Santo Inácio em Letras e foi divertido durante um ano, dois anos, porque logo no segundo ano ginásial eu fiquei, em seguida, à época, primeira vez na vida, eu não me lembro em que matéria, não sei se foi espanhol, ou se foi... Não sei, não me lembro. Eu acho que era espanhol. Então meu pai disse que em vez de eu passar as férias flinando, porque não precisava estudar espanhol para passar, que eu devia trabalhar no escritório dele, que ele tinha um escritório de advocacia. E lá fui eu trabalhar quando eu tinha... No terceiro ano clássico. Eu fui trabalhar no escritório de advocacia. E aí já tinha uma certa predileção pelo Direito. Sempre achei que eu ia fazer Direito para seguir a carreira do pai. E foi ótimo, porque um ano, dois anos, eu já estava me achando um grande advogado. Apesar de ter que trabalhar muito, estudar muito, pesquisar muito. Não sabia nada. Então foi ótimo.

I.N. – Eu queria voltar um pouco na sua infância. Seu pai é advogado, sua mãe... Todos cariocas, ou de outra parte do Brasil?

J.V. – Todos cariocas. Todos nascidos aqui. Quer dizer, até não cariocas. Naquela época, eles nasciam mais em Petrópolis, por causa do verão, por causa da febre amarela e por causa de todas as mazelas que existiam no Rio de Janeiro. As famílias que podiam, passavam todo o verão, de dezembro a março, em Petrópolis. E meus pais, por acaso, nasceram os dois em fevereiro. Mas eles são originariamente do Rio de Janeiro. Nasceram lá por ser verão. Mas sempre a atividade econômica do meu pai foi advocacia, desde cedo. De estudante também.

I.N. – Seus avós também, doutor Jorge?

J.V. – Meus avós por parte de pai, o pai [do] meu pai era político, mas na República Velha. Depois da República Velha era secretário geral do Senado e aí ele passou a ser carcomido por todas as... Por ele ser da República Velha era muito ligado ao Pinheiro Machado e ficou sem um tostão. E a minha avó era de uma família boa do Rio, filha do Hilário de Gouveia, que era um grande médico, e neta de Joaquim Nabuco. O Hilário era casado com a filha mais velha do... Não, do Joaquim Nabuco não. Do Conselheiro Nabuco. Ela era prima-irmã... Joaquim Nabuco era irmão da minha bisavó e o Hilário de Gouveia, que era o médico mais velho, era meio-irmão mais velho de Joaquim Nabuco. Então a vida inteira tivemos um viés, vamos dizer, do Direito e da política. Isso carregou para o resto da vida. Em 1962 eu já trabalhava em escritório. O meu pai foi, quer dizer, foi um dos fundadores do BNDES e era muito ligado ao doutor Getúlio. Em 1962 ele concorreu a suplente de senador do Estado do Rio de Janeiro, não, de Petrópolis. Não, do Rio, mas do Estado do Rio. Ele mudou o título de eleitor para o Estado do Rio, porque o inimigo dele [era] o Carlos Lacerda aqui no Rio, então ele não queria ter oportunidade de votar no Carlos Lacerda. Preferia mudar de domicílio eleitoral. Foi para o Estado do Rio e aí, no estado do Rio, ele se candidatou a suplente de senador e foi, exerceu. Quando o senador efetivo pediu licença... Era o Vasconcelos Torres. E ficou até 1962 a 1970. Não quis mais saber de política, voltou à advocacia. Ele sempre continuava advogado. Mas é isto. Quer dizer, sempre teve um veio de política na minha família. E eu, quando eu comecei a trabalhar em 1961, janeiro de 1961, papai já estava um pouco afastado do escritório. Se dedicava mais à Ipiranga, em que ele era o presidente da Ipiranga de petróleo. Ele tinha muito carinho pelo escritório, mas acho, tenho a impressão de que ele desde cedo queria que eu o sucedesse no escritório.

I.N. – E seus irmãos fizeram Direito também?

J.V. – O irmão mais velho fez Direito, mas logo foi trabalhar na Ipiranga e acabou chefiando a Ipiranga até o final, até a Ipiranga ser vendida. Então ele era advogado, mas nunca exerceu a advocacia, depois eu, depois o Eduardo, meu irmão, é engenheiro. Nunca exerceu advocacia. Depois José Francisco é advogado e Antônio Alberto também. E a minha irmã mais velha se formou em Psicologia. Depois de formada fez mestrado, doutorado e hoje é dona de uma faculdade de educação para crecheiros aqui no Rio de Janeiro. Todos muito ligados ao Rio. É isso basicamente.

I.N. – E a sua mãe? O que fazia, doutor Jorge?

J.V. – Mamãe é dona de casa. Cuidava dos seis filhos com dedicação máxima. Está viva até hoje. Fez 98 anos a semana passada. Passou a vida nos protegendo. Ela é grande mãe, esteio da parte, vamos dizer, emocional da família. O pai era o esteio, vamos dizer, financeiro, mas minha mãe era o esteio emocional. E assim foi. A história da minha mãe é uma história curiosíssima, porque ela perdeu um irmão quando ela tinha quatro anos. Um desses vírus. O menino tinha sete, chamava-se Jorge. Tinha sete anos e morreu de repente. Não sei se era meningite, se era uma febre aí qualquer. E minha mãe nunca foi ao colégio. Meus avós resolveram fazê-la, para protegê-la de qualquer doença, ficar em casa, estudar em casa. Então tinha preceptora. Até hoje ela fala muito bem italiano, inglês, italiano, japonês. Japonês não. Alemão, inglês, francês. Por causa das preceptoras. Ela aprendeu tudo em casa. Não é à toa que casou com 19 anos para ver se tinha... Ela esperava um pouco de liberdade. Ela casou-se aos 19 anos, ou 18, ou 19 anos, e se dedicou a outro ambiente também fechado, que era a educação dos seus seis filhos.

I.N. – Em que bairro os senhores moravam? Morava toda a família?

J.V. – Nós começamos morando na Rua Senador Vergueiro, em frente ali à Igreja Santíssima Trindade e depois fomos para o Humaitá. A vida inteira toda a família morou no Humaitá. Meus avós, depois meu pai construiu uma casa lá e minhas irmãs, meus irmãos. Todo mundo. Então durante muito tempo todos moravam no Humaitá. Agora a grande maioria mora no Humaitá ainda, mas alguns, como eu, já saíram. Eu moro na Gávea e tem outros dois que moram em Ipanema.

P.F. – E desde o princípio me parece que sua família teve uma formação comum no pensamento jurídico. Ou seja, era uma família que já herdava um certo tipo de pensamento jurídico social. Como é que o senhor resgata isso na sua memória? As formações de seu pai, as influências.

J.V. – Meu pai tinha mais uma grande influência católica. Ele era muito católico e estudou no Centro Dom Vital, foi professor do Centro Dom Vital. Era muito ligado ao doutor Alceu Amoroso Lima. Tinha uma preocupação muito com o social. Ele gostava muito de ajudar os jovens. Eu me lembro que ele foi escrivão, diretor lá da Casa dos Expostos, que é a Fundação Romão de Mattos Duarte, Romão de Mattos Duarte, aqui no Flamengo, que era um orfanato. E a preocupação dele era dar emprego para aqueles que estavam saindo do orfanato, que tinham 15, 16, 17 anos. Naquela época não existia menor aprendiz. Não existia essa proteção. Então ele conseguia colocá-los como estafeta dos Correios. Correio era federal, mas tinha as empresas particulares na época, tinha isso e como ele era advogado dessas empresas, ele conseguia a colocação dessas pessoas. E mesmo na Ipiranga alguns egressos, vamos dizer assim, da Fundação Romão de Mattos Duarte iam trabalhar lá. Ele sempre teve essa preocupação com o social, o bem-estar... Queria desenvolver o ser humano. Sempre essa preocupação devido à ligação que ele tinha com a Igreja Católica. Mas ele era politicamente bastante conservador. Bastante conservador.

P.F. – Qual chave, qual perspectiva de conservadorismo político quando o senhor me diz que ele era conservador?

J.V. – Nada mais conservador do que Getúlio Vargas. Getúlio Vargas era um sujeito bastante conservador. Não estou nem criticando, estou caracterizando. E ele gostava muito do Getúlio, admirava muito o doutor Getúlio, mas tinha um viés meio autoritário. Não só o Getúlio, mas ele, meu pai, bastante autoritário. Apesar de ele ter muito boa relação antes de 1964 com o pessoal da esquerda, – o Partido Comunista, o Partido Socialista, do viés do PTB –, ele sabia que o campo dele não era aquele. Uma vez ele brincou com um dos comunistas. “Mas por que você ajuda tanto a esses políticos da esquerda?” “Isso é para me proteger, porque quando tiver um paredão, eu espero que eles me fuzilem e não me enforcem.” [risos] Mas ele se dava muito bem com todas as pessoas que... Ele não se dava muito bem com o Jango. O Jango, ele não gostava do Jango. Ele gostava de alguns deputados que eram amigos dele do PTB.

I.N. – O senhor lembra do nome de algum?

J.V. – Tinha o Bocaiúva Cunha, que era líder do PTB, que era muito ligado.

I.N. – Quem?

J.V. – Bocaiúva Cunha. Luís Fernando Bocaiúva Cunha. Tinha o Adão Pereira Nunes, tinha o... Ai, meu Deus. Tinha o pessoal da Bahia. Eu não me lembro mais agora.

I.N. – Só quem o senhor lembrar, as figuras mais...

J.V. – Eu não me lembro muito bem. E tinha os antigos. Não me lembro agora. Que foram exilados no Chile. Mas em 1964 papai ficou com os militares. Ele era muito ligado ao Brigadeiro Eduardo Gomes, de quem ele tinha sido consultor jurídico no Ministério da Aeronáutica. Tem uma coisa curiosa, que ele foi consultor jurídico no Ministério da Aeronáutica em 1953 a convite do Nero Moura, que era ministro da Aeronáutica e muito ligado ao Getúlio. E papai foi ser consultor jurídico. Era *part-time*, não era *full-time*¹ naquela época o consultor jurídico. Logo depois tem, em 1954, o suicídio do doutor Getúlio. Papai pediu demissão e entrou o Brigadeiro Eduardo Gomes, que era o inimigo dele, porque ele nunca votou no Eduardo Gomes. Ele votou no Getúlio. Acho que votou no Dutra e votou no Getúlio. Para grande espanto de todo mundo, o brigadeiro pediu ao papai para continuar, que precisava e tudo o mais. Papai continuou e ficaram muito ligados. O Eduardo Gomes gostou muito do trabalho do meu pai como advogado e ele conheceu o Eduardo Gomes e o admirou como pessoa. Isso em 1954. Quando veio o Juscelino, ele saiu. Ele saiu do Ministério da Aeronáutica e meio que... Eu não sei por que ele não gostava do Juscelino, mas não tinha nenhum contato com o Juscelino. Não gostava. Em 1960 nós éramos vizinhos do Juarez Távora. O Juarez Távora era candidato em 1955, que elegeu o Juscelino e nós morávamos lá no Humaitá, na Rua Cesário Alvim com o meu avô, que naquela época era presidente da Bolsa de Valores. Ary de Almeida e Silva. E naquela época a Bolsa era uma câmara fechada. Só tinha os corretores, pessoas físicas, não tinha sociedade corretora. Eram pessoas físicas, corretores de fundos públicos, que chamavam na minha época, e a sucessão era sucessão quase que hereditária. Quem indicava o seu sucessor era o próprio sucedido, vamos dizer assim, na instância sindical.

¹ As expressões da língua inglesa *part-time* e *full-time* podem ser traduzidas, respectivamente, como “horário parcial” e “horário integral”.

Então era sempre de pai para filho. Todos os corretores da época são considerados... Todo mundo espalhava “olha o preposto é o irmão, é o filho, é o isso.” Então isso foi normal até a Lei 4728, que acabou com isso. A lei já em 1965. Mas meu avô, presidente da Bolsa, e o Juarez nosso vizinho de frente. Eles se conheciam com todo o respeito. Então faltavam 10 dias para a eleição, o Juarez pede uma reunião com meu avô lá em casa. Meu avô, claro, concedeu, e papai, que conhecia o Juarez, – pouco, mas conhecia –, assistiu a reunião e eu também.

I.N. – O senhor era pequeno.

J.V. – Tinha 10 anos. Doze anos. Doze anos ali prestando atenção naquele negócio. Eu sempre gostei muito de política e aí o Juarez chamava o meu avô de doutor e o meu avô chamava ele de general. Apesar de vizinho, naquela época era tudo bastante formal. “Eu vim aqui para dizer ao senhor com antecedência que, caso eu seja reeleito presidente da República, eu devo a lealdade de dizer ao senhor que o primeiro ato que eu farei é acabar com a hereditariedade dos corretores.” [riso] Aí meu avô disse: “Pois não. Muito obrigado.” E pelo meu pai ao lado eu via contorcendo para não rir. “Ah, está ótimo. Muito obrigado. Até logo.” [riso] Aí papai caiu na gargalhada quando Juarez foi embora e perguntou ao meu avô: “Então o que o senhor vai fazer?” “Bem, eu tenho que comunicar a meus pares que ele me avisou isso e vou votar no Ademar.” [riso] Eu aprendi que a sinceridade, a lealdade e tudo o mais, muitas vezes não dá certo, porque ele perdeu alguns votos, mas o Juarez era isso. Então ele era de uma integridade incrível. Mas isso nós estamos falando em 1956. Em 1964...

P.F. – O seu avô, ele foi presidente da Bolsa até quando?

I.N. – Eu ia perguntar isso também. E pai da sua mãe.

J.V. – Pai da minha mãe. Ele foi presidente da Bolsa até mil novecentos e cinquenta e pouco.

I.N. – Pai da sua mãe, que foi presidente da Bolsa durante...

J.V. – Isso. Nós morávamos com ele e ele é corretor. Eu já estava trabalhando. Eu ganhei uns honorários pequenos, mas eu não gastava, porque eu tinha a minha mesada. Eu não gastava nada. E aí eu cheguei para ele e disse assim: “Eu queria fazer um investimento. Eu ganhei uns honorários, x, e gostaria que você, então, comprasse. Não entendo nada disso. Você compra qualquer coisa.” Eu tinha 17 anos. Aí ele disse: “Ah, está bom. Quanto é?” “Quer que eu te dê

o cheque?” “Não, não. Não precisa, não. Depois eu digo como é que vai ser.” Aí de noite eu perguntei: “E aí? comprou?” “É, comprei. Comprei umas letras do Banco do Brasil.” “Está bom. Está ótimo. Eu dou o dinheiro amanhã ou hoje?” “Não, não. Você passa lá no escritório dentro de dois dias, que o fechamento é de dois dias. De mais dois.” Deu mais dois, eu vou todo serelepe ao escritório dele ali na Praça XV, onde era o prédio. Aliás, tem o nome dele o prédio novo da Bolsa. Não sei se é o nome dele no prédio da Bolsa, ou o auditório tinha o nome dele. Não sei. Mas em todo caso, cheguei lá para fazer o cheque, para receber a cautela de alguma coisa. “Não precisa, não. Eu que te devo.” “Como que é isso?” “Não, porque eu apliquei e desapliquei. Você já ganhou x.” “Nunca mais quero saber de Bolsa de Valores. É um negócio de doido. Eu não dou dinheiro e ganho? Alguma coisa está errada. Eu não quero mais saber disso.” E nunca mais, a não ser na época da CVM, que eu me interessei pelo mercado de bolsa.

P.F. – Nunca mais passou...

J.V. – Não, achei esquisitíssimo. Quando eu tinha 17 anos, o sujeito dá uma ordem, minha ordem é liquidação, ele já vende e dá o dinheiro para você, o saldo positivo. Isso é maluquice. Eu não vou entrar nesse negócio. Não tem nenhuma lógica.

I.N. – E o seu avô falava muito? Isso era um assunto muito recorrente, sobre Bolsa?

J.V. – Não, não, não. Uma vez me convidou para ir a...

P.F. – Ele já era presidente de uma coisa estranha, então?

J.V. – E aí eu ia para a Bolsa, eu fui uma vez na Bolsa, uma berraria. Era pior que corrida de cavalo. Corrida de cavalo o sujeito ouvia, você entendia alguma coisa. Mas na Bolsa era uma berraria, a [inaudível] era uma coisa incrível. Então eu fui lá uma ou duas vezes, pequenininho, levado pelo preposto dele, e achava aquele negócio todo uma grande maluquice. Não entendia nada que se passava lá. Vocês já foram ou viram alguma vez como é que se faz um pregão de bolsa? Uma barulheira, ninguém sabe como é que se entendem, uns gestos esquisitos. Em todo o caso, nunca me atraiu a Bolsa. Depois, com o passar do tempo, bem, por que eu me interessei pelo Direito Comercial?

P.F. – Até por que, só para lembrar uma fase, o seu pai atuava em que ramo da advocacia?

I.N. – Isso que eu ia perguntar. Em qual faculdade o seu pai estudou? Qual foi a formação dele?

J.V. – Meu pai estudou na Federal do Rio de Janeiro, que eu também entrei lá. Quer dizer, nunca entrei, mas fiz vestibular para lá. É aqui no Catete.

I.N. – A Federal, que era aqui no Catete, que não era a Nacional, que virou a UERJ.

J.V. – Virou a UERJ, exatamente. Quando eu fiz vestibular já chamava-se UEG.

I.N. – Universidade do Estado da Guanabara.

J.V. – É. Mas então ele cursou lá e, naquela época, só existia ou o contencioso cível, ou o Direito Comercial, e ele era muito ligado em função dos clientes. Os clientes eram que demandavam. Então os clientes demandavam muito Direito Marítimo. Então ele fazia muito Direito Marítimo. Naquela época, transporte marítimo era muito forte, muito competitivo. Tinha os ingleses e os americanos, mais os ingleses e americanos, alguma coisa os franceses também. E ele se dedicava muito a isso, ao direito marítimo. O Direito Marítimo e também ao Direito Comercial, criação de sociedades, nada muito sofisticado. E alguma coisa de contencioso cível, mas não muito mais. O que ele fazia era muito mais a consultoria de empresa. Aspectos contábeis, tributários e comercial.

I.N. – Mas ele só tinha formação jurídica.

J.V. – Só formação jurídica. Então quando eu entrei para o escritório, em 1961, ele já estava se afastando, porque ele se dedicava bastante tempo à empresa, mas ia ao escritório, recebia alguns clientes, fazia questão que eu participasse das reuniões com os clientes e eu ainda não estava na faculdade. Comecei a faculdade só em 1962. Sessenta e um. Não, faculdade em 1962. E na faculdade, como eu achava que eu já conhecia bem advocacia, porque já trabalhava intensamente esses dois anos anteriores, eu me dei ao luxo... No primeiro ano, não. No primeiro ano era para conhecimento da faculdade, mas eu saía correndo da faculdade e ia para... Eu não tive uma vida dedicada ao campus da PUC. Eu estudava Introdução, Teoria Geral do Direito, Economia Política, aquele negócio todo, e partia correndo para o escritório, onde eu aprendia mais, estudava mais e trabalhava mais. No segundo ano, naquela época não tinha matérias eletivas. Eram todas matérias de currículo e acabou. O professor, quando era professor de mais de uma série... Comercial tinha Comercial I, II, III e IV. O professor acompanhava você, a

turma, no I, II, III e IV. As matérias do primeiro ano não ano não tinha nenhuma matéria com sequência. Todas terminavam ali. Tinha a introdução, você e o sujeito, que era eliminatória, o resto tudo você podia passar para o segundo ano. Quer dizer, podia ficar em... Como é que chamávamos isso antigamente? Ficava em... Reprovado ou tinha outro.

P.F. – Dependência?

J.V. – Dependência. Fica em dependência. Eu nunca fiquei em dependência, nunca. No segundo ano, aí começavam as matérias mais interessantes, ou as menos interessantes. [riso] Eu, como no escritório trabalhava mais com a empresa, eu tinha horror ao Direito Criminal. E depois o Direito Criminal, o primeiro professor que eu tive de Direito Penal foi o Sobral Pinto², que infelizmente, o Sobral Pinto, naquela época, já estava, vamos dizer, muito velho. Era mais moço que eu hoje em dia, [riso] mas nós achávamos ele totalmente caquético. Se vestia todo de preto, um chapéu preto, e passava as aulas lendo as cartas pedindo perdão à mulher dele porque a tinha traído. Então era uma coisa patética. Você assistia o Sobral Pinto lendo aquelas cartas. Os alunos manifestavam a sua insatisfação porque não estavam aprendendo nada e veio o professor Murta Ribeiro³ que o substituiu. Ou o Gerson, não me lembro. Mas era o outro. Então eu elegi. “Direito Penal não há a menor hipótese. Eu não vou fazer Direito Penal. O escritório não faz Direito Penal. Eu não vou assistir aula de Direito Penal, nem de Processo Penal. Nem Processo Penal, nem Direito Penal. Vou eleger só as matérias que mais me interessam, que é o Direito Civil, por causa principalmente do Direito das Obrigações e por causa de Direito Comercial.” E tive uma sorte danada, que o professor de Direito Comercial era o Alfredo Lamy. Tive uma outra sorte, coincidência, que o Lamy tinha um carro o que, naquela época, não era muito usual. Ele dava aula de 8h às 10h. Depois das 10h eram outras matérias que eu não me interessava. Então eu pedia carona. Ele tinha um escritório na Presidente Vargas, ali onde era a Light. Ele trabalhava na Light. E eu, então, pedia carona para ele e ele me dava carona depois da aula. A distância entre a PUC e a Candelária, onde eu ficava, demorava 1h, 1h e pouco de trânsito. E, para mim, era o momento perfeito para a aula. Então o que eu aprendia nas minhas caronas era muito mais do que eu aprendia nas aulas normais da PUC.

² Heráclito Fontoura Sobral Pinto, jurista brasileiro (1893-1991).

³ José Carlos Murta Ribeiro, ex-presidente do TJ-RJ.

P.F. – E tinha algum assunto específico entre vocês sobre direito comercial, que fugia um pouco à sala de aula? Algum interesse?

J.V. – Não. Nós falávamos sobre as empresas. O que acontecia nas empresas. Era matéria geral, e política e social. É tudo. Porque o Lamy era uma pessoa de um conhecimento muito grande, uma cultura vastíssima, uma experiência de vida incrível e um ótimo papo. Então eu aprendi muito da questão de vida e ele me influenciou muito depois, que eu relatarei logo em seguida. E tínhamos Direito Civil com um professor chamado Martinho Garcez Neto⁴, que depois foi presidente do tribunal daqui e que foi, naquela época... Nós fizemos greve na PUC para expulsá-lo, porque ele não ia à aula, ia pouquíssimo, não se interessava, era uma aula chatérrima e nós fizemos greve. “Esse professor não queremos. Ponha outro no lugar.” Isso aí era em 1964 ainda, em 1963. Conseguimos com a greve botá-lo para fora e colocaram como substituto dele o Zé Carlos Moreira Alves⁵, que foi o nosso paraninfo. Naquela época, ele era professor e ensinava aqui. De vez em quando ele me dava carona e parava aqui na FGV e dava alguma coisa na FGV aqui. Depois foi ministro do Supremo, um grande ministro do Supremo, muito conservador, mas foi um ministro do Supremo muito bom. Um sujeito muito bom e foi nosso paraninfo. Eu me lembro, no dia da formatura, nós fomos jantar na casa do Joaquim e ele foi. Se não me engano, o Joaquim foi o paraninfo da nossa turma.

P.F. – Professor Joaquim Falcão.

I.N. – Ele foi seu professor?

J.V. – Quem?

I.N. – O Joaquim. Ou foi seu colega?

J.V. – Meu colega. Ele é 10 dias mais velho que eu só.

I.N. – Orador da turma, então.

⁴ Ex-presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara.

⁵ José Carlos Moreira Alves, ex-ministro do STF.

J.V. – Ele foi meu orador. Não, porque o Joaquim era desses que não perdia uma aula, estudava para burro. Estava sempre lá presente, fazia questão de ser o primeiro. Muito competitivo esse Joaquim Falcão.

I.N. – O senhor o conheceu na faculdade?

J.V. – Não, o que é isso. Conheci no colégio primário, quando nós tínhamos seis anos de idade.

I.N. – No Santo Agostinho? Não, Santo Inácio.

J.V. – Não. Antes. Eu conheci no colégio, no Curso Infantil. Lá em Copacabana, na Rua Santa Leocádia, onde eu o conheci. Depois eu saí mais cedo para o Santo Inácio. Ele continuou nesse colégio e foi fazer o admissão lá. Eu fui antes, um ano antes. Depois ficamos colegas no Santo Inácio, a vida inteira e depois na PUC. Depois no pós-PUC.

I.N. – A pergunta que eu ia lhe fazer é por que o senhor escolheu a PUC? Porque o senhor falou que também passou na antiga UEG, não é?

J.V. – Porque a PUC é negócio jesuíta. Eu tinha sido Santo Inácio, a grande maioria dos meus amigos, todos do Santo Inácio, foram, sem exceção. Só um que não foi para lá, que foi o Paulo Luiz Sílvio. Foi o único. O resto todo foi para a PUC. Eu nunca pensei em não ir para a PUC, porque sei lá, Santo Inácio, jesuíta, mais perto de casa. Então voltamos aqui ao Lamy e ao civil. Civil, tudo bem, o professor, ele dava uma aula estilo coimbrã, mas era um grande professor.

I.N. – Que é o...

J.V. – O Moreira Alves. E Processo Civil tivemos também a sorte de ter o Zé Carlos Barbosa Moreira, que foi um grande desembargador aqui do Rio. Procurador do estado, depois desembargador do Estado do Rio e também em Processo Civil foi muito bom professor. Esse eu ia de vez em quando às aulas, porque ele era bom e me interessava um pouco o Processo Civil. Mas o ensino legal, tem aquela obrigatoriedade de ser legal, o Processo Penal, o Direito Penal, eu não ia. E o Lamy, a aula dele era uma aula muito boa, mas ele sabia que precisava de mais. Ele estimulava o aluno a pensar. E mais ainda nessas conversas que tínhamos na carona. Aí veio 1964. Eu estava no meio da faculdade. Estava no meio da faculdade, veio o golpe e a enxurrada de leis. E aí, para mim, foi a grande oportunidade, porque era tudo lei nova, tinha a

reforma fiscal, tinha a organização da correção monetária, tinha a criação de novos tributos e o emprego dos outros tributos, e eu ouço. Estudante, resolvo me dedicar àquilo novo. E aí começo a estudar, ver a lei e atender todos os clientes, atender os clientes de outros advogados do escritório nesse negócio. Ia todo dia no Ministério da Fazenda e comecei a fazer uma carreira mais no Tributário do que em outra coisa qualquer, por causa da correção monetária, por causa desses novos tributos. Veio o ICMS que não existia. O ICM, que não existia. Imposto sobre serviço não existia. E comecei a trabalhar nesse negócio e dar opinião. Consultavam o escritório, ligavam para mim para eu responder e fui em frente. Nessa época, muito mais Tributário, vamos dizer assim, do que Comercial. Isso eu estou falando de 1964, 1965 e aí veio 1966. Eu me formo em 1966. Me formo em 1966, já estava com trabalho no escritório, satisfeito, mas faltava alguma coisa. Eu achava que faltava alguma coisa. Não sei se era ir pros Estados Unidos. Já estava casado. Achava que faltava alguma coisa. Até que o Lamy me diz... Não sei em que circunstâncias, porque eu já tinha saído da PUC, ou estava no último da PUC, estava me formando. E ele disse: “Olha, nós estamos fazendo um curso, jovens professores, na Fundação Getulio Vargas, que é um curso experimental para advogados de empresas com cinco anos de formado e os professores é que indicam. Eu gostaria de saber se você quer ser indicado.” Eu disse: “Mas eu não tenho cinco anos de formado.” Ele disse: “Não tem importância, porque pelo o que eu te conheço, e você trabalha há muito tempo no escritório e tudo o mais, você vai seguir tranquilamente o curso sem problema.” Aí eu fui fazer. Aí tudo bem, me inscrevi e tudo o mais e O CEPED⁶ então... Eu escrevi um artigo alguns anos atrás sobre a minha experiência no CEPED, o que o CEPED fez para a minha vida, mas fez uma coisa... Primeiro, me encantou.

P.F. – O senhor fala para gente a sigla.

J.V. – CEPED: Centro de Estudos de Pesquisa do Direito. É aqui o CEPED. Centro de Estudos e Pesquisa para o Ensino do Direito. Esse curso foi fundamental para a minha vida futura e negócio de CVM. Por quê? Porque me deu um espírito crítico sobre o sistema judiciário que eu não tinha. Me deu uma segurança muito maior na minha prática advocatícia do que antes. Por quê? Porque eu, como qualquer aluno de Direito da época era obrigado a responder sempre a coisa certa. Se você tivesse dúvida, você não era reconhecido. Você tinha que dar a resposta.

⁶ Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino de Direito da UERJ.

Porque esse é o sistema de ensino. Você tem que decorar e dizer. Alguns professores deixavam você consultar o código, mas a grande maioria não. Você tinha que saber o código de cor e a resposta também de cor e aí se você respondesse errado. Respondesse errado, isto é, de uma maneira diferente daquilo que o professor esperava. Ninguém era reprovado, porque o sistema era não reprovar ninguém. Mas você não recebia uma nota condigna. No CEPED eu aprendi primeiro que você tem dúvida, que a dúvida construtiva é importante para saber a verdade, que ninguém é obrigado a saber a verdade, o que está na lei. Você tem que pensar. Isso me ajudou muito no escritório, porque antigamente o sujeito, naquela época eu era pequeno, eu era menino, eu achava que o cliente perguntando, você tinha que imediatamente dar a resposta, feito médico. “Você está com dor de cabeça, toma isso.” E eu achava que o advogado era isto. Então eu preferia mil vezes que o cliente me consultasse por escrito, porque me dava tempo para estudar, do que ele me perguntar, porque se ele me perguntasse, eu me achava na obrigação de responder, porque se não, não passava. Então eu aprendi que no Direito não existe nenhuma certeza absoluta e que você pode dizer: “Eu vou estudar, eu vou examinar. Não sei.” Posso dizer, como você quiser, “não sei”. Claro, pode ser que os outros que tivessem cinco anos de formado não achassem isto, mas o fato é que eu não tinha cinco anos de formado, não tinha nem um ano de formado, e estava habituado, na questão do escritório, a ter que responder sempre de forma correta. Isso me deu um alívio muito grande.

P.F. – Essa perspectiva crítica que o senhor começou a construir no CEPED. Uma crítica ao ensino jurídico, de certa forma, e ao direito como ele é operado.

I.N. – Eu queria lhe perguntar também quem eram os seus professores e seus colegas no CEPED.

J.V. – Os professores ou os alunos?

I.N. – Os dois. Quem eram as pessoas importantes. Os seus professores no CEPED e os seus colegas. Quem eram eles?

J.V. – Os professores do CEPED... O Lamy certamente liderava. Tinha o Carlos Augusto Vieira Lobo, que é um... Está vivo até hoje, graças a Deus. Advogado muito bom, que depois me ajudou muito na CVM. Tem o Carlos Leoni Rodrigues Siqueira, que tratava de Direito Tributário; o Gabriel Lacerda, que tratava de Direito... Capital estrangeiro.

I.N. - E o seu pai que tinha problema com o Lacerda, não era isso?

J.V. – Não, mas o melhor amigo meu era o filho do Carlos Lacerda. Naquela época mesmo. Mas ele tolerava. Depois eu fui advogado do Carlos Lacerda e papai ia à loucura. [risos] Mas em todo o caso, o Gabriel... Não é por causa disso que eu estou rindo não. O Gabriel é muito meu amigo. É dois anos mais velho que eu na faculdade, ou três, e convivíamos muito profissionalmente. Mesmo nessa época do... E o Gabriel voltou dos Estados Unidos e foi dar uma aula lá. Acho que foi antes. Não me lembro. Ele estava imbuído na perspectiva, no método maiêutico, que é o método socrático. De fazer a pergunta e deixar o aluno construir. Ele fez uma pergunta e eu respondi à pergunta que dava solução e não dava mais para ele construir nada, porque já estava dada. Foi a primeira pergunta que ele deu na aula. “O Jorge Hilário respondeu, acabou a aula. Não tem mais o que dizer.” [riso] O método maiêutico falhou. Eu me lembro como se fosse hoje. Depois ele deve ter, como sempre, com a sua criatividade, inventado outro assunto. Mas esse era o núcleo grande empresa. Tinha a Grande Empresa e a Média Empresa. E tinha a Economia. A Economia, primeiro as aulas do Mário Simonsen, depois tem o Jeferson, o Augusto Jeferson de Lemos, que era da parte de economia, e tinha mais quem? Contabilidade eu não me lembro, mas tinha alguém que dava Contabilidade, que era muito bom. E depois tinha Média Empresa. E a Média Empresa era o pessoal do Arnaldo Wald⁷ e [inaudível]. Mas isso eu não frequentava.

I.N. – Mas não era obrigatório, então, o senhor fazer média empresa.

J.V. – Não, não. Era um experimento. “Vamos aprender.” Mas o Wald não fazia o método socrático, não fazia o método. Distribuía materiais, materiais, materiais. Sempre sobre correção monetária. Antigamente tinha correção monetária. Claro que correção monetária estava sendo implantada naquela época, mas eu não gostava das aulas. Era uma aula estilo faculdade. Não permitia diálogo nenhum. Ele parecia mais interessado em cumprir o conteúdo programático que outra coisa qualquer. Mas como era experimental, não era obrigatória a presença. Os alunos iam se quisessem e claro que eu ia a todas as aulas, menos Média Empresa e algumas. Depois eu vi que... Não ia mais. E aí terminou o...

P.F. – Em paralelo o senhor atuava no escritório de advocacia.

⁷ Advogado, professor da UERJ. Presidente da CVM de 1988-1989.

J.V. – Continuava trabalhando de tarde. Começava às 8h e terminava meio-dia aqui na FGV. E aí continuava aquela insegurança minha de não ter ninguém que me dissesse se foi bem, ou se foi mal. Na Prática de Empresa o Lamy era o responsável, ele pediu *papers* aos alunos. Naquela época, tinha acabado de sair a 4728, a Mercado de Capitais.⁸ Tinha um ano. E aí os *papers*, para mim, foram sobre capital autorizado e eu já estava mais envolvido no escritório. Naquela época, 1968, já estava começando o *boom* da Bolsa, então já tinha problema de mercado de capitais. Eu já estava mais envolvido na questão do Direito Comercial, mas ligado ao mercado de ações.

I.N. – Tinha saído do Tributário.

J.V. – Continuava no Tributário, mas estava mais namorando, vamos dizer assim, o mercado de capitais.

I.N. – O senhor lembra de já ter alguma leitura sobre o mercado de capitais naquela época? Alguma síntese que o senhor já conseguia fazer?

J.V. – Não, que tinha muita coisa nova. Então no CEPED eu tive oportunidade de estudar sistematicamente, que no escritório você não estuda sistematicamente. No escritório você estuda aquele caso sem ver mais, vamos dizer, o sistema. No CEPED não. Você tinha obrigação de fazer a pesquisa doutrinária mais abrangente.

P.F. – Era um período interessante. Costa e Silva na presidência...

J.V. – Não era o Costa e Silva, era Castelo. O Castelo saiu em 1966.

P.F. – Aí 1968 Costa e Silva.

J.V. – Sessenta e oito Costa e Silva.

P.F. – Isso. Delfim Netto⁹ na Fazenda.

J.V. – Mas eu fui em 1967 para a CEPED. Eu me formei em 1966, em 1967 eu faço o CEPED. Em 1967 ainda era, se não me engano, o Castelo. E o Bulhões Pedreira, naquela época não

⁸Lei 4.728/1965, antiga Lei do Mercado de Capitais.

⁹ Antônio Delfim Netto.

conhecia bem o Bulhões Pedreira¹⁰, é que fez a 4728 e a 4595¹¹. Todas essas legislações de Campos, o Bulhões... De Campos e Otávio Bulhões, o Zé Luiz Bulhões Pedreira assessorou. Ainda não conhecia o Zé Luiz, que foi outra grande influência na minha vida e também ao chegar na CVM. O que acontece na época? Começa-se a estudar essas mudanças legislativas e dão para o Lamy dar para o meu grupo estudar a sociedade de capital autorizado. E aí para estudar isso você começa a ter que ter um melhor conhecimento de sociedades anônimas. E aí apresenta-se os projetos e para grande espanto meu, o Lamy, na aula, examina *paper* por *paper* e elogia todo mundo. “Diabo, eu pensei que pelo menos quando você fizesse o *paper* daria para saber eu fui bem ou fui mal. Continuo nem saber. Não sei se fui na PUC bem, não sei se fui no CEPED bem, então continua a incógnita de minha insegurança. Se eu estou aprendendo, se eu estou fazendo certo, o que é?” Aí surge, um belo dia, não me lembro quem vai para a frente nos últimos dias, os setores do CEPED, avisam que não vai ter prova, porque é experimental, não pode. Ninguém pode ser culpado por uma má nota, porque é experimental. Os professores não... Só tinha o Lamy.

I.N. – Era nesse prédio aqui mesmo.

J.V. – Era nesse prédio, 11º andar. “Bem, nós temos seis bolsas de estudo concedidas pela Fundação Ford e pela USAid para aqueles que quiserem ir. Quem quiser.” Como todos já tinham, a grande maioria dos presentes já tinha emprego. Já tinham emprego não. Tinha os que tinham emprego público e tinha os que não tinham emprego público, mas tinham escritório de advocacia, que não podia se dar ao luxo de sair. Eu pensei: “Bom, então eu vou entrar nessa lista, eu vou pedir muito mais para saber se eu fui bem ou não. Porque se eu fui mal, eles não me aceitam. Se eu fui bem, eles me aceitam. Eu não vou para os Estados Unidos porque eu não tenho mais...” Já tinha um filho e minha mulher já estava esperando o segundo filho. “Não vou, não vou. É muito sacrifício. E no escritório estou indo bem. Não devo ir. E tem mais. O que eu vou aprender lá no sistema americano, que é parecido com o nosso?” E me inscrevi para ver a avaliação. E se não quando, fui aceito. “Para que universidade você quer ir?” Eu disse: “Eu vou para uma universidade que não seja [uma d]as tradicionais.” Já era um negócio pessoal que eu achava que eu não era digno de entrar para uma Harvard, uma Yale. “Eu quero uma da Costa Oeste, Califórnia. Tinha um professor aqui de Harvard, o Henry Steiner, de vez em quando ele

¹⁰ José Luiz Bulhões Pedreira.

¹¹ Lei 4.595/1964, cria o Conselho Monetário Nacional.

vinha aí. Ele estava aqui no CEPED. Ele era responsável pelo CEPED nas pesquisas. Tinha me convidado, inclusive, para fazer uma pesquisa aqui. Aqui com ele, aqui no CEPED. E tinha outra coisa. Eu me achava na obrigação de ter feito CEPED... Nós não pagamos nada. Era tudo gratuito. E eu achava que tínhamos um... Eu tinha um dever de retribuir isto. E o Steiner me convidou para fazer pesquisa aqui com ele, maravilha, enquanto eu aguardava minha *application* lá para os Estados Unidos. E ele que me orientou que eu podia ir para Stanford ou para Berkeley. Em Stanford dois anos, – eu não podia passar dois anos lá –, em Berkeley era um ano. Aí teve um embate, porque a bolsa era US\$300 e eu precisava, no mínimo, de mais US\$300. Então foi difícil. Para você ter uma ideia de preço, o aluguel do apartamento de três quartos, naquela época, era US\$100, US\$150 lá na Califórnia. Então US\$300, US\$400 dava uma certa dificuldade, mas daria. Mas eu consegui. Meu pai não queria que eu fosse, não me deu nenhuma ajuda, mas eu tive um irmão, esse irmão que estava lá na Ipiranga, e me ajudou me dando, se não me engano, US\$200 por mês.

P.F. – Seu pai não te estimulou porque queria que você continuasse no escritório.

J.V. – Que eu ficasse no escritório, que era bobagem eu ir para os Estados Unidos. E aí quando mais diziam isso, para não [ir], eu mais vou para lá. Chegando lá... O Lamy tinha dúvidas.

I.N. – Não sabia se o senhor deveria ir ou não. O que ele dizia?

J.V. – Ele tinha essa questão do Direito americano, que não tinha muito a ver conosco. Ele é um fã do Direito continental, do Direito francês e italiano, Comercial. Mas não foi contra.

I.N. – Mas as opções eram só para os Estados Unidos, porque era Ford Foundation.

J.V. – Ford Foundation e USAid. E aí, então...

I.N. – Mas o que ele dizia?

J.V. – Não quis se comprometer. Ele não quis se comprometer dizendo. Um que foi muito contra eu ir, pelo menos naquele ano, foi o Leoni. Ele era um pouco mais velho que eu, mas ele não queria.

I.N. – O senhor está falando já da ida para os Estados Unidos e aí eu fiquei com aquela pergunta: quem eram os seus colegas? Tanto no CEPED quanto na PUC.

J.V. – Ah, meus colegas. Tinha o Eduardo Seabra Fagundes, o Álvaro Pessoa, o Gustavo Leite, que foi juiz, depois fez o concurso para juiz. Depois Humberto Manes, que fez concurso para juiz junto com o Gustavo e depois foi presidente do Tribunal de Justiça aqui no Rio. Humberto Manes. Teve o Paulo Fernandes de Sá, que já morreu, que era do Banco Central.

I.N. – Eram só homens?

J.V. – Não, mulher tinha a Dora Carvalho, que morreu no ano passado. Que eu me lembre, mulher é só uma. O Dornelles passou seis meses, antes de ir para França. Quem mais? O José Carlos Osório.

I.N. – Quem eram seus maiores amigos?

J.V. – Eduardo Seabra Fagundes. Ah, tem o Zé Luís Silva, Luís Antônio Gomes Silva.

I.N. – Eram seus amigos.

J.V. – É, foi meu colega da PUC também. O Álvaro Pessoa também muito meu amigo.

I.N. – Todos viraram advogados hoje?

J.V. – Não, todos eram advogados. Todos formados e mais velhos que eu.

I.N. – Alguns que viraram juízes, mas a grande maioria, continua na advocacia.

J.V. – Advogados, advogados. Ah, tem o Rubens Torres também. Rubens Torres, que foi para Yale.

I.N. – E na PUC teve algum colega marcante?

J.V. – Amigos tive Joaquim, teve o Sebastião Lacerda.

I.N. – Que é o filho do Lacerda.

J.V. – Bem, tem os exóticos. Marcos Vale, que abandonou no segundo ano; o Edu Lobo acho que abandonou no último. Esses eram os músicos.

I.N. – Os músicos. E o ambiente da PUC era um ambiente diferente das outras faculdades de direito, não é? Como é que era estudar na PUC?

J.V. – Eu não sei como eram os outros, mas era uma turma pequena. Era uma turma pequena, que... Para mim, eu só tinha relação com eles durante a aula, que era pequena, ou no sábado para beber chope. A gente tinha aula no sábado, depois nós íamos tomar chope lá em Copacabana. Aí tudo bem. Mas não tinha, eu não era muito ligado a... Quer dizer, fiquei, tem um que não foi do CEPED, mas foi da PUC, também foi presidente do tribunal, foi o Zé Carlos Murta Ribeiro. A turma da PUC até hoje se reúne, mas como advogados mesmo tem o Valmar Paes, que eu acho que advoga até hoje. Na PUC, não é? E tem também outro colega, que tem um escritório de advocacia interessante. Mas voltando à questão da...

I.N. – E os Estados Unidos, não é?

J.V. – Os Estados Unidos.

P.F. – Berkeley. Vamos falar um pouquinho sobre a sua...

I.N. – O senhor estava em Berkeley quando teve o *boom* das ações.

J.V. – Eu saí daqui, foi muito curioso, porque eu saí daqui pouco tempo depois da Marcha dos 100 mil. Marcha dos 100 mil vocês sabem o que foi isso, não é?

I.N. – Sim, claro.

J.V. – Então eu até saí de uma reunião aqui no centro da cidade e estava começando a juntar as pessoas para a Marcha dos 100 mil. E eu fui andando para o Municipal. Minha reunião ali em cima do...

I.N. – O senhor tinha 25 anos.

J.V. – Não. Eu tinha vinte... Em 1964?

I.N. – Sessenta e oito.

J.V. – Vinte e cinco, não é? Não, 24. Bem, eu estava em uma reunião, desço ali na Cinelândia e vejo aqui na Treze de Maio, ali ao lado do Municipal, uma turma já com cartazes. Vou

caminhando. Eu não sabia se eu ia caminhar, ou se eu ia para o escritório. Estava em dúvida. Aí vou ali pela Treze de Maio, no caminho do escritório. Meu escritório era no final da Rio Branco, perto da Candelária, e encontro alguns amigos. Aí fico lá conversando com os amigos. Aí de repente um deles vira para mim e diz assim: “Você está vendo essa faixa aqui em cima?” Aí olhei para faixa lá: “Artistas e intelectuais.” Não, “jornalistas, artistas e intelectuais.” Eu disse: “Estou.” “Então você não pode ficar aqui. Você é artista?” “Não.” Eu sou intelectual? Não. Sou jornalista? Não. “Então está bom.” Aí fui-me embora. Anos depois, anos depois eu conto essa história para essa pessoa, ele nega. “Imagine se eu ia dizer um negócio desse.” [risos] E é uma pessoa que eu conheço muito. Agora, coitado, está até com Alzheimer. Eu saí de lá, nunca vi demonstrações elitistas, e fui andando para o escritório.

I.N. – Demonstração elitista era...

J.V. – Claro, me expulsam. Eu sou elite. Eu ainda não sou intelectual, não sou mais estudante, então o que eu vou fazer lá? Se me expulsaram, eu fui para o escritório. Aconteceu o que aconteceu, nos 100 mil, a pancadaria toda. Eu saio de lá e vou uma semana depois para Berkeley. Para quem recebia bolsa da USAid tinha que passar em Washington, fazer um treinamento e tudo o mais, conhecimento dos Estados Unidos. Tudo bem. Não me lembro nada do que aconteceu lá em Washington, não me marcou em nada. Mas fui para Berkeley. Eu não conhecia Berkeley. Não conhecia nada, não sabia o que me esperava. Fico em um hotel esperando encontrar a casa para alugar e tudo o mais. Eu fui sozinho. Minha mulher e meus filhos ficaram aqui.

I.N. – Iriam depois.

J.V. – Iam depois. Um nasceria depois e iria depois. Eu cheguei lá em julho ou agosto. O meu filho nasceu em setembro, eles foram em outubro. E aí chegando lá, hotel e tudo o mais, e resolvi perguntar onde era o campus. “Ah, você vai por aqui e tudo o mais.” Era um domingo, a cidade totalmente vazia e eu vou lá para o campus. Quando chego no campus, na Sproul Plaza, que é a praça principal do campus, tinha uma demonstração, um comício em homenagem ao Che Guevara. Eu tinha saído do Brasil com faixas “abaixo o MEC-USAid”, “abaixo os Estados Unidos”, “abaixo os americanos” e tudo o mais. Aí eu chego lá no meio da cultura americana, como assim? “O pessoal está lá dizendo que os americanos são imperialistas. Estão aqui defendendo o Che Guevara em um comício. Estou ficando maluco. Que diabo que está acontecendo?” Aí tudo bem, foi o meu primeiro choque a respeito do assunto. Estamos falando

de 1968. Agosto de 1968. Aí vou fazer a matrícula. A matrícula já estava feita. Fui escolher, saber quem era meu *advisor*¹², quais as matérias que eu tinha que seguir e escolhi logo *Corporate Law*¹³, porque óbvio que era mais semelhante com o Brasil, eram campos de interesse; e o resto um pouco de Direito Administrativo também por causa do meu interesse pela intervenção do domínio econômico. Mas fiz questão de não fazer nenhuma matéria que pudesse ser totalmente antagônica ao sistema brasileiro, que é o *Tax Law*¹⁴, não adianta. Não fiz *Torts*, porque não me interessava. Fiz Direito Administrativo porque podia ser que tivesse alguma coisa e fiz muitas carreiras eletivas, matérias eletivas baseadas mais... Naquela época não existia ainda Direito do *Environment*¹⁵, mas que tinham alguma uma coisa a ver com social, para ver como era o método, aquela experiência meio desagradável, que eu cheguei para o meu *advisor*. Perguntou o que eu queria, eu disse: “Eu só quero ter aulas com os melhores professores. Eu quero abrir meus horizontes. Não me interessa qual é a matéria. Me interessa é o raciocínio.” “Então está ótimo. O melhor professor, o mais inteligente, o mais capaz é o inglês que tem um seminário muito fechado, só para 10 pessoas, mas você pode ir lá. Eu vou falar com ele que você é um aluno muito bem recomendado pelo Steiner e vê lá se você gosta.” “Mas qual é a matéria?” “A matéria é Direito Comparado.” “Ah, é? Entre o que?” “Entre o direito Talmúdico e o Direito Canônico.” Eu disse: “Como é que é?” “Direito Talmúdico, direito Canônico.” “Está bom. Vou lá.” Antes de começar o seminário, vou na secretária do professor e... “Eu não recebi material. Onde é que eu peço material para o seminário?” “Material está em cima da mesa.” “Está bom.” Cheguei lá, o material eram duas bíblias. Uma bíblia da bíblia e o outro de Direito Talmúdico. Aí eu já achei aquele negócio esquisito. Abri aquilo lá, era uma bíblia normal. De Direito Talmúdico nem entendia nada, mas tentei entender versículos também lá, que é a bíblia antiga. Aí começou o seminário. Ele disse uma frase, que eu não me lembro o que ele disse, e aí os caras começaram a dizer: “Versículo tal.” E sabiam de cor a bíblia. Eu nunca tinha lido a bíblia na vida. Eu não tinha a menor ideia como é que se fazia, qual era o versículo, o que é isso. Passei uma hora naquele sofrimento, parecia pingue-pongue, assistindo partida de pingue-pongue, parti e nunca mais fui para lá. Nem me inscrevi e saí. [riso] Mas contei ao Henry Steiner o que tinha acontecido. Claro que isso foi objeto, – ele

¹² Expressão da língua inglesa que pode ser aqui traduzida como “orientador”.

¹³ Direito Comercial.

¹⁴ Direito Tributário.

¹⁵ Direito Ambiental.

estava aqui no Brasil ainda –, de muita risada no pessoal do CEPED, de saber que eu estava interessado no Direito Comparado entre Talmúdico e Canônico.

I.N. – Mas quais eram as disciplinas interessantes? O que foi mais interessante?

J.V. – Eu gostei muito do seminário sobre responsabilidade social.

I.N. – Que foi diferente das coisas que o senhor viu no Brasil?

J.V. – No Brasil não tinha nada. E o mais fantástico era a possibilidade de você ir para outros departamentos e os seminários que tinham fora, as palestras que tinham fora. E os alunos muito interessados, muito curiosos em tudo. E aí teve a questão do movimento estudantil, que eu peguei de cheio em 1968 e 1969. Eu estou achando engraçado agora. Esse ano faz 50 anos. Cinquenta anos? Então os jornais todos de televisão estão repetindo os eventos de 50 anos atrás e que eu sou testemunha viva de que a Angela Davis está fazendo alguma coisa e... Angela Davis era a musa do movimento estudantil *black power*. Era muito bonita, forte. Era muito expressiva. E nossa cultura, os padres, meus conhecidos jesuítas, eram os chamados padres de passeata em 1968. Todos eles eram meus amigos, porque foram meus professores e participaram da Passeata dos Cem Mil e foram apelidados pela imprensa de... Mas eles eram recatados. Iam de batina. De repente, lá em Berkeley, eu vi padres com as batinas arregaçadas, dançando, fumando maconha, puxando fumo no meio daquela confusão. Mas que diabo! Era uma loucura. Era uma loucura. Os *hippies*, para nós aqui, no Brasil, foi um choque ver aquele negócio. Para compreender não foi fácil. Eu tinha colegas da internacional que eram franceses, que tinham passado por isso em 1968, em maio de 1968, e nós estávamos em outubro, novembro de 1968. Eles: “Não é nada parecido. É um outro mundo o que está se passando aqui nos Estados Unidos.” É claro que existia uma diferença, que na França era uma insatisfação com o *establishment*. Então era uma insatisfação que ninguém sabia contra quem e a economia francesa estava bem, a educação estava bem, estava tudo ótimo, mas os estudantes estavam insatisfeitos. Com o que ninguém sabe. Por isso que não deu em nada. Eles fizeram toda aquela bagunça e, de repente, tudo acabou. Parece aqueles movimentos de três anos atrás, que de repente acaba. Mas nos Estados Unidos, não. Nos Estados Unidos você tinha a guerra do Vietnã, então você tinha uma juventude toda... Eu queria morrer, não queria ir para lá. Então fazia o possível e o impossível para demonstrar sua insatisfação e a demonstração só terminou quando terminou a guerra. Então eles tinham um objetivo. Então era muito mais consistente, era muito mais violento, era muito mais motivado, vamos dizer assim. Sustentável.

P.F. – Tinha um alvo específico, uma questão.

J.V. – Algo específico. Mas nós estrangeiros, que não estávamos envolvidos no *draft*¹⁶, não entendíamos muito bem isso.

I.N. – O senhor e os seus colegas brasileiros, que estavam lá?

J.V. – Não tinha brasileiro nenhum. O único brasileiro que tinha, mas eu não encontrei com ele, era o Pedro Malan¹⁷, que trabalhou mesmo... Economia. E o Calab parece que também, mas eu só soube deles depois de eu ter saído de lá.

I.N. – Lá o senhor tinha amigos de outros lugares do mundo.

J.V. – Eu só tinha do outro lado do mundo. Poucos americanos, muitos alemães, franceses, indianos.

I.N. – O senhor fez algum grande amigo lá, que ficou seu amigo até hoje?

J.V. – Fiz, mas depois... Cinquenta anos ninguém sustenta. Tive alguns, mas depois nunca mais. Tive algum contato, um francês veio para cá, mas depois nunca mais.

I.N. – E como que o senhor via o Brasil estando lá nesse momento? O momento do *boom* das ações...

J.V. – Isso foi depois. Nós estamos ainda em 1968, 1969.

P.F. – Começou ali um pouco, mas só foi deflagrar depois.

J.V. – Entrou o milagre em 1968, em 1972 seria o final do milagre, o resultado do milagre. Mas em 1968 ainda estamos nos Estados Unidos e uma das minhas experiências fascinantes foi encontrar Hans Kelsen.¹⁸

P.F. – Porque tem uma coisa interessante que o senhor falou, é que apesar da sua formação ter sido estabelecida ali em Berkeley, o senhor também circulou um pouco por outros... E aí tem Kelsen...

J.V. – O Kelsen foi lá mesmo.

P.F. – No próprio Berkeley.

J.V. – Como é que foi de Kelsen? Claro que não há brasileiro que estude Direito e que, no primeiro ano de Introdução às Ciências do Direito, não esbarre em Kelsen. Toda a estrutura do sistema judiciário, sistema social e tudo o mais, bem firme na sua estrutura de poder. Você aprende aquilo no primeiro ano. Todo mundo fica dizendo: “Kelsen diz isso, Kelsen diz aquilo...” Em 1968... Eu aprendi em 1962 achando que o Kelsen fosse da mesma idade dos

¹⁶ Expressão da língua inglesa que pode ser traduzida como “rascunho”.

¹⁷ Engenheiro e economista, fez doutorado em Berkeley e foi professor da PUC-Rio, arquiteto do Plano Real e Ministro da Fazenda do Governo FHC.

¹⁸ Jurista e filósofo austríaco (1881-1973).

outros grandes pensadores alemães, ou austríacos, europeus, ou mesmo italianos. Então, para mim, ele já estava morto há muito tempo. E chegando lá, um dia, um belo dia, eu estou no corredor com um amigo meu indiano, e vejo lá o anúncio: “Moot Court, não sei o que, no dia tal, professor Hans Kelsen. Professor Kelsen vai dar uma palestra.” Aí eu disse: “Não, não é o Hans Kelsen da teoria pura.” Ele disse: “Não, não pode ser. Pode ser, pode não ser. A única maneira é nós irmos à palestra para ver.” Então fomos à palestra dois dias depois. Falou lá um pouquinho, pequenininho. Não disse nada de interessante. Só parecia uma figura... “Só pode ser ele, porque não disse nada.” Aí me aproximei dele, me apresentei. “Eu sou brasileiro, sou estudante aqui. Muito prazer em conhecê-lo.” “Ah, brasileiro? Eu sou *honoris causa* em não sei aonde.” E começou a falar uma porção de universidades no Brasil que ele era...” Então é o próprio.” Aí eu disse: “Olha, eu gostaria de ter oportunidade de conversar com o senhor.” “Ah, com muito prazer. Vai lá em casa.” E deu o endereço da casa dele e duas, ou três, ou quatro vezes eu fui à casa em um sábado. Ele ficava me esperando na porta. E a conversa era ótima. Não sobre Direito, porque ele se recusava. Ele devia ter os seus 78 anos. Se recusava a falar sobre as obras dele, mas falava muito sobre a vida. Ele me contava histórias. Perguntei se ele conheceu Freud, ele disse que sim. Eu disse: “Que tal Freud?” “É muito bom em diagnóstico, mas péssimo em terapia.” [risos] E contou a história da vida dele, do irmão dele, que era católico, que ficou brigado não sei quanto tempo. E eu pasmo. Quer dizer, só era interessante porque era Kelsen. Porque de substância não tem nada. Mas para mim era uma sensação fantástica de estar convivendo, vendo uma figura tão lendária para nós. E aí, um belo dia, eu recebo, eu soube que ia ter uma conferência sobre ensino de Direito em Miami. Em Miami não. Sei lá, um lugar lá.

I.N. – Já era LSA? A *Law and Society*, ou não? Essa do ensino do direito, era *Social Legal Studies*? Essa fase de...

J.V. – Não me lembro, não me lembro. Mas era alguma coisa... Sei lá, não me lembro. Sobre ensino de direito, não sei se era em Miami, ou em St. Louis. Não sei. O fato é que eu soube daquilo, acho que um amigo meu qualquer, colega de faculdade me chamou atenção. Eu disse: “Olha, eu vou. Eu vou pedir dinheiro para viajar.” Aí pedi. Não sei se foi à Ford ou à Aid. Aid era a agência do governo americano para ajuda do ensino em geral no Brasil, que era a crítica maior dos estudantes contra o acordo MEC-USAid. Eu não fui por causa do acordo MEC-USAid, mas fui por causa da ajuda da bolsa do Aid. Não foi nada a ver com o MEC. E aí eles aceitaram me pagar, eu fui e, chegando lá, eu encontrei o David Trubek, que tinha sido

professor aqui do CEPED, um dos fundadores do CEPED, o maior entusiasta em *Law and Development*. Fiquei conversando com ele e ele gostou da minha conversa. Minha experiência nos Estados Unidos, o que eu pretendia fazer no futuro. Ele gostou muito e me convidou. Quer dizer, voltei para a banca, ele me convidou para ir passar alguns dias em Yale, em um seminário que iria ter sobre desenvolvimento, que queria meu testemunho e tudo o mais. E eu, que nunca tinha ido a Yale, achei ótimo. Fiquei lá, hospedado lá no campus, participei do seminário, e nesse dia ele me disse: “Olha, eu estou indo para o Brasil para fazer uma pesquisa sobre Direito e desenvolvimento, o impacto da lei do desenvolvimento econômico e eu queria saber se você estaria disposto a me ajudar nessa pesquisa.” Aí eu disse: “Tudo bem, mas que tipo de pesquisa?” “Pesquisa doutrinária, de campo, sobre o impacto da lei de desenvolvimento econômico, e estava pensando em fazer sobre o BNH e o impacto do BNH no desenvolvimento do governo brasileiro.” Quer dizer, habitação. Aí eu disse: “Bem, eu posso ajudar, mas eu ficaria mais confortável se nós fizéssemos alguma coisa com mercado de capitais. O governo está fazendo muitos incentivos fiscais para o mercado e vamos ver como esse incentivo fiscal impacta o desenvolvimento econômico.” Ele achou boa ideia, eu voltei para o Brasil para trabalhar com ele nessa pesquisa. Continuando no escritório, mas *part-time* com essa pesquisa. Ele chamou também um colega do CEPED, o Paulo Sá, que era advogado do Banco Central, que poderia nos ajudar na coleta de material do Banco Central sobre o assunto que nós estávamos pesquisando.

I.N. – Que era mercado de capitais.

J.V. – O mercado de capitais e incentivos fiscais. Qual era o impacto do incentivo no mercado de capitais. Aí foi feita essa pesquisa. Nós redigimos a parte, vamos dizer assim, mais prática das leis no Brasil e ele escreveu mais sobre a parte teórica, econômica e social. Isso foi de junho a agosto ou setembro e o *boom* estava acontecendo, o *boom* da Bolsa. E no escritório eu trabalhando com o *boom* da Bolsa.

I.N. – Uma pergunta. O senhor voltou para isso, ou era de um ano a sua bolsa?

J.V. – Era de um ano. Era de um ano.

I.N. – Já estava programada a sua volta e aí juntou...

J.V. – Juntou isso. E aí, nessa volta, eu voltei para o escritório e me dedicava muito. A pesquisa era aqui e depois ele ficou hospedado lá em casa, o que também ajudou bastante no desenvolvimento da pesquisa. Terminado isto, se não me engano, terminou em 1969. O livro só saiu em 1970, 1971. Acho que aí já tinha tido o *boom* e aí ajudou a vender um pouco. Apesar

de não ter nada a ver com o *boom*, o incentivo fiscal ajudou um pouco. Mas eu fiquei muito ligado a essa questão de mercado por causa... O livro me fez conhecer melhor o mercado de capitais, me fez me aproximar mais desses temas, do jurídico e mercado de capitais, e na minha vida profissional de advogado comecei a ter alguns casos, algumas operações especiais que lidavam mercado de capitais e conheci profissionalmente o Bulhões Pedreira. Naquela época, estou falando de 1972, 1973.

I.N. – Eu queria voltar um pouco só nisso. Quais eram os problemas que o senhor tinha nesse momento como advogado com o mercado de capitais? Exemplos, assim.

J.V. – Venda de ações para repatriar. Tinha empresas estrangeiras que vinham para o Brasil, investiam aqui no Brasil, não necessariamente majoritariamente, minoritariamente, e esqueciam. E de repente houve o *boom*. Começou a valorizar. “Está valendo mais que a minha empresa aqui.” Então pediam ajuda para fazer as operações de venda. Isso dava bastante trabalho.

I.N. – Alguma outra questão que o senhor lembra?

J.V. – Mercado de capitais? Eu tinha sim. Eu tinha algumas. Naquela época eu tinha alguns aumentos de capitais em que eu ficava envolvido, de subscrição de ações. Naquela época não existia o IPO, apelido de IPO, mas tinha aumento de capital, que tinha contrato de *under rights*, você estudava. Isso estou falando antes da CVM, antes da criação da CVM. E tinha alguns casos, por exemplo, de empresas que emitiam, faziam anúncios sem estar... Não era por equívoco, não queria enganar ninguém, mas fazia anúncios sem se preocupar que precisava ali exigir, e o Banco Central, que era muito eficiente nisso, não punia. Mas aí você tinha que...

P.F. – E o conhecimento desse campo, na época, ainda era um pouco incipiente. Não havia uma cultura.

J.V. – Totalmente incipiente. Nenhuma, nenhuma, nenhuma.

I.N. – Havia algum outro advogado que trabalhasse com isso também, além do senhor?

J.V. – O Bulhões Pedreira sim. Mas nesses casos pequenos não. Estou falando do Rio de Janeiro. Em São Paulo não sei, mas no Rio teve muito desses casos pequenos. Esses casos que eu trabalhei. Não sei de outros. Isso nós estamos em 1971.

I.N. – O senhor trabalhou também com uma seguradora essa época, não?

J.V. – Foi. Me convidaram para ser... Eu era advogado dessa empresa francesa e me convidaram para ser o presidente da companhia. Eu tinha 28 anos de idade. Naquela época, não existia conselho de administração, mas eles precisavam... Não existia essa figura do conselho

de administração, veio só depois com a Lei de S.A. Então existia o diretor não executivo, o presidente não executivo. Então me convidaram para ser o presidente não executivo. Nessas circunstâncias eu aprendi um pouco como é que geria uma empresa, como é que funcionava o mercado segurador.

I.N. – O que era uma seguradora no Brasil nessa época? É uma questão que a gente ficou pensando.

J.V. – A seguradora era uma seguradora normal de automóvel. Basicamente automóvel e de responsabilidade civil, incêndio. Tradicional. Não fazia nada de extraordinário. Não tinha seguro de saúde, não tinha seguro de responsabilidade, não tinha D&O¹⁹, não tinha nada disso na época. Era uma que fazia incêndio, responsabilidade civil e automóveis. Basicamente isso.

P.F. – E teve alguma relação de aprendizados aí, porque o senhor tinha acabado de sair de uma experiência bastante intensa. Berkeley, Trubek... E aí, logo depois, já entra um pouco, escreve o livro com o Trubek a partir da pesquisa, entra no mercado de seguradora.

J.V. – Aí é questão de advocacia. Você, na advocacia, tem os clientes. Esse era um cliente.

P.F. – Era uma continuidade ao que o senhor já fazia antes.

J.V. – Continuidade, é. Pequena, mas eles precisavam de uma pessoa. Quer dizer, sempre pensei que eles queriam uma pessoa de mais idade. Nunca pensei que fossem me escolher. Inclusive, o controle dessa empresa era uma empresa estatal francesa. E a empresa francesa estatal é uma empresa muito tradicional, gosta de pessoas mais velhas. Por que me escolheram não sei. Quando eu fui almoçar na casa do diretor geral dessa empresa na França, em Paris, que é coisa raríssima você ser convidado para a casa. Ele me convidou para a casa. Era um almoço. Ele me convidou para [ir] na casa dele almoçar em um domingo, que é mais raro ainda. Aí eu descobri que o filho dele era fã de Pelé. Tinha uma fotografia do Pelé com a camisa do Brasil e tudo o mais. Foi a única razão que eu achei que ele pudesse querer que eu fosse o presidente. Mas depois essa empresa foi vendida, foi privatizada e nunca mais soube o que aconteceu com ela. Mas em todo caso, o seguro não era por causa do direito do seguro e sim por causa da assistência do escritório que eu dava a eles como conselheiro jurídico. E eles me botaram lá como presidente. Nessa época, logo depois, eu fui para a PUC. Desculpe, antes disto eu fui para a PUC, a convite do Joaquim, para dar uma aula.

I.N. – Joaquim sempre lhe trazendo para a universidade de volta.

¹⁹ Directors and Offices Liability Insurance. Espécie de contrato de seguro, que visa a proteger o patrimônio de administradores de empresas, quando processados devido a ato exercido na função do cargo.

J.V. – É verdade.

I.N. – O senhor vai para o mercado, o professor Joaquim traz.

P.F. – A gente está falando aqui [que] em 1971 o senhor estava na seguradora. Em 1969 o senhor deu aula na PUC.

J.V. – Eu ia lá uma vez por mês na reunião de diretoria. Não ia sempre. Eu dava aula na PUC, mas antes de dar aula na PUC, eu ainda estou em 1969. Por incrível que pareça, é importante isto, porque em 1969 ou 1970, não me engano, eu trabalhava muito, tinha muitas coisas para fazer, mas o Joaquim me pede para dar uma aula no curso noturno, que ele era professor de Direito Comercial. “Você pode dar aula?” “Posso.” Eu pensei que ele não fosse, tinha um compromisso, para me pedir para dar aula. “Sobre que assuntos? Qual é o assunto?” Ele disse: “Sociedade em conta de participação.” Eu disse: “O quê?” “Sociedade em conta de participação.” Disse: “Ah, que bom. Não tenho a menor ideia o que é sociedade em conta de participação.” Já tinha ouvido falar alguma coisa também. Aí estudei sociedade em conta de participação. Estudei como um doido. Não sabia nada, tinha que dar aula. E para grande espanto meu, quando eu chego na aula, está lá o Joaquim. “Você não tinha um compromisso?” “Não, porque se não, você não viria.” E aí dei a aula. Como eu sabia mais que os alunos e mais que o professor, eles gostaram da aula. Mas isso foi fundamental no meu futuro, essa aulinha. Depois o Joaquim perguntou se eu não queria dar aula, que ele queria... Quer dizer, ele assumiu a direção da faculdade e me convidou para participar de um movimento pela renovação do ensino jurídico. Sempre na cabeça do... O Joaquim não fez CEPED. O Joaquim recebeu a bolsa para ir para Harvard sem passar pelo ensino. Ele conseguiu a bolsa, não sei como, até hoje, mas ele conseguiu movendo os pauzinhos dele de receber a bolsa para ir para Harvard.

I.N. – E aí ele estava inicialmente na turma do CEPED, mas não a cursou. É isso, ou nem isso?

J.V. – Não, quando começou o CEPED ele partiu para os Estados Unidos.

I.N. – Nem chegou a... Não tinha nada a ver com ele também.

J.V. – Eu encontrei com ele lá no... Eu achava que ele ia ser aluno. Ele não me disse nada. Ele estava na conspiração, então a conspiração não pode revelar nada. Mas ele já estava nas tratativas para conseguir a bolsa e a admissão em Harvard. Pode ter assistido algumas aulas, mas não era como aluno. Só como ouvinte, preparando-se para ir para Harvard. Aí foi em setembro, agosto, sei lá, e o curso começou em março ou abril. Mas em todo caso, o Joaquim tinha assumido o departamento e quis fazer um movimento de rejuvenescimento de nossa turma. Aí eu ajudei a formar essa equipe chamando gente, colegas meus do CEPED, colegas

do Yale, outros colegas que eu conhecia e começamos esse movimento. Quando eu estava nesta ocasião... Estou falando em 1972, 1971, 1972. Vê que é tudo muito perto uma coisa da outra. É nomeado pelo Médici ministro da agricultura o Luís Fernando Cirne Lima, filho de um grande jurista, grande administrativista, Rui Cirne Lima. O Cirne Lima é de uma tradicional família jurídica do Sul. Ele é convidado para ser ministro da Agricultura. Ele era agrônomo. Tinha no escritório um rapaz que conhecia muito os irmãos do Severino e o Severino mesmo gaúcho, e que indicam um colega nosso do escritório para ser o presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, IBDF, que nunca tinha visto uma floresta na vida, nunca tinha visto um reflorestamento na vida e foi lá ser o presidente do IBDF. Mas é um sujeito muito cumpridor do seu dever, fez uma bela equipe e, um dia, ele, muito meu amigo, colega de escritório, ele me diz que o Cirne Lima estava com a missão para ele e ele estava transferindo essa missão para mim, que era redigir um decreto regulamentando os incentivos fiscais do reflorestamento. Aí eu disse: “Mas eu não entendo nada de reflorestamento.” “Nem eu, nem o ministro. Ele quer conversar com você.” Aí está bom. Aí fomos conversar com ele ali no Jardim Botânico. O ministro da Agricultura morava ali no Jardim Botânico. Conversamos e ele disse: “A missão é a seguinte: o Delfim Netto, que só pensa nele, baixou um decreto-lei sem ouvir o Ministério da Agricultura, destruindo todo o sistema de incentivo fiscal, que está dando certo.” Tinha uma lei que dava certo, mas ele quis fazer um decreto-lei que criou um fundo Fiset²⁰, esse do reflorestamento, o FINOR²¹ e o FINAM²², que é o financiamento da Amazônia e o financiamento do Nordeste. Acabando os incentivos diretamente às empresas e criando um fundo. “E todo mundo diz que é impossível regulamentar isso no que se refere ao Fiset. Então eu estou pedindo a você para encontrar uma solução.” Aí eu disse: “Mas eu não conheço nada.” “Não tem importância. Você faça o seguinte: você conversa com o ministro Dias Leite²³, que foi presidente da Aracruz, que entende muito bem dessa questão de financiamento do reflorestamento. Você vai falar com ele, e ele, certamente, te ajudará com ideias, tudo o mais, conhecimento.” “Está bom.” Bom, fui para Brasília. E o Dias Leite disse: “Olha, esse decreto é impossível a regulamentação. Já perguntei a tudo quanto é advogado, perguntei ao Lamy. Você sabe que o Lamy foi advogado jurídico da Aracruz, meu amigo, e não vê solução. Não tem solução.” “Mas e aí?” “Você vai fazer alguma coisa, não vai

²⁰ Fundo de Investimentos Setoriais.

²¹ Fundo de Investimentos do Nordeste.

²² Fundo de Investimentos da Amazônia.

²³ Antônio Dias Leite Júnior, Ministro das Minas e Energia (1969-1974).

dar certo, não tem a menor importância, porque é impossível. A culpa é do Delfim.” Ele era amigo do Delfim, mas falava assim. Aí eu disse: “Está bom. Vamos ver o que eu posso fazer.” “De qualquer maneira, se você fizer alguma coisa, mostra para o Lamy. Talvez o Lamy possa te ajudar.” “Está ótimo, sem problema. O Lamy, estou sempre com ele.” Aí fui, voltei para o Rio e comecei a pensar. Pensar ali, pensar, pensar. Começaram as reclamações. Então tem que fazer esse negócio mesmo. Aí em casa, resolvi... Fiquei em casa e resolvi... Eu não sei bater à máquina, faço tudo à mão. Agora com computador melhorou um pouquinho, mas mesmo assim prefiro muito mais escrever. Aí comecei a escrever. “Mas como é que eu vou resolver esse problema? Como é que eu resolvo fazer um fundo de incentivo fiscal e como é que eu distribuo isso entre as empresas?” Sociedade em conta de participação. Eu ponho um responsável, um sócio ostensivo e o sócio oculto são os investidores. E o sócio ostensivo é o organizador da floresta. E ele emite títulos. Ele emite títulos e fica na posse do investidor. Aí fiz aquele negócio.

I.N. – Aquela aula.

J.V. – É claro, por causa da aula. Nunca podia imaginar que iria servir para alguma coisa. Aí vou para o Lamy, chamo o Lamy, o Lamy vai lá no BNDES e eu mostro a ele. Ele olha, ri e diz assim: “É capaz de dar certo. É a primeira vez que eu vejo sociedade em conta de participação com o rabo de fora.” “Quem pode ser contra?” Eu disse: “Ninguém.” “Então acabamos de criar uma sociedade em conta de participação com o rabo de fora.” Aí ele riu e disse: “Muito bem.” E foi feito assim, foi publicado. Aí o Dias Leite me telefona para o meu escritório e diz: “Hilário, saiu hoje no Diário Oficial o regulamento. Passei uma rápida olhada, mas não vi nada errado. Mas não fique prosa, não. Eu vou descobrir alguma coisa errada.” “Está ótimo. Quando o senhor descobrir, o senhor me avisa, que eu vou ver se a gente corrige.” “Ah, mas eu estou telefonando não só para isso, mas também para dizer que eu gostaria, eu estou fazendo um curso de aperfeiçoamento de todo o pessoal do Ministério de Minas e Energia. Nós já fizemos para tais e tais carreiras e agora eu preciso fazer de Direito, de advogados. Eu tinha falado com o Caio Tácito, o Caio Tácito é um advogado também da Light, foi reitor da UERJ, foi criador do CEPED, foi um dos criadores do CEPED. É um cara brilhante, mas está com muitos afazeres e ele não me dá resposta. Diz ele que sim, que sim, que vai montar o curso, mas não me mostra. Então, como eu sei que você foi do CEPED, eu queria que você organizasse esse curso, que viesse aqui no ministério. Eu quero que você converse com o consultor jurídico do ministério e seria bom você também convidasse o

Venâncio.” O Venâncio foi diretor executivo do CEPED. O primeiro diretor executivo do CEPED foi o Venâncio, que trabalha com o Bulhões Pedreira. Até hoje está lá. Hoje é da Academia Brasileira de Letras. Um grande amigo meu.

I.N. – Que ano foi isso?

J.V. – Setenta e um, 1972. Setenta e um. Em que consistia esse curso? Ele fez concurso para novos advogados lá em Brasília, recrutando o Brasil inteiro, mais advogados já existentes nos quadros do ministério, que comporiam então uma classe e que, durante seis ou oito meses, seriam contratados em tempo integral para esse curso. E o curso podia ser dado em qualquer lugar da federação. Eu disse a ele que eu aceitaria se fosse no Rio de Janeiro, porque se fosse em São Paulo eu perderia a oportunidade de trabalhar no escritório e a remuneração não era nada de extraordinário. Aí foi feito isso. Eu fui a Brasília contratar os advogados, foi feito o concurso, eles indicaram os advogados e nós fizemos um convênio. Eu perguntei ao Joaquim se podia ser na faculdade de direito, ele disse que não. Então eu fiz com o Instituto IAG, Instituto de Administração e Gerência. Fiz o convênio com eles na PUC e eles nos deram as salas para esse curso. E eu contratei professores, alguns ex-alunos do CEPED, outros não, mas que eu conhecia da vivência, da vida. E mesmo sistema do CEPED. Material de classe, pesquisa, aula de estilo socrático, economistas, interdisciplinar e foi muito bem. Foi muito bem e no final do curso ele perguntou. Teve alguns novos que foram reprovados e alguns antigos que podiam ser reprovados. Aí eu fui apresentar o resultado para o Dias Leite, o Dias Leite disse: “Quais são aqueles que eu tenho que demitir?” “Não, o senhor vai demitir só aqueles que entraram para fazer concurso e fracassaram.” “E os outros? Os outros todos tiveram nota boa?” “A responsabilidade é minha. Não vou responder essa pergunta. Todos passaram.” [riso] Ele não gostou, mas aceitou. Aí, por enquanto, estava tudo bem com o Dias Leite. Aí a PUC e o Joaquim tinham acabado de formar o curso do mestrado. Primeiro mestrado no Brasil e tudo o mais. E ele disse: “Olha, nós temos a oportunidade de mandar para Harvard, – sempre Harvard –, dois alunos. Mas o mestrado ainda não terminou, eu não tenho nenhum candidato e para nós é muito importante que nós comecemos, desde já, a indicar alunos.” “E aí?” “E aí, se você acabou de formar não sei quantos alunos para o Ministério de Minas e Energia, eu quero dois nomes para ir para Harvard.” “Doutor Joaquim, eu não posso fazer isso. O governo nos contratou para admissão de sujeito.” “Não, mas depois ele volta.” “Você sabe muito bem que não volta. Quem vai para Harvard, não vai voltar.” “Não, volta, não sei o que.” E falou com eles. Falou com os dois candidatos. Os dois candidatos no gabinete do Joaquim. Ele sabia que

eram os melhores e foi, e indicou. Quando o Dias Leite soube, mandou me chamar. Não sei como é que ele soube do Joaquim. Mandou me chamar. Ainda fomos nós dois para Brasília e foi mais desagradável que eu já passei na vida. Parecia que eu estava em uma aula e tinha sido reprovado. Mas ele foi de uma... Primeiro em uma sala grande ele nos fez esperar uma hora sentado na sala, ele despachando, escrevendo e tudo o mais, não dando a menor bola e nós dois no final da sala esperando. Aí quando ele acabou, viu que já tínhamos esperado uma hora, ele se levanta. Acho que nem sentou. Ele veio para nós e disse assim: “Vocês sabem o que vocês fizeram, não é?” “Sei.” “Qual é a razão?” Aí o Joaquim começou a gaguejar. “Não tem razão.” [riso] Cortou.

I.N. – E quem eram os dois indicados?

J.V. – Era o Bimbato e depois... Ele foi para Harvard, o Bimbato. Hoje acho que ele é tabelião em Brasília. Fez muitos concursos depois. Acabou tabelião em Brasília. Nunca mais ouvi falar nele, o Bimbato. E o outro é o Zé Francisco não sei o que, que morreu. Morreu assassinado. Depois voltou de Harvard e começou a fazer comércio internacional. Inteligente, todos os dois. Muito trabalhadores, mas não deram certo. Quer dizer, nada [d]aquilo que nós desejassemos.

I.N. – E a reunião terminou como?

J.V. – Indo embora, não pedi desculpa nem nada. Quer dizer, eu lamento, aconteceu. Não tinha desculpa. Depois a gente esqueceu. Eu me esqueci. Tivemos muito boas gerações depois, mas não foi fácil aquele... Por que isso foi importante? Bem, por causa... Logo depois eu fui ser diretor da PUC. Vinte oito? Vinte e sete, 28 anos de idade. Aí o Joaquim vai para o mestrado e antes ele vai ser pesquisador. Não sei, não me lembro. Mas o fato é que ele sai e lá vou eu para substituí-lo na direção do departamento. Claro que isso para mim foi muito ruim, por causa da questão do escritório. Prejudicava muito. Apesar de não ser, eu não observava muito o tempo integral, mas só a preocupação, dedicação, chegava às 14h no escritório e saía muito tarde, mas não era a mesma coisa.

P.F. – Seu pai não deveria estar...

J.V. – Não, ele ficou uma fera. Ele ficou uma fera, não queria de jeito nenhum. Foi à minha posse, mas não gostou. Até a posse ele não gostou nada. Mas graças a Deus foi pouco tempo, porque a prioridade era fazer o currículo mínimo e foi muito difícil. Nós batalhamos muito, Joaquim e eu. Não tínhamos aliados. Alguns aliados desistiram. Era complicado. Mas em todo o caso, conseguimos aprovar nos dois conselhos, com muitos inimigos, e quando foi aprovado o conselho, eu entreguei os pontos, dizendo que não era possível.

P.F. – E saiu em 1973.

J.V. – Isso é 1973. Setenta e três. Concomitantemente com isto teve também a posição... Está certo. Logo depois... Estamos em 1973, não é?

P.F. – Setenta e três. Setenta e quatro tem quando o senhor é chamado para integrar a SulAmérica.

J.V. – Não, 1976, não é?

P.F. – Setenta e quatro, não?

J.V. – Exatamente.

P.F. - Período de reestruturação.

J.V. – Mas aí como como cliente e tudo o mais, reestruturação societária, e concomitantemente, nessa época, começam os debates sobre a Lei de S.A.

I.N. – Eu ia perguntar como o senhor conheceu o Bulhões.

J.V. – Não, eu já conhecia o Bulhões antes, nessas tratativas profissionais.

I.N. – E qual foi o momento que o senhor conheceu o Bulhões propriamente?

J.V. – Eu conheci o Bulhões em um contrato em que ele era advogado de uma parte e eu advogado de uma outra parte. De uma *joint venture*²⁴ de um banco de investimento e conhecemos e ficamos muito amigos. Bons amigos. Trocávamos ideias muito frequentemente. Estava sempre lá com ele.

I.N. – O escritório dele era perto do seu?

J.V. – Não. O escritório dele era aqui perto do Ministério da Educação. Mas logo depois...

I.N. – Ministério da Educação que é hoje o Prédio Capanema, não é?

J.V. – É ao lado.

I.N. – E o seu era lá no início da Rio Branco.

J.V. – Sempre.

I.N. – Que é o mesmo que seu pai fundou.

J.V. – O escritório está lá desde 1942. Mas o Bulhões sempre muito contato depois dessa... É um cliente, é outro cliente, depois você vai... Um *joint venture*, outro *joint venture*. Aí sempre juntos e ele sempre muito interessado na juventude, no desenvolvimento de ideias e começa a fazer cursos para jovens advogados, me convida para participar da elaboração de um livro dele. Do primeiro livro de pesquisa sobre imposto de renda. Aí já estamos em 1974. O Simonsen é

²⁴ Empresa conjunta. Trata-se da união de duas ou mais companhias para uma atividade econômica comum, sem que se perca a personalidade jurídica e individualidade de cada uma delas.

ministro da Fazenda e ele é muito ligado ao Simonsen. O Simonsen pede para ele fazer muitos projetos de lei, portarias e tudo o mais e eu o ajudo. Ele me chama para ajudar, depois também...

I.N. – Em outras leis já então o senhor já havia trabalhado com ele.

J.V. – Em outras leis.

I.N. – Por exemplo...

J.V. – Decreto 1401, algumas coisas de imposto de renda, que eu me lembro. Algumas que éramos derrotados, que a gente fazia e o Simonsen não aceitava. Ele era muito ligado ao diretor do Banco Central, Sérgio Ribeiro, que era o diretor de mercado de capitais no Banco Central, em 1974 para 1979.

P.F. – Na gestão do Paulo Hortêncio.

J.V. – Paulo [Hortêncio] Pereira Lira. E também, nessa época, havia muito boa relação do Sérgio com o ele e comigo, por causa do Zé Luiz e ele já me conhecia, mas com o Zé Luiz. E depois, então, em 1974, 1975, começou a Lei de S.A. Eu tinha escrito um artigo em 1974. Um artigo chamado “Os estímulos fiscais”, que era uma crítica aos exageros fiscais e que pleiteava uma lei, nova Lei de S.A., porque a Lei de S.A. seria mais transparente, mais confiança do investidor, e tudo o mais, com incentivo fiscal. Esse artigo criou uma certa repercussão no antigo *Jornal do Brasil*. Eu me lembro de um bilhete do Lamy me elogiando e dizendo que ele tinha sido convidado para fazer parte de uma comissão. Não, não. Que o Veloso, o ministro, tinha o convidado para fazer um estudo sobre uma nova Lei de S.A.

P.F. – Teve alguma repercussão negativa esse artigo?

J.V. – Não.

P.F. – Era um contexto dessa luta contra se pensar um mercado aberto dentro de um contexto de tendências muito nacionalistas, não é?

J.V. – Muito nacionalistas, muito totalitária e com intervenção estatal muito grande. Nós estamos falando aí da SulAmérica, eu me lembro que esse artigo meu foi elogiado por uma revista, um boletim cambial da época, e eu me lembro que um cliente chegou para mim e chegou com o artigo que me elogiava na mão, para me convidar para fazer a reestruturação da SulAmérica. Então na vida tudo é ligado. São coincidências que ligam uma coisa a outra. Então em 1974, 1975 começou o estudo da Lei de S.A. muito embrionário e que, então... Claro que o Zé Luiz e o Lamy que faziam tudo, se reuniam entre eles e tudo o mais e eu era um coadjuvante. Eu assistia algumas conversas. Muitas vezes eu ia à casa do Lamy conversar sobre projeto, mas não conversava muito sobre projeto. Conversava mais sobre a vida, tomávamos mais *whisky*,

que era muito agradável. A minha colaboração foi totalmente uma colaboração de leitor. Eu não redigi nenhum artigo. Pode ser que eu tenha dado alguma sugestão verbalmente, mas nada extraordinário. O trabalho deles foi exclusivamente deles. Podia ter uma ou outra sugestão de terceiros, mas eles levavam sempre em consideração. Qualquer coisa que você fazia era terrivelmente acessível. Não tinha nada de turrão. O processo elaborativo, que iam redigindo e redigindo.

I.N. – Eram reuniões na casa deles?

J.V. – Era tudo xerox. Distribuía muita xerox. Algumas vezes sem alguns artigos, porque ainda estava sendo elaborado, sem a questão das demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras ficavam só para o final. Mas foi muito bom e depois...

I.N. – Quanto tempo durou esse processor, doutor Jorge?

J.V. – Um ano.

I.N. – E aí vocês faziam reuniões com qual periodicidade? Como é que era?

J.V. – Eles se reuniam sempre. Eu não. Eu de vez em quando. Eles me chamavam, o Lamy me chamava, o Zé Luiz. Quando distribuía os projetos, os anteprojetos, eu ia na sala dele.

P.F. – Isso como leitor, não é?

J.V. – Mais como leitor. Nada de colaboração construtiva, vamos dizer assim.

I.N. – Mas havia discussões.

J.V. – Ah, sim. Já falavam, sabia por que e tudo o mais. Claro. Mas, de novo, muito mais como leitor. No contexto, quando já estava quase terminando a lei, a lei já fazia muita remissão à CVM. Tinha remissão na Lei de S.A. no anteprojeto à CVM, mas não se falava em lei da CVM. Essa parte já era muito mais do Bulhões do que do Lamy. O Lamy é sobre a empresa. Sobre administração da empresa, sobre os conflitos da empresa. Agora, mercado era muito mais do Bulhões Pedreira. O Bulhões Pedreira tinha muito mais conhecimento de mercado do que o Lamy. Então acordo de acionistas, Lamy. E ele também, mas não aspecto de mercado. O Lamy dizia que isso era com o Zé Luiz. Então a Lei da CVM, o anteprojeto da CMV, é o Zé Luiz, que pegou a 4728, que foi elaboração dele também, e deu uma roupagem mais suave, vamos dizer assim, que é a 4728, mais abrangente, de outro lado, e muito deixando para o Conselho Monetário decidir as coisas e não dando total poder. Negócio de poder conjunto com o Banco Central, o Conselho Monetário era o regulador e não a CVM e não houve muita discussão a respeito... Como houve o anteprojeto da lei, mas é normal, porque as pessoas, os empresários, estavam mais interessados na discussão da Lei das S.A. e os advogados também, que no

mercado de capitais. Mercado de capitais era todo mundo incipiente, então não interessava a eles. Interessava o empresário ver como é que funcionava, quais são as responsabilidades, quais são as obrigações na Lei de S.A. No mercado de capitais, interessava mais aos corretores, talvez algum outro banco de investimento, mas não era uma... Como não tinha muitos advogados especializados em mercado de capitais, ninguém muito deu sugestões. Eu não me lembro de nenhuma sugestão substancial na Lei da CVM. Tem muito mais uma correção de algumas imperfeições da 4728 do que, vamos dizer, inovações. Ninguém se preocupava com CVM. Eu me preocupava. Eu me preocupava com o sistema jurídico que não desse proteção às mudanças da Lei de S.A. Porque tem muitos dispositivos da Lei de S.A. que já existiam na lei anterior, mas que não colaram, não pegaram. E por quê? Por ignorância, falta do poder judiciário para sancionar as questões, falta de conhecimento das pessoas para ir ao judiciário para diminuir as questões. O fato é que o que tinha de letra morta na lei da 2627²⁵ era uma coisa impressionante. Tanto é assim que alguns... Eu não me lembro agora quais são os dispositivos do anteprojeto que foram objetos de crítica. Alguns dos dispositivos do anteprojeto eram objetos de crítica e disseram: “Não, mas ela está na 2627.” Não era coisa nova. Isso já existia na lei e as pessoas não sabiam que existiam na lei determinados dispositivos. Apesar da 2627 ser muito menor que a 6404. Mas só essa discussão sobre o anteprojeto já levou as pessoas a conhecerem melhor a lei do que a 2627. E o mercado de capitais não teve... A Lei da CVM não teve quem se interessasse muito a não ser os intermediários e alguns bancos de investimento. Então não me lembro de muitas sugestões importantes sobre o assunto. A única preocupação da Lei de S.A. é não pegar. Será que a CVM ajudaria a pegar?

P.F. – Concedendo uma certa institucionalização, uma direção prática, norma, enfim.

J.V. – Isso. Eu não sei. Por aí. Mas eu achava que a CVM tinha que ser valorizada. Nunca passou pela minha cabeça... E você vê, eu estava mais interessado que a lei fosse aplicada, que eu continuasse a exercer a minha advocacia. Já estava com uma certa projeção profissional. Não via nenhum obstáculo à minha frente para ser um advogado de sucesso. Não passava pela minha cabeça ir para a CVM.

P.F. – Mas a dimensão política sempre presente na sua advocacia.

J.V. – É, certo, certo, certo. Sim. Mas, em todo o caso, não passava pela minha cabeça. Mas eu tinha curiosidade de saber como é que ia ser montado aquilo.

²⁵ Decreto-Lei nº 2.627/1940, dispõe sobre as sociedades por ações.

I.N. – E outra coisa que eu ia perguntar para o senhor é em relação à CVM. Nesse momento o senhor também se preocupava, como advogado, como que isso ia impactar obviamente o seu trabalho de alguma maneira. Ou não?

J.V. – Não porque eu não tinha muitos clientes. O mercado de capitais era tão incipiente, que não tinha clientes no mercado de capitais. A Lei de S.A. sim, mas o mercado de capitais não me interessava. Quer dizer, não me ocorria isto.

P.F. – Mas tinha um objetivo ali, como era incipiente, um objetivo, uma tendência de desenvolver o mercado de capitais.

J.V. – É claro. É claro. Mas para desenvolver o mercado precisava de uma lei sociedade anônima boa, que já temos, que é isso; e na CVM, se é bom que existisse, tem que existir. Porque o Banco Central fracassou, então tinha que ter um organismo oficial para fazer isso.

P.F. – E lembrando que o Banco Central, ele dominava a cultura regulatória no momento, não é?

J.V. – Totalmente. Tem que ter o choque regulatório, o choque anti-Banco Central, que eu já defendia no livro de 1971. Estava tratando da minha vida.

I.N. – Eu só fiquei com uma questão agora, que é a coisa do desenvolvimento. Teve alguma relação com o que o senhor estudou e trabalhou nos Estados Unidos e esse lado de desenvolvimento? Houve alguma relação?

P.F. – Sobretudo com o Trubek.

J.V. – Com o Trubek sim. Quem me chamou atenção sobre o impacto da lei de desenvolvimento foi o Trubek. Não só nesse estudo, mas nas conversas também. Claro que eu tinha estudado responsabilidade social da empresa em Berkeley. Totalmente incipiente também. Mas eu procurava nas decisões as razões de ordem social que pudessem ter impacto. Ficava muito impressionado com o sistema americano de dar responsabilidade ao sujeito que não prevê o risco. Tem um *living case*²⁶ da questão dos rebocadores, que o rebocador não tinha rádio e houve o acidente. E ele foi condenado por não ter rádio. Ele devia ter rádio para se precaver e o rádio já estava *available*²⁷ no mercado. O sistema é bastante... O que me faz pensar na evolução. Eu vinha pensando se o sistema americano de Keynes não é mais evolutivo do que o nosso sistema de codificação e que nós temos que ficar esperando o legislador para

²⁶ Metodologia de estudo de casos reais e atuais, que ainda não foram concluídos. Os estudantes do caso devem pensar em soluções que possam ser postas em prática.

²⁷ Expressão da língua inglesa que pode ser aqui traduzida como “disponível”.

modernizar as relações jurídicas. Nós discutimos isso aqui no Direito Penal, mas isso faz com que o Direito fique mais conservador do que evolutivo. Em todo o caso, era importante a existência do órgão regulador para diferenciar do Banco Central, do tipo de regulação. Tinha que ser uma regulação moderna e tinha que ser alguma coisa que desse valor à importância da nova Lei de S.A. para desenvolvimento do mercado de capitais. Toda razão de ser da Lei de S.A. é para defender os minoritários na questão da companhia aberta. Claro que a Lei de S.A. também trata companhia fechada e que é importantíssimo, mas mais essa questão das companhias abertas. Então voltamos a 1976, 1977. Mas nesse interregno da elaboração da lei teve mais de uma coisa. De vez em quando eles me pediam para participar de debates. Eles não podiam ir. Uma vez no Senado, por exemplo, teve um debate no Senado, antes da [inaudível] de Brasília e depois no Senado. O Zé Luiz e o Lamy não podiam ir e me pediram para ir para esse seminário. Estava o Fábio Comparato, estava o... Eu acho que esse menino de bigode. Aquele de São Paulo, da USP. Modesto Carvalhosa. Estava o Carvalhosa, estava o Fábio e não me lembro mais quem. Mas nós fomos ao ministério de Brasília para debater o anteprojeto e depois fomos debater também na Comissão de Economia do Senado, que era presidido na época pelo... Não sei se era o Franco Montoro ou o Tancredo. Acho que o Tancredo era o relator. Mas em todo caso, eu ia lá. Eles me davam poder para esclarecer questões da Lei de S.A. Então eu estava envolvido como leitor, emocionalmente, com o projeto de lei. Eu me lembro quando teve a emenda Lehmann²⁸ eu fiquei indignado, porque era uma mudança da lei e o Zé Luiz ficou menos.

I.N. – Emenda?

J.V. – Lehmann. Daquele que dá equiparação às ações ordinárias, ao andamento de controle. O projeto inicial só falava da transferência de controle da igualdade se tivesse carta patente. Quer dizer, a instituição financeira teria, porque estaria vendendo uma licença. Nas outras não, mas a emenda Lehmann estendeu isso para todo mundo. E o senador Otto Lehmann estava presente nesse dia do debate e eu defendia a questão perdida. Mas em todo caso, eu estava envolvido nesse processo todo. Então quando saiu, quando aprovada a lei, maravilha, tudo fantástico, vamos ver. Tem um ano para se adaptar. Então, tendo um ano para se adaptar, tem muito tempo para fazer as coisas. Aí é um trabalho grande para adaptar os estatutos à nova lei.

²⁸ Durante a tramitação da lei das SA, o senador da arena, Otto Cyrillo Lehmann, propôs uma emenda que resultou na criação do atual artigo 254, prevendo que o novo controlador deve fazer uma oferta pública pelos papéis dos minoritários, pelo mesmo valor que fora negociado o bloco de controle. Até hoje trata-se de um dos artigos mais controvertidos da Lei.

Enquanto estava nesse processo de adaptação das companhias à nova lei, eu recebo, então, um convite do Roberto²⁹ para ir na casa dele e eu acho que eu já sabia que o Roberto tinha sido convidado. Acho que sim. E achei ótimo. Eu conheci o Roberto, ele era do Unibanco. Eu tive muitos negócios de clientes com o Unibanco. Eu nunca fui advogado do Unibanco, mas era advogado de parceiros do Unibanco e diversos empreendimentos. Então eu estava sempre com eles lá, porque eram muitos clientes que tinham negócios com eles. Então eu conhecia bem o Roberto e quando ele me convidou para ir à casa dele, eu achava que podia ser alguma coisa da CVM, mas talvez eu achei mais para o conselho. De aconselhar, o que podia fazer.

P.F. – Ele, como analista de mercado, te trazendo uma visão interessante.

J.V. – Não, ele era um senhor banqueiro de investimentos, então tinha tudo a ver com para esse momento para a situação da CVM. Mas eu achava que ele não... Eu achava que ele viria conversar comigo e pedir conselhos a respeito da CVM, já que ele sabia que eu tinha sido leitor da lei, tinha acompanhado o movimento. Mas não, ele me convidou para ser o diretor. Teve as ideias dele e eu pensei. Disse: “Olha, se eu não aceito, depois eu não quero me arrepender de não ter ido se a lei não pegar. Depois de tanto trabalho eu tenho uma responsabilidade de fazer que a lei pegue, que a CVM funcione da maneira que tem que funcionar e tudo o mais.” Então tudo bem. Só que eu tinha acabado de ser eleito para o conselho de administração da SulAmérica. Eu tinha todo o escritório nas minhas costas. Eu tinha que dar satisfação. Eu só podia bater o martelo se eu tivesse condição de ir. Não era um problema só meu. Claro que eu ia perder muita receita, ia perder muito rendimento, mas não é só eu. Tem todas as circunstâncias. E aí eu fui a meu pai, que é o responsável pelo escritório máximo, contei para ele e ele disse: “Não, isso não é possível. Você vai prejudicar o escritório, vai ser uma coisa horrível, e a SulAmérica, imagine. Você acabou de entrar na SulAmérica. Não pode fazer isso. É uma traição.” Eu disse: “Bem, como é que eu posso fazer no escritório? Quem é que você ficaria tranquilo para me substituir?” Ele disse: “Não tem ninguém.” “E se fosse um antigo advogado do escritório?” Que naquela época era presidente de uma empresa de mineração chamada ICOMI, que era do Grupo Antunes. “Que tal se o Francisco Carvalho me substituísse?” Ele disse: “Ele não vai substituir nunca. Ele é presidente da KM”, da KM não, da ICOMI, que era ligada à KM. “Ele não vai.” Mineração de manganês, lá no Amapá. “Ele não vai aceitar.” “E se aceitar você fica tranquilo?” “Seria ótimo. Maravilha.” Aí saí de lá, fui

²⁹ Roberto Teixeira da Costa.

falar com o Francisco Carvalho, que não estava satisfeito, porque ele não tinha sido nomeado presidente da KM e sim na... Aqui, nesse prédio aqui ao lado. E ele disse: “O seu pai o que acha?” “Não quer outra coisa.” “Imagina a emoção que você está me dando. Um grande presente. Só que eu não posso aceitar já porque eu tenho que ficar mais um ano. Meu prazo termina na presidência em um ano. Mas dentro de um ano eu volto para o escritório.” Aí eu saí de lá todo satisfeito. Resolvido. “Francisco Carvalho, Chico Carvalho vai me substituir.” “Ele aceitou?” “Aceitou.” Infelizmente ele morreu logo depois. Oito meses depois ele morreu de câncer. Mas não foi por isso que ele aceitou, não. Quando ele saiu comigo, eu dei carona para ele até o... Para comemorar, tomamos as vodcas. Ele sentou com um negócio aqui na barriga. “Acho que era diverticulite de novo. Eu vou ao médico segunda-feira.” Foi ao médico, não era diverticulite, era tumor e menos de um ano depois estava morto. Mas... Voltei ao meu pai e disse: “Olha, o Chico aceitou.” Caiu esse negócio aqui. Faz alguma coisa?

I.N. – Quer fazer uma pausa, aproveitar?

[INTERRUPÇÃO DA GRAVAÇÃO]

2ª Entrevista: 28 de fevereiro de 2018

Izabel Nuñez – Bom, então hoje é 28 de fevereiro de 2018 e estamos aqui no âmbito do projeto História Oral da CVM, para a segunda sessão de entrevista com o Doutor Jorge Hilário Gouveia Vieira, que foi o segundo presidente da Comissão de Valores Mobiliários. Quem vai fazer a entrevista sou eu mesma, Izabel Nuñez, Paulo Augusto Franco e Ninna Carneiro. Estamos aqui no CPDOC para dar essa continuidade.

Paulo Franco – Bom, dr. Jorge, antes de prosseguirmos no início da CVM e na sua gestão, também, eu gostaria de trazer duas outras importantes experiências da sua trajetória, para que pudéssemos analisar um pouquinho os efeitos disso para sua visão profissional, para suas práticas dali em diante. A primeira delas é quando o senhor fez parte do Conselho de Contribuintes, um órgão paritário do Imposto de Renda e o setor privado, no qual o senhor atuou como representante das indústrias. Nesse momento, a gente gostaria de ouvi-lo falar sobre esse processo de compreender o público e as entranhas das empresas, tentando pensar... trazer à tona um pouco desse pensamento sobre a máquina fiscal. E o segundo momento, ali já em 1973 e 1974, gostaria que o senhor comentasse e nos contasse um pouquinho, também,

sobre o momento no qual o senhor advogou para... no contexto da associação entre o Bradesco e a SulAmérica.

Jorge Vieira – Bem, então... Nessa questão do Conselho de Contribuintes, eu estava ainda nos Estados Unidos, quando recebi a informação que eu estava sendo convidado para ser membro do conselho, aqui no Rio de Janeiro. Naquela época, a sede era aqui no Rio de Janeiro – poucos anos depois, mudou-se para Brasília, mas o Conselho de Contribuintes era aqui no Rio. E era um órgão muito importante para julgar os conflitos entre os contribuintes e a Fazenda, sobre assuntos do Imposto de Renda. Eu era muito moço, mas já lidava um pouco com direito tributário, antes de ir para os Estados Unidos, e era um grande desafio. Eu me achava preparado para, apesar da minha mocidade, participar daquele órgão governamental. Muito tempo depois, eu li um currículo do dr. Octavio Bulhões, que já tinha sido ministro da Fazenda, e no currículo dele, o primeiro item que ele dizia, da atividade profissional dele: “Membro do Conselho de Contribuintes”. Então, se o dr. Bulhões dava tanta importância para estar no currículo dele que era membro do Conselho de Contribuintes, ainda mais eu, muito mais moço, fazendo parte do Conselho de Contribuintes. E, nesse conselho, você julgava, ou examinava todos os processos submetidos ao conselho, ao julgamento do conselho, e você tinha oportunidade de conhecer as entranhas da empresa, como é que funcionava a empresa. Tinha que saber muita contabilidade, para entender quais eram as acusações e qual era a defesa da empresa, e você tinha a oportunidade de entender bastante e com uma certa profundidade o pensamento do fiscal, dos fiscais do Imposto de Renda, da administração tributária. Isso, para mim, era ótimo, porque você... Era um aprendizado fantástico. E, também, outra coisa muito importante para a minha vida futura, não foi só conhecer mais as entranhas e conhecer o pensamento do administrador público, como é que funciona a máquina tributária, foi a convivência que eu tive com o Francisco Dornelles, porque eu já o conhecia como... Acho que ele disse aqui que ele tinha frequentado o CEPED³⁰, mas logo depois ele foi para os Estados Unidos, como eu... fui para a Europa, [corrigindo-se] para Nancy³¹, onde ele cursou direito... Acho que ele fez mestrado em tributação. E eu fui para os Estados Unidos. E, por acaso, voltamos e nos encontramos no Conselho de Contribuintes: ele, procurador da Fazenda, isto é, representando os interesses do Estado, e eu representando o contribuinte. Mas, nessa atuação bissemanal no conselho, nós

³⁰ Centro de Pesquisas e Desenvolvimento.

³¹ Comuna francesa onde há as Universidades de Nancy I e II.

identificamos muito o pensamento comum sobre as matérias tributárias, as deficiências das empresas, as deficiências da administração tributária, e também uma sólida amizade, que durou mais de 50 anos. E ele teve, apesar de não me dizer, mas grande influência em passos futuros meus na vida pública. Eu fui encontrando com ele... Na minha vida pública, eu fui encontrando com ele em diversas ocasiões, até no final, quando ele foi ministro da Fazenda. Mas foi um riquíssimo aprendizado e foi uma maneira, também, de eu não só estudar mais direito tributário, para fazer frente às decisões que eu tinha que tomar e os acórdãos que eu precisava redigir, mas também, como eu já disse, conhecer as entranhas do Ministério da Fazenda e do funcionário público, sofrido, como é que eles funcionam, como é que eles pensam, como é que eles pensam no bem comum e tudo mais. Para mim foi ótimo. Como eu disse, eu tinha 25 ou 26 anos, e foi um aprendizado fantástico. Logo depois... Bem, eu saí do conselho... Quando o conselho foi para Brasília, eu não podia ir para Brasília. Não me lembro bem qual foi o ano. Não sei se foi em 1970 ou... Foram dois ou três anos, ou quatro anos, dois mandatos de dois anos. Então, foi fundamental para a minha carreira, esses dois ou três anos no Conselho de Contribuintes. Aí passamos já para 1970 e poucos. Em 1970 e poucos, eu continuava exercendo a advocacia. Acho que já falei aqui do meu trabalho na SulAmérica, da reestruturação jurídica do grupo societário, o conglomerado SulAmérica. E quando estávamos já terminando, eu tive a notícia que o dr. Larragoiti, o Amador Aguiar e o Almeida Braga, da Atlântica Boavista, tinham se acertado em fazer uma parceria, em que haveria uma administração em conjunto, do banco e das duas seguradoras. Tanto para a SulAmérica quanto para a Atlântica foi um momento muito importante, não só por ter uma participação mais efetiva na governança do Banco Bradesco, mas também, principalmente, por tanto o Bradesco quanto a SulAmérica terem à sua disposição uma rede de distribuição de seguro muito grande, que daria, e como deu, uma grande alavancagem para o desenvolvimento do mercado de seguro para essas duas sociedades. O curioso da época é que... Eu era advogado da SulAmérica; o professor [Alfredo] Lamy era o advogado da Atlântica Boavista; e o Bradesco não tinha advogado. Eu desconfio que ele tivesse um advogado interno, mas o seu Amador, por definição, não gostava de advogado, não confiava em advogado, não gostava de advogado, achava que tudo devia ser feito de uma maneira... entre as partes, e valia mais a palavra do que as cláusulas e tudo mais. Mas foi feito o... As negociações com eles eram feitas através do Brandão, que agora acabou de se aposentar, e o outro era... Não lembro o nome dele. Estou olhando para cara dele.

Izabel Nuñez – Como é o nome inteiro do Brandão?

J.V. – Lázaro Brandão.

I.N. – Lázaro Brandão.

J.V. – Lázaro Brandão. E eu acredito que eles, na surdina, consultassem um advogado interno do Bradesco. Mas não sei. Nunca, em nenhuma reunião, eles apareciam. Mas foi muito... Não teve muito trabalho, nenhuma ciência; foi um negócio muito suave, aquela associação. E foi um sucesso para todos. Só que... Com o tempo, eu aprendi muito isso, também, que não... Da mesma forma que o seu Amador era uma pessoa muito centralizadora, muito dominadora, ele agia muito por impulso e por emoções. E, em determinado momento, ele... Quer dizer, existia uma grande empresa, uma cervejaria muito importante, que era a Brahma, que era uma companhia totalmente de capital aberto, uma companhia aberta, mesmo, não tinha controlador – tinha algumas pessoas que tinham um pouquinho mais de ação, mas que não passava de 1% ou 2%. – e era muito espalhada no mercado. E o seu [Hubert] Gregg, que era o presidente do Brahma, pediu ao Leonídio Ribeiro, que era o presidente da SulAmérica, para ajudá-lo na compra de ações dos minoritários, aos poucos, para dar conforto ao majoritário para ter uma espécie de controle. Naquela época, não existia a CVM, não precisava avisar ao mercado dessas compras, e a SulAmérica iniciou a compra, a pedido do seu Gregg. E eu não sei o que é que houve... E a Brahma também era cliente do Bradesco, não do seguro, mas sim do banco. E, em determinado momento, a SulAmérica foi comprando, comprando, comprando e chegou a ter quase que o controle da Brahma. Aí o Gregg se assustou e foi para o seu Amador se queixar da SulAmérica, que a SulAmérica estava comprando as ações, estava comprando o controle, sem avisar a ele, que é uma coisa esquisita. Isso me foi contado pelo próprio Leonídio, que era o presidente da SulAmérica. E o seu Amador, na sua emoção, ficou uma fera, achando que a SulAmérica estava prejudicando um cliente do banco, que era uma coisa inconcebível, e então ordenou à SulAmérica que ou vendesse... Não. [Ordenou] que vendesse a Brahma... E mesmo assim... Aí foram vendidas as ações, sei lá, para o mercado, ou não sei para quem, e eles pediram a cabeça do Leonídio. O Amador pediu a cabeça do Leonídio. Aí a SulAmérica negou a cabeça dele, “não dou”. Isso foi em... A associação foi em 1973 ou 1974... em 1973, porque o Delfim ainda estava ministro. Demorou nove anos, essa associação, ou alguma coisa

parecida. E eles pediram a cabeça do Leonídio. Aí a SulAmérica não deu a cabeça do Leonídio, manteve o Leonídio, e aí o Bradesco exigiu que a SulAmérica saísse da associação, e a SulAmérica saiu. A SulAmérica saiu da associação, vendeu as ações pelo valor que tinha comprado, que não foi nada de extraordinário, mas foi um baque grande para a SulAmérica, que perdeu a rede de distribuição. Depois se refez, com a associação com o Unibanco, com o Walther Moreira Salles. Mas teve esse episódio bastante característico do seu Amador. E eu lendo o depoimento do Lázaro Brandão, por acaso, outro dia, no táxi... Porque o Uber tinha deixado o depoimento do Lázaro Brandão ao CPDOC, na bolsinha ali do [carro]... Aí eu comecei a ler. Aliás, eu vi aqui na estante. Não sei como é que se tem acesso a esse livro... Mas, nesse livro, ele conta... Não é bem esse episódio da SulAmérica. Conta, se não me engano, mas não com detalhes que eu estou dizendo hoje. Mas ele conta um outro detalhe, que é a compra... ou a possível, anos depois, junção entre Unibanco e Bradesco, e ele diz que a associação não foi feita porque... ou foi desfeita, porque chegaram a assinar o contrato da associação, porque o seu Amador tinha feito tudo sozinho – ele procurou o dr. Walther [Moreira Salles], negociou com o dr. Walther, e acertaram tudo, em princípio, sem falar com ninguém de baixo –, e diz o Lázaro Brandão que, por sua vez, o dr. Walther não teria, também, consultado o pessoal de baixo, que não é verdade, porque não é o estilo do dr. Walther. O dr. Walther não fazia nada sem ouvir seus diretores. Mas quando começou a se verificar...

I.N. – Walther Moreira Salles?

J.V. – Walther Moreira Salles. Quando começou a haver o choque de cultura entre o Bradesco e os diretores do Unibanco, eles desfizeram a associação, pura e simplesmente. Anunciaram a associação, e depois, um mês depois ou dois meses depois, anunciaram a desassociação. E também, da mesma forma que a associação foi feita diretamente entre o Amador e o dr. Walther, eles também não falaram com ninguém e desfizeram a associação por si mesmos, sem ouvir ninguém. Mas que é muito o seu Amador, porque ele era extremamente... Ele agia muito por impulso. Foi um grande banqueiro, desenvolveu o Bradesco, e seus companheiros, de uma maneira fantástica, mas ele tinha esse pensamento, vamos dizer, não estruturado. Era tudo na base da intuição. E funcionou muito bem, o Bradesco é um grande sucesso. Mas tem choques com outras empresas que são mais estruturadas.

I.N. – E por que o senhor reputa que esses dois episódios são importantes na sua trajetória para a chegada da CVM? O que o senhor pensa que são...?

J.V. – Porque, apesar de ter 28 ou 29, 30 anos, eu tinha um reconhecimento do mercado que eu funcionava, que eu era uma pessoa que conhecia a lei, que batalhava, que estava presente em tudo.

I.N. – E que circulava, também, entre esses lugares e essas pessoas.

J.V. – E que circulava entre esses lugares, com essas pessoas, pessoas que eram a elite empresarial. Isso também, depois, foi... Um passo depois, na CVM, a gente vai fazer isso depois, também... Eu retomei os contatos com todas essas pessoas que tinham ligações comigo naquela ocasião. E, assim, você vai construindo a sua vida. Nunca é pensado; é sempre uma... As coisas iam acontecendo de uma rapidez gigantesca, e estamos aí.

I.N. – Como uma malha de relações que vai sendo...

J.V. – É. Vai surgindo. As pessoas vão falando de você, vão gostando, e [você] vai fazendo... Em toda a minha vida, eu não pedi para nada: eu não pedi para ser do Conselho de Contribuintes, eu não pedi para ser diretor da faculdade, eu não pedi para ser professor... Ia acontecendo. Eu não pedi para fazer aquela pesquisa de mercado de capitais, o livro. As pessoas iam me convidando e eu ia aceitando. Não tem nenhuma estratégia de... Eu não tinha nem tempo para pensar em estratégia de atuação, “eu vou fazer” e tudo mais. Sempre as coisas iam... Por exemplo, o negócio da bolsa de estudos que eu relatei. Nada era planejado. Como também, eu não sei se eu já disse isso aqui, no dia que eu fui... Já disse, não é? Quando eu fui convidado para ir para a CVM, foi um choque. Não estava nada planejado. Houve todas essas confusões para ser... para ver se eu tinha pelo menos o apoio moral...

I.N. – Do seu pai.

J.V. – ...de meu pai. É claro que, indo para a CVM, eu não podia ficar vinculado ao escritório, não poderia ter remuneração nenhuma. Mas eu tinha alguma poupança e acreditava que, como

eu ia passar... Na minha cabeça quando eu aceitei, nós íamos passar dois anos, porque era o que restava do governo Geisel, de 1977 a 1979, então, que eu podia lidar... Porque a remuneração não era ruim, naquela época, no serviço público. Era um cargo de confiança, não me lembro quanto ganhava, mas dava para viver com a poupança que eu tinha. Mas passamos mais de dois anos e eu tive algumas dificuldades financeiras no último ano. Mas, de novo, foi uma... Eu aceitei, não disse... porque eu achava que tinha a responsabilidade de fazer valer todo aquele esforço daquele grupo de advogados e outras pessoas que apoiaram a Lei de S.A., que a Lei de S.A. tinha que pegar; que a Lei de S.A. tinha que pegar e que a CVM precisava também pegar, para que pudesse ser mostrado que era possível ter um mercado de capitais forte, um mercado de capitais confiável, um mercado de capitais útil econômica e socialmente, na contramão daquilo que o Banco Central tinha feito até então. Estamos em 1977, e logo depois falarei sobre o resto.

P.F. – Tem uma questão aí nessa chegada de 1977 que é bastante curiosa, já tentando falar um pouco mais sobre esse seu momento na sua trajetória, quer dizer, casos que lhe colocou em relação... Para colocar em relação ao público e privado. E, portanto, como o senhor disse que a sua trajetória é isso, o senhor nunca pediu nada, sempre as coisas foram acontecendo, a gente pode dizer de uma trajetória que foi muito fruto de encontros entre ocasiões, tendências e contextos favoráveis, que encontravam bem com a sua formação até então. Como nós estamos falando da CVM num período de estruturação, que estava, sobretudo, buscando, lutando por legitimidade, o seu perfil parece que foi bastante adequado a esse primeiro momento da CVM, que precisava construir relações de confiança, não só com o mercado, mas com o próprio governo em si.

J.V. – Não sei. Nessa época, também, teve uma coisa importante, que foi o meu convívio com o Raymundo Faoro, porque ele foi eleito presidente da Ordem antes de eu ir para a CVM, em 1977, e o Raymundo estava naquela... como presidente da Ordem, naquela boca de canhão, lutando pelo restabelecimento, primeiro, do habeas corpus; depois, da anistia. Mas o habeas corpus era a coisa mais importante. E esse convívio com o Raymundo foi um convívio bastante próximo, que me trouxe uma força grande para o múnus público, a importância de você tentar, dentro da sua competência, lutar por um país melhor, apesar de ser uma ditadura. Como é que você, dentro de um sistema extremamente autoritário, você participa de um governo de uma

maneira aberta, democrática, que é a CVM. Porque a CVM, todos os fundamentos da CVM são fundamentos de abertura, não só política, mas também econômica. Então existia essa questão de você estar imbuído desse propósito de esperança de um Brasil melhor, apesar da... Era muito difícil prever realmente uma abertura e que você tivesse eleições livres. Estou falando de 1977, em plena... um governo forte, Geisel, que era um pouquinho melhor do que o governo anterior, do Médici, mas era um sistema bastante ditatorial. E aí eu não sei... Eu nunca percebi bem como as pessoas me [viam], quer dizer, por que o Roberto ou o Simonsen poderiam pensar em meu nome. O Roberto, porque, na minha atividade profissional, eu conhecia ele. Por acaso, ele sabia, através do Bulhões Pedreira, que eu tinha trabalhado bastante na Lei de S.A., que é a pessoa que estava... Acho que o José Luiz Bulhões Pedreira foi muito mais importante no convencimento do Roberto, que devia ser eu o diretor, do que ele mesmo, Roberto, que me conhecia, mas não tão, vamos dizer, profundamente. Por outro lado, existia uma... na cabeça do Roberto e do Simonsen, de fazer uma CVM que fosse não, como nós já falamos aqui no passado, uma instituição eminentemente jurídica, mas sim um órgão regulador, que não pensasse só no direito, mas sim na economia, no desenvolvimento do mercado e tudo mais. Então ele fez questão de primeiro botar um economista na presidência da CVM, e não um advogado. Não era à imagem e semelhança da SEC, mas sim um órgão diferente, apesar de regulador. O presidente não era advogado; e tinha um diretor que representava a ideia das empresas, que era o Geraldo Hess; você tinha dos corretores, que era o Ney Carvalho; e você tinha o da administração pública, que era o Antônio Milão; e precisava de um advogado. E aí, se o advogado podia ser um menino de 31 anos ou podia ser uma pessoa mais velha, com mais experiência e tudo mais, eu acho que o José Luiz e o Roberto devem ter chegado à conclusão que, como eu já vinha de longe, que eu já tinha essa experiência e conhecimento da legislação para poder exercer a função. Mas, de novo, eu era uma peça dentro da CVM. A cabeça, e aprendi muito, era o Roberto. O Roberto, como presidente, me deu o *norte*, mostrou determinados procedimentos que não era natural de uma pessoa como eu, advogado, que não tinha um pensamento estruturado para administrar um órgão como a CVM. Então o Roberto teve a sapiência e o conhecimento de criar a CVM tijolo a tijolo. Tudo era estruturado, tudo tinha um propósito, e ele ia construindo o prédio. Nós éramos, vamos dizer, ajudantes. É claro que, na questão jurídica, eu tinha uma opinião, quer dizer, acho que eu colaborei com ideias, mas, a estrutura, é tudo baseado na cabeça do Roberto. Eu posso ter ajudado em criar um

instrumento ou outro instrumento, mas a estrutura foi do Roberto, e que permaneceu durante muito tempo.

I.N. – Eu queria lhe perguntar um pouco, antes de a gente falar dessa estrutura mesmo, própria da CVM... Quem lhe convidou pessoalmente? Quem lhe telefonou? Quem foi a pessoa que lhe procurou para lhe fazer o convite? Foi o Simonsen? Foi o Roberto?

J.V. – Foi o Roberto. Eu me lembro muito bem que ele me ligou e disse que queria conversar comigo na casa dele. Ele estava sem escritório, porque ele já tinha sido nomeado. Tinha acabado de ser nomeado. Não sei. Não me lembro se já tinha saído no *Diário Oficial* ou não, mas ele já estava certo, já tinha dado entrevista dizendo que tinha aceitado. E foi no dia que eu fui eleito membro do Conselho de Administração da SulAmérica, e eu disse a ele que eu iria depois da... de tarde, no final da tarde. E fui na casa dele no final da tarde e, então, ele me convidou. Eu fiquei surpreso. E aí nós já tratamos disso aqui, a minha angústia de...

I.N. – A decisão do escritório.

J.V. – O negócio do escritório, família e tudo mais.

I.N. – Mas como é que foi a conversa? Ele disse “vamos lá!”? Foi uma conversa em que...?

J.V. – Não me lembro. Não me lembro. Mas ele disse que a ideia dele era ter essas separações e me disse quem ia ser... em quem ele estava pensando. O Geraldo Hess, que era o diretor financeiro do [Grupo] Gerdau³², eu não conhecia; o Ney Carvalho, eu conheci a vida inteira, o Neyzinho; o Milão, eu já conhecia, por causa dessa época que eu era do Conselho de Contribuintes, e depois também, quando eu trabalhei no negócio do incentivo fiscal ao reflorestamento, eu discutia com ele aspectos tributários, e ele trabalhava no gabinete do Delfim, então, eu já conhecia o Milão. E pronto. Então, tudo bem.

I.N. – E o Simonsen havia sido seu professor no CEPED.

³² Gerdau S.A., siderúrgica.

J.V. – Sim. Mas o [Mario Henrique] Simonsen, eu tinha... Eu entrevistei ele para o livro *O mercado de capitais e os incentivos fiscais*, aqui na... Tinha uma relação com ele, não de muita amizade, mas de “olá, como vai?”. Ele sabia quem eu era, mas nunca tínhamos... Todo o trabalho que eu fazia para ele era através... o José Luiz é que me pedia e eu ajudava o José Luiz. Ajudava em pesquisa ou coisa parecida, mas quem fazia todo o trabalho era ele e o José Luiz, e ele ia despachar com o Simonsen. Rarissimamente... Eu não me lembro nenhuma vez que eu tenha ido junto com o José Luiz para tratar de alguma coisa.

I.N. – Mas o Simonsen foi seu professor aqui no CEPED.

J.V. – Foi.

I.N. – E vocês chegaram a ter contato...?

J.V. – Mas outra pessoa que me ajudava muito nessa interligação com o Simonsen, antes da CVM, era o Dornelles. Porque o Dornelles era procurador da Fazenda naquela época e, como procurador da Fazenda, ele precisava elaborar algumas portarias, algumas coisas, e ele pedia a minha ajuda e a ajuda... e pedia para eu procurar, em nome do Simonsen, o Bulhões Pedreira. Então, era um círculo muito restrito, mas que... Não tive muito contato com o Simonsen. Tive mais contato depois, quando ele já era ministro e eu... Não lembro se eu era... Mas, socialmente, a gente se encontrava, na casa do [Eugênio] Gudin, na casa de amigos comuns, mas nunca tive muita... uma relação próxima com o Simonsen. Eu me lembro que quando eu... Eu pedi para ele fazer uma crítica ao livro, estive aqui com ele. Não me lembro nem se ele fez. Não me lembro nem se ele... Acho que ele não fez o prefácio, não.

I.N. – O livro do...?

J.V. – *O mercado de capitais e os incentivos fiscais*, que é um livro que saiu em 1971. Naquela época, ele estava aqui; não estava, ainda... Estava no Mobral, se não me engano; não estava, ainda, no Ministério da Fazenda. Eu tive mais contato com ele quando ele saiu do Ministério da Fazenda do que quando ele estava no Ministério da Fazenda.

I.N. – Interessante. Aí, voltando, o senhor, depois de superada a questão do escritório, aí resolve aceitar. Aí ligou para o Roberto para falar: “Vamos... Aceito”. Como é que foi essa conversa?

J.V. – Não me lembro bem, mas ele disse: “Olha, nós estamos... O Ibmec nos deu um espaço transitório para nós montarmos a equipe”. Então, a partir de tal data, antes mesmo de nós sermos nomeados, eu já estava indo, o Geraldo também e o Neyzinho também, ao Ibmec, que era ali onde hoje é o teatro Vivo...

I.N. – O Vivo Rio.

J.V. – ...ali ao lado do Museu de Arte Moderna. E tinha uma instalação lá que tinha as salas de aula e tinha algumas salas vazias, e nós, então, íamos lá. Mas, na verdade, teve uma época que nós andávamos... Éramos uma diretoria ambulante. Nós quatro... Eram quatro ou cinco. Nós íamos, com uma pastinha cada um, para visitar os... a quem de direito, antes de nos estabelecermos.

I.N. – E quem eram as pessoas que vocês...?

J.V. – Eram os diretores: era o Roberto; tinha o chefe de gabinete do Roberto, o Moreira Leite...

I.N. – Mas quem eram as pessoas que vocês visitavam, basicamente?

J.V. – Não me lembro. O Banco Central, o pessoal do Banco Central... Não me lembro bem quem é que a gente... Algumas autoridades, para nos apresentar... Mas era um negócio...

I.N. – E como eram essas apresentações, dr. Jorge?

J.V. – Teve aquele célebre encontro que o... Eu fui a um seminário, não me lembro o que era, e encontrei um velho conhecido meu do Ministério da Fazenda ou do Ministério da Indústria e Comércio, não me lembro, e aí eu... “Há quanto tempo não nos vemos!”. Aí ele disse... Eu perguntei: “Onde é que você está?”. E ele disse: “Estou no lugar tal. E você?”. “Estou no

governo agora, estou na CVM.” Aí ele perguntou: “CV o quê?”. Aí, a partir desse... Aí voltei para a nossa repartição, que era aquele acampamento, e disse: “Olha, eu vejo que nós somos CV o quê? No momento em que nós passarmos a ser CVM, melhorará muito, e no dia que nós formos... que os jornais disserem que a SEC é a CVM brasileira, aí será o sucesso”. Mas isso só aconteceu... eu acho que 20 anos depois. Hoje em dia...

P.F. – O senhor está falando da *Securities and Exchange Commission* (SEC), dos Estados Unidos, não é?

J.V. – É. Nos Estados Unidos, qualquer homem de negócios, qualquer um, quando você fala em SEC, todo mundo sabe que é a *Securities and Exchange Commission*, tem importância e tudo mais. Aqui no Brasil, não tem nenhuma... Agora já está mais conhecida, mas, naquela época, era Comissão de Valores Imobiliários, era CV o quê?... Era difícil você ser respeitado.

I.N. – E o senhor lembra do primeiro dia, da primeira reunião da equipe toda, o primeiro momento que vocês sentaram todos para estruturar o início da CVM, não sei se já no Ibmecc ou na casa de alguém, se em algum escritório?

J.V. – Teve uma reunião lá em casa, em que foi... Aí que eu conheci o Geraldo Hess. E discutimos como é que seria a ideia do... E o Roberto, então, demonstrou como é que gostaria de organizar: essa questão de os diretores não serem executivos; o que ele estava planejando para a normatização; quando é que nós poderíamos assumir o controle, porque a lei falava em dois anos; e o prazo, se ficaria... o Conselho Monetário é que fixaria, mas por proposta da CVM. Então, fez isso tudo... E ele tinha a mania de... Ele fazia memorando, fazia muito memorando; circulava os memorandos entre nós; e todo mundo opinava. O Geraldo gostava muito de memorando. Eu nunca gostei muito de memorando, não, mas eu opinava, eu opinava bastante.

I.N. – E no que consistiam os memorandos?

J.V. – São propostas, proposta disso, proposta daquilo. Então, a primeira definição que nós fizemos era que era necessário haver uma consolidação das normas que lidavam com a CVM,

isto é, normas da Lei da CVM, mais as normas do Conselho Monetário e também as normas do... algumas normas do Banco Central, e a Lei de S.A. e a Lei da CVM, não é isso? Então nós resolvemos fazer um regimento interno, que, na verdade, era... Você não precisaria de se valer das diversas leis que regulavam a CVM, porque estaria tudo lá no regimento interno. O regimento interno, eu não sei se ainda existe, mas o regimento interno, normalmente, ninguém lê. Mas nós fazíamos questão do regimento interno, se referir sempre ao regimento interno, para que todos nós nos conscientizássemos de quais eram os poderes da CVM. E eu me lembro que eu, logo no princípio, eu fui... A Lei da CVM é muito complicada, porque tem muitos poderes compartilhados, naquela época, com o Banco Central; tem muito... muito luva de pelica, para não afrontar o todo-poderoso Banco Central, na própria lei.

I.N. – O senhor sabe quem fez a lei, quem redigiu a lei?

J.V. – Sei.

I.N. – Como é que foi o processo de redação da lei?

J.V. – Eu chego lá. Aí me convidaram, o Instituto dos Advogados, porque eu sempre fui do...

I.N. – O IAB, ali do lado da OAB?

J.V. – É. Eu era membro do IAB, fui diretor do IAB, e aí me convidaram... Não me lembro quem era o presidente. Mas me convidaram para fazer uma palestra, e tinha a imprensa, e eu, com a minha... muito tranquilo, disse que eu estava perplexo, que a CVM estava perplexa, nessa confusão legislativa sobre os seus poderes. E é claro que os jornais, no dia seguinte, botaram: “CVM perplexa”. Foi a única vez que o Roberto me chamou a atenção. “Você não pode dizer que está perplexo!” “Mas eu não estou perplexo?!” “Sim, mas não se diz isso. Nós podemos discutir esses assuntos internamente, mas não publicamente.” Aprendi a lição. Realmente, não devia dizer que eu estava perplexo dos nossos poderes. “O governo não diz que está perplexo dos seus próprios poderes.” Então aprendi isso, que não devia dizê-lo. Mas...

I.N. – Eu perguntei da Lei da CVM, quem é que a elaborou.

J.V. – A Lei da CVM, foi o José Luiz, com muito poucas... É muito semelhante... Ele pegou a Lei 4728, incorporou a CVM à Lei 4728, fez algumas adaptações novas e compatibilizou o problema do Banco Central com a CVM, para não... e botou todos os poderes no Conselho Monetário. Com o tempo, isso foi modificado. Naquela época, era o possível. Mas não foi uma lei tão discutida quanto a Lei de S.A. Nunca ninguém se preocupou muito com a redação da Lei da CVM. É um dado. Era uma consequência da Lei de S.A. Precisava ter a lei... Mas ninguém... Os únicos que estavam preocupados com isso eram os corretores, porque os corretores...

[INTERRUPÇÃO EXTERNA]

I.N. – A gente estava falando da elaboração da Lei da CVM.

J.V. – Então, não houve nenhuma discussão a respeito do assunto. Os únicos que tinham mais interesse na CVM eram os corretores e as Bolsas, que tinham interesse. Porque, antigamente, eles... Não é que eles estivessem cooptados ao Banco Central, mas o fato é que os corretores tinham uma certa independência e autonomia, porque o Banco Central não se preocupava muito com a Bolsa de Valores. Então foram os únicos que mais prestaram atenção aos poderes da CVM.

I.N. – E tinha um corretor na gestão, não é?

J.V. – Tinha. Tinha o Ney, que foi um grande crítico da permanência das ações preferenciais no mercado. Ele achava que as ações preferenciais não deveriam deixar de ter voto. E escreveu muitos artigos, na época da elaboração da Lei de S.A., criticando esses pontos. Mas era o homem que representava o mercado. Bastante independente, vamos dizer assim. Na Bolsa de São Paulo, o Roberto era muito querido lá. Eu não conhecia ninguém na Bolsa de São Paulo, por exemplo.

I.N. – E na Bolsa do Rio, o senhor conhecia, é claro.

J.V. – Na Bolsa do Rio, eu conhecia todo mundo, por eu ser do Rio de Janeiro.

I.N. – Seu avô, também, e toda a história.

J.V. – É, meu avô e tudo mais. Então, no Rio, não tinha problema. Mas, em São Paulo, o Roberto foi muito bem aceito pelos corretores, porque, apesar de ele ser carioca, ele era um banqueiro que a vida inteira ficou em São Paulo. Hoje em dia, ele tem mais o *physique du rôle*³³ de paulista do que de carioca. Então, era necessário isso. Não podia ser... Quer dizer, eu sempre acho que nunca podia ser uma pessoa... O primeiro presidente da CVM não podia ser ninguém diferente do Roberto Teixeira, por todas essas características.

P.F. – E é importante... Não sei... Gostaria que o senhor comentasse um pouquinho. Nesse momento do dr. Roberto Teixeira, ali na questão da elaboração do regimento interno da CVM, existia uma expectativa social – quando eu falo social, é uma expectativa dos setores privados, dos setores públicos, também, e dos setores jurídicos – em relação ao que viria a ser a CVM, um órgão desenvolvimentista, baseado numa administração moderna, mas que também, em algumas entrevistas e em algumas leituras, surgem como uma expectativa um pouco difusa: é um órgão fiscal, mas, ao mesmo tempo, é um órgão punitivo. Como é que foi essa elaboração?

J.V. – A percepção sobre a CVM era muito complicada. O empresário, poucos ligavam para o mercado. Eram muito poucas companhias abertas verdadeiras – tinha muitas empresas que estavam registradas em Bolsa, mas que não captavam recursos, e que foi um problema, e que depois nós trataremos disso. Mas o fato é que não existiam... O empresário estava mais interessado em ver quais eram seus direitos e obrigações na Lei de S.A. do que na fiscalização de mercado, porque, de novo, o mercado era muito incipiente e eles usavam muito pouco o mercado. Os banqueiros de investimento, esses sim, tinham bastante interesse, por achar que tinha um nicho... Naquela época, existiam os banqueiros de investimento independentes, que achavam que tinha um futuro grande no mercado de capitais, e o emprego dele estava dependendo do desenvolvimento do mercado de ações, do mercado de valores mobiliários. É claro que já tinham outras... Mas não existia nada de grandes operações de compra e venda de

³³ Expressão da língua francesa, que pode ser aqui entendida como “cara de paulista” e “cara de carioca”.

companhias, não existia grandes *mergers e acquisitions*.³⁴ Não existia esse negócio, na época. O mercado era muito pequeno. Eles tratavam mais da administração dos Fundos 157 e de alguns *underwritings*,³⁵ mas esperavam que um dia, na vida deles, que houvesse um desenvolvimento do mercado, para poderem ganhar mais dinheiro e serem felizes na sua atuação de banco de investimento. Os analistas de mercado eram poucos e também gostariam muito de ser desenvolvido, porque eram... Não existiam... Eram raríssimos os bancos com analistas de mercado independentes. Porque eram mais analistas de mercados, poucos, dentro de cada instituição.

P.F. – O dr. Roberto vinha um pouco dessa posição, não é?

J.V. – Vinha de analista de mercado, mas, também, dentro de uma instituição de *trading*.³⁶ E os corretores. Esses, sim, tinham muita preocupação com a CVM, porque lidavam com... Não os corretores em geral; os corretores membros da Bolsa, membros do conselho da Bolsa, porque eles tinham que justificar a existência... Eles estão fazendo esse negócio para quê? Para um mercado pequenininho? Então eles, esses corretores, apesar de ganharem muito dinheiro ou mais dinheiro fora do mercado de valores mobiliários – ganhavam muito dinheiro no *open market*³⁷, em títulos de renda fixa e tudo mais, que não estava sob a jurisdição da CVM –, tinham um conselho da Bolsa, que... de corretores, que... precisavam justificar a atividade deles dentro da Bolsa. E esses, sim, operavam muito. Esses, sim... Tinha uma grande influência, inclusive política, em relação à CVM. Se você ler as entrevistas dadas pelo então... pelo [Alfredo] Rizkallah, que era presidente da Bolsa, [ele] dizia que era importante a existência da CVM, ou o Manoel Octávio Pereira Lopes, que foi o presidente da época que nós nos instalamos, esses depoimentos estão aí, eu tenho na minha sala...

I.N. – Manoel Octávio...?

J.V. – Eles não sabiam muito bem qual era a função da CVM. Os jornais achavam que era xerife de mercado; os corretores queriam que fosse o desenvolvimento do mercado, porque não

³⁴ Expressão de língua inglesa, que pode ser traduzida como “fusões e aquisições”.

³⁵ Expressão de língua inglesa que pode ser traduzida como “subscrição”.

³⁶ Expressão de língua inglesa que aqui designa instituições de compra e venda de valores mobiliários.

³⁷ Expressão da língua inglesa que pode ser traduzida como “mercado aberto”.

gostariam... Achavam que o xerife era ele, na autorregulação. Então, eu nunca senti, a não ser dos advogados, uma necessidade... uma grande fé na CVM. [Achavam] que era mais uma burocracia, mais uma... Mas não via... Nós nos achávamos muito mais do que eles nos achavam. Mas, com o tempo, isso foi modificando. Mas nunca senti que tivéssemos muitos aliados, nem dentro do governo nem fora do governo. Nós éramos uma instituição em formação, e tínhamos que provar, tínhamos que mostrar a que viemos. O trabalho de estruturação foi muito grande, foi muito bonito, a estruturação da CVM; a filosofia da CVM, a divulgação da filosofia; muitas reuniões, muitos planejamentos estratégicos internos; muito democrático, ouvíamos todo mundo. As normas que baixávamos eram normas que... Precedia-se sempre de audiência pública e de uma análise do resultado da audiência pública. Não era uma audiência pública meramente formal, como hoje em dia se faz, que o governo... os órgãos reguladores fazem... põem em audiência pública um projeto, mas não justificam por que não modificaram. Ou então, quando modificaram, não dizem por quê. E é raríssimo modificar. A audiência pública é muito mais para corrigir erros de português do que para mudar a substância da norma.

P.F. – Tem duas questõezinhas. É curioso pensar a CVM surgindo como um órgão do governo, um órgão público e, de certo modo, tendo que exercer alguma gestão de relações com o próprio Estado. E aí chama atenção dois fatos importantes, que eu gostaria de ouvir do senhor, duas questões, na verdade, importantes. Primeiro é a própria relação com o Banco Central, nesse período de reestruturação, e aqui a gente está falando um pouco sobre a questão da demarcação de competências. Surge um novo órgão, então, como é esse surgimento de um novo órgão em, vamos dizer, em um saber fazer regulatório já mais ou menos estabelecido? E a outra questão é como surge também um órgão desenvolvimentista, com uma ideologia econômica mais liberal, dentro de um Estado autoritário?

J.V. – Bem, em primeiro lugar, tem fases. Infelizmente, muitas vezes, o governo, por mais autoritário que seja, depende das pessoas que estão executando determinadas tarefas. E, no princípio de 1977, quando nós assumimos, até 1979, dois anos, enquanto o Roberto esteve lá, nós tivemos uma administração do Banco Central muito *friendly*³⁸. E por que isto? Porque nós

³⁸ Expressão da língua inglesa que pode ser traduzida como “amigável”.

tínhamos, na Diretoria de Mercado de Capitais, que era a mais importante para a CVM, o Sérgio Augusto Ribeiro, que tinha sido diretor do Unibanco, colega do Roberto – e eu o conhecia, também, por minhas atividades profissionais –, e ele tinha uma grande amizade e reverência e admiração pelo Bulhões Pedreira, porque o Bulhões Pedreira tinha ajudado muito ele, quando foi diretor da Caixa de Amortização, logo depois de 1964. Quem criou os títulos com correção monetária, juridicamente, as Obrigações Reajustáveis do Tesouro, foi o Bulhões, e o Sérgio ficou muito grato, vendo esse trabalho todo que ele fez, ajudando a Caixa de Amortização. Essa diretoria não existe mais, no Banco Central. Então, quando era o Sérgio o diretor de Mercado de Capitais e o Paulo Lira era o presidente do Banco Central, todos os outros diretores eram... A nível de diretoria e de assistente da diretoria, fomos muito bem aceitos. Quando mudou o governo e entrou o Figueiredo, aí já foi bem diferente, porque entrou, para a presidência do Banco Central, o Carlos Brandão, e o Carlos Brandão era uma figura extremamente devotada, amada pelo mercado de corretores, porque ele era o homem do *open market*, ele era o homem da carta de recompra, ele era o homem que dava muita facilidade... facilidade no bom sentido, quer dizer, não... mas que só se interessava pelo *open market*. Ele não tinha nenhuma vocação e nenhum desejo de se imiscuir com o mercado de...

P.F. – E ele ficou pouco tempo no Banco Central, não é?

J.V. – Ele ficou muito [pouco] tempo.

P.F. – Pouco. Alguns meses.

J.V. – Então, não interferiu nada. Nesse período, não interferiu nada.

P.F. – Isso.

J.V. – Depois ele saiu e entrou o Galvêas. E o Galvêas era do tempo do Delfim, de tudo... E [já] tinha sido presidente do Banco Central, também. E aí, então, tudo tinha que passar por ele. E ele, então... ele, para... a CVM não existia. Eu conto esse... Quando o Roberto [Teixeira] saiu, quem me nomeou foi o [Karl Heinz] Rischbieter. E logo depois o Rischbieter saiu... Não. O

Rischbieter, então, convida o... Quando o Simonsen sai, vai o Rischbieter... Não, espera um pouco. O Rischbieter foi nomeado ministro da Fazenda, e o Simonsen, do Planejamento.

P.F. – O Rischbieter foi de 1979 a 1980.

J.V. – De 1979 a 1980. Então, em 1979, quando eu assumi, o Rischbieter era o ministro da Fazenda e o Carlos Brandão, o presidente do Banco Central. Logo depois, sai o Carlos Brandão e entra o Galvêas, e o Galvêas era estilo Banco Central é tudo, o Banco Central manda na economia nacional, manda em tudo, e não queria nada a ver com a CVM. Eu conto sempre esse episódio: ele, presidente do Banco Central; eu, presidente da CVM; vem a desvalorização cambial, nós precisávamos... As empresas abertas tinham que ter uma contabilidade adaptada à desvalorização cambial. Porque se você... Um dia você está com o dólar a X e o seu passivo referente àquele X ; se você dobra ou triplica o valor... Não me lembro qual foi o montante da desvalorização, mas era um impacto brabo nos balanços. Todas as companhias abertas que tinham endividamento externo viravam o resultado, se fosse aplicado esse sistema. Eu, na CVM tinha poderes para regulamentar esse problema das instituições financeiras, das companhias abertas. Só eu. Então, o que eu fiz? Chamei os auditores independentes, o Instituto dos Auditores Independentes, e chamei as grandes empresas do mercado que tinham dívidas em moeda estrangeira para discutirmos, examinarmos qual era a melhor maneira de contabilizar essa perda cambial, sem que houvesse um impacto muito grande no mercado. E ele soube. Ele, presidente do Banco Central, soube que eu estava fazendo essa reunião. Aí me liga e diz: “Você está fazendo reuniões sobre...?” Eu disse: “É. A CVM precisa regulamentar isto. É competência da CVM”. Aí ele disse assim: “Mas você vai baixar uma resolução, sem que o presidente do Banco Central saiba?”. Eu disse: “Não. Logo que baixar, eu lhe mando uma cópia”. E ele desligou o telefone. Quer dizer, ele estava nervoso e tudo mais, mas, para ele, era inconcebível a CVM fazer ou tomar uma atitude dentro da sua competência, porque ele achava que o Banco Central é que deveria regular essa questão de câmbio. Não é que... Eu não estava mexendo em nada; eu só estava mexendo nos efeitos da mexida que ele fez, que foi a desvalorização cambial. É um problema do mercado, não tem nada a ver com ele. Mas ele não gostou. E revela um pouco a dificuldade de relacionamento que eu... com o Banco Central de então. Depois teve outro episódio, quando ele assume a presidência do... o Ministério da Fazenda... O Rischbieter sai, ele substitui o Rischbieter...

P.F. – O Ernane Galvêas.

J.V. – O Ernane Galvêas.

P.F. – Em 1980, não é?

J.V. – Em dezembro de 1980³⁹, se não me engano. E eu vou lá, como subordinado do ministro da Fazenda, colocar meu cargo à disposição, porque é um cargo de confiança e tudo mais, e ele entende que eu estava lá para pedir uma promoção, porque ele disse: “Não, você é muito jovem, tem muito tempo para subir”. Eu disse: “Não, mas eu estou muito satisfeito na CVM”. Quer dizer, então, na cabeça dele, a CVM não era nada, era um departamento do departamento do departamento do Banco Central. Não tinha a menor noção de o que era a CVM.

P.F. – Quer dizer, tinha uma falta de compreensão inclusive da escala do órgão.

I.N. – Da magnitude.

J.V. – Da magnitude da CVM, o que ela estava se propondo lá. Isso ficou provado no decorrer da minha gestão e no choque posterior, na venda das ações da Vale do Rio Doce.

I.N. – Antes de a gente chegar nesse momento já da sua gestão, eu queria só recuperar algumas questões da época da estruturação, porque eu acho que são importantes como registro da instituição, também. Ainda na gestão do dr. Roberto, quando vocês estavam estruturando todo o funcionamento da CVM, de onde vinham os recursos financeiros para essa estruturação? Qual era o orçamento da instituição? Como funcionava?

J.V. – Nós tínhamos um orçamento... A fonte dos nossos gastos era o Orçamento Monetário. Naquela época, existia o Orçamento Monetário. Então, não existia... O céu era o limite. O fato é que nós... O Banco Central, na transição, propôs um orçamento da fonte, do Orçamento

³⁹ Ernane Galvêas toma posse no Ministério da Fazenda em janeiro de 1980.

Monetário, e nós devolvemos dinheiro. Quer dizer, eles propuseram mais do que o que nós gastamos, e nós devolvemos. Nos dois anos, nós devolvemos dinheiro para o Banco Central. Mas era o Orçamento Monetário, então, tudo era aprovado pelo Conselho Monetário, o Plano de Cargo e Salários, tudo era aprovado pelo Conselho Monetário.

I.N. – Porque, posteriormente, ela vira uma autarquia, mas naquele momento...

J.V. – Não. Era uma autarquia financiada... A Lei da CVM dizia que as fontes de financiamento da CVM eram: o Orçamento Monetário, o Orçamento Fiscal, doações ou coisa parecida... Não sei o que era, não me lembro, mas a lei era muito clara a respeito disso. É claro que o mais confortável era o Orçamento Monetário, principalmente numa época em que o Banco Central mandava no Brasil. Então, no primeiro e segundo ano, nós devolvemos dinheiro, e no terceiro... Aí, quando eu assumi, o primeiro ato do... Quem presidia o Conselho Monetário, se não me engano, era o Delfim [Netto]. Não me lembro se era o Delfim ou era o Galvêas. Não, acho que era o Delfim. Era o Delfim. Não, era o Galvêas, desculpe, e o Delfim era o ministro do Planejamento. Ministro do Planejamento? Por que isso? Não sei. Eu sei que, quando eu fui propor, o Delfim rejeitou, dizendo: “Não aprovo”.

I.N. – A mudança de...?

J.V. – “Não aprovo o Orçamento Monetário. Não pode ser o Orçamento Monetário; tem que ser o Orçamento Fiscal.” Foi o primeiro dia do conselho e já recebi essa chapulexada.

I.N. – Tirando do Orçamento Monetário.

J.V. – Tirando do Orçamento Monetário. É claro que deu trabalho. Fizemos e tudo mais. Naquela época, não existia discussão muito no Parlamento a respeito do assunto. Mas, para responder, nós fazíamos o orçamento, aprovávamos no Conselho Monetário e aplicávamos. E às vezes, se tinha superávit, devolvíamos. E depois, no terceiro ano, já era Orçamento Fiscal.

I.N. – E vocês também montaram, junto com a questão do regimento, montaram um Plano de Cargos, um Plano de Salários, não é, dr. Jorge? Como é que foi pensar nesse quadro? Sobretudo

pensando nessa ideia da CVM como um quadro técnico, que é um foco que a gente vê – ouvindo, pesquisando, a gente vê muito esse foco dos técnicos da CVM. Como que vocês pensaram nesse staff, nessa seleção, em toda essa organização de pessoal? Como é que foi pensar nisso?

J.V. – Em primeiro lugar, você tinha os cargos de confiança e a estrutura de pessoal. Quem eram os cargos de confiança? Além dos diretores, que seriam, naquela época, demissíveis *ad nutum*, você tinha o superintendente-geral, que era cargo de confiança, e os superintendentes. O resto, tudo eram concursados. Tinha alguns gerentes, um ou outro que podia ser cargo de confiança, DAS. E essas pessoas... O único cargo de confiança, além dos diretores, que foi escolha pessoal do Roberto foi o chefe de gabinete, foi o Marco Aurélio Moreira Leite.

I.N. – Demissível, também.

J.V. – O resto todo tinha que passar por um teste psicológico, os cargos de confiança, e tinha que ser... Então, tinha esse teste psicológico... psicotécnico... sei lá o que era... Era uma espécie de vocação... Era o Fuerstenthal, Alex Fuerstenthal⁴⁰. Ele morreu.

I.N. – Como era o nome?

J.V. – Fuerstenthal. Se não me engano, Alex Fuerstenthal. Não sei se é Alex. É Fuerstenthal. Então, ele fazia um laudo de aptidão das pessoas, se a pessoa é isso, se é aquilo, se é inteligente, se é burro, se dá para matemática ou não dá para matemática, e esse laudo, então, era circulado – era sigiloso, mas era circulado entre os diretores. E as pessoas só podiam ser contratadas se fosse aprovado por todos.

I.N. – Todo o staff? As secretárias, tudo mais?

J.V. – As secretárias... Não, a secretária, não. A secretária é cargo de confiança, mas cada um levou a sua. Mas estou dizendo os superintendentes... Quer dizer, o Francisco Gros foi

⁴⁰ Encontrado Achim Hermann Fuerstenthal, em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/empregos/ce0312200007.htm>.

convidado para ser superintendente, cargo de confiança, teve que fazer o laudo do Fuerstenthal e teve que... Foi indicado por mim, mas teve que ser aprovado por todos.

I.N. – Não tinha o concurso público, para os outros cargos, mas...

J.V. – Não. Para o cargo de confiança, não tem concurso público nunca. Mas os outros, era concurso público. Nos concursos públicos, aí não precisava do teste do Fuerstenthal, porque ficaria caríssimo, fazer para todo mundo. Então você tinha os cargos de confiança, e assim que foram feitos, primeiro os cargos de confiança; tinha dois ou três funcionários que vieram do Banco Central, no princípio, para ajudar, antes de termos os concursos; e foram feitos os concursos para todos; e tem um concurso especial para os advogados.

I.N. – Quando foi o primeiro concurso, dr. Jorge, em qual ano?

J.V. – Acho que foi em... Foi em 1978, mesmo. Em 1978, já tinha todo mundo. Em 1977, foi muito... nós nos concentramos muito nos concursos, e tinha discussões infundáveis sobre a Política de Recursos Humanos. Na Política de Recursos Humanos, ficava bem claro o foco na meritocracia, e não no tempo de serviço. Nós achávamos que as pessoas deviam entrar para a CVM como um treinamento, vamos dizer assim, para a vida futura dele, econômica, em outros empregos. Nós não queríamos que a pessoa ficasse lá a vida inteira. Não sei como está agora, estatisticamente falando, mas, no princípio, nós achávamos que o sujeito podia passar no máximo cinco ou seis anos, e depois, com aquilo que ele... a cultura, que era muito forte, a cultura de mercado, a cultura de comportamento ético, a cultura desenvolvimentista, e não de xerife, fosse um manancial para as instituições do mercado.

I.N. – Então, que esses concursados, depois, iriam para o mercado e ficariam lá...

J.V. – Isso. E nós sabíamos também que os cargos de confiança iriam para fora, e era incentivado. Ninguém... Nós não achávamos que o Brasil... Quer dizer, nós achávamos que a CVM devia ser uma incubadora, vamos dizer assim, de recursos humanos para o mercado.

P.F. – Junto a uma dimensão pedagógica, não é?

J.V. – Muito, muito.

P.F. – Porque está passando para frente.

J.V. – E se você vê o credo... É impensável! Hoje, você vê que nós baixamos um credo para os funcionários da CVM, o que a CVM... Quer dizer, um credo... Como tem o credo...

I.N. – Creio em Deus Pai...

J.V. – ...Creio em Deus Pai, todo-poderoso, lá tem: creio no livre-mercado, creio nisso, creio naquilo... É inacreditável! E a pessoa se lembra daquilo.

I.N. – Como é o credo?

J.V. – Está aí no...

I.N. – Creio no livre-mercado...?

J.V. – Está aí, o credo, está nesse livrinho do relatório da CVM. E o sujeito assinava aquilo. Mas convicto. Não era imposto. Não era uma condição para ele entrar no mercado, mas era importante que... Se você lê aquele negócio hoje, você... Eu fico vermelho, como é que nós tivemos a coragem de fazer um credo! Parece... Sei lá! Parece um... Mas está lá. Eu fico surpreso com isso, mas está lá. E foi um sucesso. O espírito da CVM era uma coisa muito bonita.

I.N. – Antes de entrar nos advogados, que é um ponto muito importante, obviamente, do seu depoimento, eu queria perguntar um pouco sobre essa ideia de administração colegiada. Ainda mais se a gente pensar numa sociedade como a brasileira, que é uma sociedade que não tem o hábito do debate entre iguais, é uma sociedade hierarquizada, digamos assim, como foi pensar numa gestão da diretoria que é uma gestão equilibrada e mais voltada para as decisões colegiadas e coletivas e menos decisões pessoais? Como que vocês pensaram isso?

J.V. – Nós queríamos que fosse uma coisa... quer dizer, que a cultura não fosse das pessoas; fosse do conjunto, e que a opinião de uma pessoa não prevalecesse em relação aos outros. Não é aquele que grita mais alto ou aquele que sabe mais que vai levar. Tinha que ser uma decisão de maioria, para que houvesse uma conscientização maior daquelas decisões. Por outro lado, a única maneira de você ter sucesso numa governança é não hierarquizar as suas funções em cima. Você tem que fazer... Você tem que ter uma boa governança e você tem que ter um órgão que dita a política, e os de baixo, que executam. O que dita a política não é executor, porque senão personaliza, também. Então você tem que ter colegiado, pessoas que tenham conhecimento específico de determinada matéria, para compartilhar esses conhecimentos com os outros. É claro que, eu sendo advogado, os outros me respeitam, quando eu falo, mas quem vai executar é o jurídico, é o chefe do setor jurídico, e não eu. Eu me lembro que eu pedia para ver os pareceres do jurídico, só para saber se tinha desvio, e eu anotava assim: “Ouso discordar. Se quiser, discute comigo”. Se ele discutia, muito bem; se não discutia, não... Mas a grande maioria das vezes, vinha discutir: “Por que você discorda?”. Aí eu dava a opinião. Mas a materialidade, a execução do pensamento jurídico era do jurídico, não era meu. E a mesma coisa com as empresas: não era um responsável final para a implantação do sistema de informação ou de como é que devia ser o *insider trading*⁴¹ ou coisa parecida. Não. Isso era o pessoal de baixo. Por isso é que era... E não é que era pouco trabalho, não. Nós trabalhávamos desesperadamente, porque era muito assunto que subia ao colegiado. É claro, se você não quisesse trabalhar, não trabalhava, mas todos estavam imbuídos do propósito de implementar a CVM e fazer funcionar.

I.N. – E nesse caso... Bom, tem a formação do quadro técnico-jurídico. Como é que vocês pensaram? Teve toda uma organização para isso, não é, dr. Jorge?

J.V. – O técnico-jurídico é o seguinte...

I.N. – [Teve] o curso...

⁴¹ Expressão da língua inglesa que pode ser traduzida como “divulgação de informações privilegiadas”.

J.V. – Eu já tinha tido a experiência do CEPED...

I.N. – Que lhe marcou muito.

J.V. – ...que me marcou muito, e tinha tido a experiência daquele curso do Ministério de Minas e Energia. Como é que foi, de novo, o curso do Ministério de Minas e Energia? Se contratou jovens candidatos que quisessem fazer um curso e, depois do curso, se eles estivessem bem e se tivessem passado, eles seriam contratados. E os atuais, naquela época... Os já funcionários fariam o curso também e, se reprovados, seriam demitidos. Isso, eu já disse aqui que não ocorreu, a demissão. Mas eu gostei daquele sistema de contratar gente nova, fazer o curso, para eles serem alocados... se passassem, serem alocados nas suas repartições. Eu disse: “Por que não fazer isso aqui na CVM? Então, nós fazemos um concurso público... não sei quantos candidatos... mil candidatos, que seleciona quarenta, para vinte vagas. Mas há quarenta vagas para o curso. E aqueles vinte primeiros colocados serão contratados, depois de passados os seis meses de tempo integral de trabalho.” Eles eram contratados provisoriamente. Naquela época, você podia fazer isso. Era muito mais facilidade, para ser eficiente. Você podia contratar por seis meses, no serviço público, e depois, então, contrataria os que passassem. E esse curso foi um sucesso, de novo, porque era a mesma metodologia do CEPED, a mesma metodologia do curso do Ministério de Minas e Energia, e os professores, da melhor qualidade. Os professores... Muitos professores que já tinham sido do CEPED, sob coordenação do Carlos Augusto Silveira Lobo, que era um procurador do Estado... Não sei se era procurador-chefe do Estado. Naquela época, era procurador do Estado, mas que era um dos fundadores do CEPED. O [Alfredo] Lamy deu aula, o [José Luiz] Bulhões Pedreira deu aula... Economia, eu não me lembro quem é que deu aula de economia. Mas era o mesmo sistema do CEPED: economia; contabilidade; sobre administração pública, talvez alguma coisa. Era um curso interdisciplinar. E a prova do sucesso foi que os vinte contratados... Só um não quis o contrato, que foi o Cantidiano, porque ele queria ser o superintendente, e nós só íamos dar a gerência, para os que passassem, para os dois melhores que passassem. E aí o Cantidiano não aceitou, e o gerente, então, foi o Paulo [Cezar] Aragão. Mas todos eles... A grande maioria se deu muito bem... Não tem mais nenhum lá, é claro, mas se deram muito bem no setor privado, grandes advogados, e contribuíram bastante para o desenvolvimento do mercado, não só dentro da CVM, mas também fora da CVM.

I.N. – E por quanto tempo...? Eles tinham um período limite para atuar? Ou poderiam ficar lá a vida inteira, se quisessem?

J.V. – Se quisessem. Mas nós sabíamos que não ia acontecer isso, porque o mercado estava terrivelmente demandante de advogados do... E é claro que isso, depois, acabou tudo.

I.N. – Acabou tudo?

J.V. – Criaram a AGU, e aí todos os advogados são da AGU. É inacreditável. Foi o maior crime que se podia causar... que podia ter sido cometido contra, principalmente, os órgãos reguladores. É inacreditável. O Malan, como ministro da Fazenda, conseguiu que a Procuradoria da Fazenda ficasse fora da AGU, mas o voluntarioso ministro Gilmar Mendes resolveu enquadrar todos os advogados como AGU. Aí acabou o jurídico da CVM. Uma das grandes... A gente vai voltar aqui, mas um dos grandes orgulhos nossos da época, o meu, foi a questão do parecer de orientação. E, hoje em dia, o parecer de orientação é dado não pela CVM, mas sim pelo representante da AGU dentro da CVM. Não é mais a posição do órgão; é a posição do advogado. Então, isso é um crime.

P.F. – Centralizado, burocratizado...

J.V. – Não, mas que não tem nada a ver com a missão da CVM. Não tem nada a ver com a missão da CVM. Então é uma pena, é uma pena. É inacreditável que a sociedade aceite um negócio desses. É intolerável. Mas, infelizmente...

I.N. – Eu queria voltar na questão da sede, também. Inicialmente, foi no Ibmecc, que era como se fosse uma... Era cedido, literalmente, era uma cessão.

J.V. – Era cedido, era uma cessão gratuita.

I.N. – Como é que vocês...?

J.V. – Depois nós fomos buscar imóveis. Aí nós éramos... Eram os mosqueteiros que iam lá. Os quatro mosqueteiros ou cinco mosqueteiros que iam visitar os imóveis, para saber se gostavam ou se não gostavam. E aí se descobriu um [imóvel] um pouquinho melhor. O Banco Central tinha feito a intervenção em um banco, que, se não me engano, era o Banco Geral do Comércio, ali na rua da Quitanda, que tinha dois andares – era um pequenininho, ali perto da Secretaria da Fazenda, na rua da Quitanda, esquina de Rosário –, e nós, então, fomos para lá. Éramos poucos. Não tínhamos ainda os concursados; só tinham alguns cargos de confiança. Era muito pequeno. E eu me lembro que nós... Porque tinha... Ficava a diretoria em um edifício e as superintendências em outro edifício. Não me lembro qual era o outro edifício. Era ali na Praça Pio X, na Candelária. Então era sorteio. O Roberto ficou na sobreloja e designou o Ney Carvalho para ficar na sala ao lado – disse ele que precisava fiscalizar se o Neyzinho estava indo ou não estava indo à repartição –, e nós três, Geraldo, Milão e eu, tínhamos que sortear qual era a sala que iríamos ficar.

I.N. – Maravilhoso!

J.V. – E o diabo é que a sala melhor... Era uma sala que tinha banheiro. Era a sala do presidente do banco. E eu tive a má sorte de ser sorteado para ficar com essa sala. Por que má sorte? Porque o Geraldo ficou uma fera, porque achava que os deuses me protegiam. A sala tinha um banheiro atrás, um banheiro privativo, e tínhamos combinado, antes do sorteio, que, como era o único banheiro que tinha naquele andar, que o acesso era de todos os diretores. Então, uma vez, eu me lembro que eu estava numa reunião com um banqueiro e, de repente, entra o Geraldo. O Geraldo só ia ao banheiro de chinelo. Então, de chinelo, com um jornal debaixo do braço, abre a porta, não diz nada... Todo mundo cala a boca, fica olhando aquela figura de chinelo, com o jornal debaixo do braço, se encaminhando para o banheiro. [risos] Foi uma cena totalmente insólita. É só para mostrar como é que era, que nós éramos uma repartição austera, beirando a miserabilidade. Mas isso era o princípio. Depois... E nós recebíamos pessoas lá, o público em geral, banqueiro, corretor, tudo. E aí procuramos... Mas, assim mesmo, estávamos procurando... Era melhor que o Ibmecc. Você vê que complicação que era. Aí procuramos um corretor, se não me engano, para alguma coisa mais definitiva, e encontramos o prédio que é até hoje da CVM, que foi comprado. Foi um preço bastante de ocasião, porque era do Banco Ipiranga, que estava em liquidação. Compramos do liquidante. Depois, acho que o Banco

Ipiranga reclamou do preço, que era baixo demais. Mas, em todo caso, não era. Fizemos a obra, e ficamos, se não me engano, com quatro andares. Agora tem muito mais andar. E aí também foi sorteio, para saber quais eram as salas. Só o presidente que tinha sala pré-determinada. E aí combinamos que a melhor sala ia para o Geraldo. [risos] Mas aí eu de novo fui sorteado com a melhor sala, mas eu disse que era ele que tinha tirado. Então, não teve mais essa cena esquisitíssima.

I.N. – E banheiros em todos os andares.

J.V. – É, mais banheiros. Sem banheiro privativo.

I.N. – Dr. Jorge, antes de a gente mudar... continuando no assunto, ainda, da estruturação, eu queria perguntar como é que foram pensadas as audiências públicas: a partir do quê vocês pensaram nelas; qual o formato; se tendo como inspiração alguma...

J.V. – A audiência pública... Como eu disse, nós queríamos fazer o modelo anti-Banco Central. O Banco Central às vezes usava a audiência pública através de comitê de mercado de capitais, comitê disso, comitê daquilo, mas era um negócio muito fechado, e não existia nenhuma publicidade. Então, só aqueles mais ligados ao comitê é que participavam, que podiam dar opinião. Então nós resolvemos fazer uma norma que toda norma, mesmo que fosse de competência do Conselho Monetário, mas sugerida por nós, na CVM, precisava haver uma audiência pública. Está no regimento interno. Nós pensávamos na audiência pública, uma audiência pública, mesmo, uma audiência aberta, que as pessoas pudessem participar e dar opinião e tudo mais, como se fosse um julgamento. E botamos no regimento interno que podia ser isto ou por escrito. Fizemos uma, se não me engano, aberta, mas que não veio muita gente. Então, preferimos fazer a audiência por escrito, mas com duas... Primeiro, mandamos a minuta para todo mundo, não só para os órgãos de classe, mas para todos os bancos, todos os corretores, para difundir bastante o projeto em causa, e fazíamos questão de, uma vez recebidas as sugestões, fazer uma exposição de motivos, por que aceitamos ou não aceitamos aquelas sugestões. Listávamos todas as sugestões e dizíamos quais aquelas que aceitávamos ou não aceitávamos. Fizemos isso em tudo. Qualquer coisa tinha audiência pública. Isso pegou.

I.N. – Esse material, será que continua arquivado?

J.V. – Certamente. É só o que faltava... Seria impensável... Nós fazíamos isso para que não houvesse, no futuro, nenhum retrocesso. Para nós, era muito importante essa questão da audiência pública, por todas as razões, não só para aprimorar a coisa, mas para dar legitimidade. Quer dizer, nós achávamos que a pessoa, participando da elaboração, dá legitimidade à norma. Isso era sagrado. Foi uma das grandes contribuições que foi dada na primeira gestão. A segunda grande foi a luta pelo *amicus curiae*. O *amicus curiae*, se não me engano, naquela época – nós estamos falando de 1977 –, não era uma prática... Foi mais difundida depois da Constituição de 1988, mas, até então, o *amicus curiae* era alguma coisa muito... Não existia o *amicus curiae*. Eu aprendi esse negócio de *amicus curiae*, se não me engano, nos Estados Unidos, na SEC, porque eles tinham a função do *amicus curiae*. E eu então propus ao colegiado que tivéssemos... criássemos *amicus curiae*, precisava de uma lei. Então, foi aprovado, mandou-se para o Ministério da Fazenda, para o Ministério da Fazenda mandar para a Casa Civil e tudo mais, e alguém do Ministério da Fazenda disse, ou a Casa Civil: “Vocês precisam falar com o consultor-geral da República... com o procurador-geral da República [corrigindo-se]”. E aí eu fui falar com o procurador. E quando ele viu o projeto, ele disse: “Mas isso é função do Ministério Público. Vocês querem substituir o Ministério Público?”. Eu disse: “Não, nós não queremos substituir o Ministério Público; eu só estou querendo mostrar que, no direito privado, você precisa que um órgão público dê a sua opinião, para auxiliar o juiz na sua decisão. Porque nós temos uma lei nova, uma Lei de S.A., muito pouco demandada em juízo, uma lei que pode ficar bastante sofisticada, e o juiz só precisa do *amicus curiae* para entender melhor e tomar a decisão. E, para grande espanto meu, ele concordou. A primeira reação foi ruim, mas a segunda... Ele disse: “Está bom, então”, e permitiu. Não sei hoje em dia como é que está o *amicus curiae*. Só sei que o *amicus curiae*, agora, tem que ser aprovado pela Procuradoria, pela AGU da CVM, que é uma pena, porque não é a posição da CVM, é a posição dos advogados, contra tudo aquilo que nós achávamos que devia ser.

P.F. – Aproveitando esse exercício de inovação, com o *amicus curiae*, gostaria que o senhor pudesse nos contar um pouquinho, dentro desse período, como foi a visita do senhor – parece-nos que foi em companhia do Francisco Gros e do Geraldo Hess – até a *Securities and Exchange Commission* (SEC), nos Estados Unidos. Como foi essa visita? Quais foram os

elementos, as influências que vocês perceberam naquela época que poderia ser adaptado, usado, inspirado no que... para a CVM?

J.V. – Teve diversos aspectos que nós trouxemos de lá. Foi uma visita muito curta – se não me engano, demorou uns três dias –, mas eu aprendi muito. Primeiro, porque eu fiquei surpreendido com o papel do jurídico da SEC. Ele aceita o papel de consultor. Então, se um banqueiro de investimentos ou se um escritório de advocacia vai fazer uma emissão pública de ações, se vai fazer determinadas operações, ele consulta a SEC, se está correto ou não está correto aquela operação. Isso é um... São páginas e páginas de pareceres e tudo mais. E eu levei um susto. A última coisa que gostaríamos de fazer era fazer a CVM virar um grande escritório de advocacia, um grande consultor. E aí surgiu a ideia do *amicus curiae* e dos pareceres de orientação. Principalmente os pareceres de orientação, que é outra coisa que era totalmente inovadora no sistema brasileiro, mas nós achávamos que era importante, se houvesse consultas ao mercado e nós achássemos... Mesmo que não tivesse consulta, mas se nós achássemos que tinha alguma dúvida sobre a interpretação da Lei de S.A., que nós poderíamos fazer um parecer de orientação, como a empresa deve se comportar. Não entramos absolutamente no mérito da questão, mas damos uma orientação, como é que deve ser pensado aquilo. Não é um poder jurisdicional a respeito do assunto, não estamos sendo judicantes, mas estamos dando um parecer de orientação. E nós fizemos questão, na época, que o parecer de orientação não fosse da CVM; fosse do jurídico. É um parecer do jurídico, um parecer de orientação do jurídico. Isso também é uma grande inovação que eu aprendi em função dessa visita aos Estados Unidos. A outra questão, também, é que nós temos mais poderes... O pessoal da SEC ficou com... eu diria ciúmes nossos, ou inveja, pela CVM ter o poder de registrar os auditores independentes. Então, nós temos o poder de dizer [se] o auditor independente tem capacidade ou não tem capacidade. E lá nos Estados Unidos eles não podem fazer isso; eles não têm poder para registrar o auditor independente. Então, eles têm um problema grande com os auditores. Depois a gente viu isso com aqueles casos... Estou falando em 1977. Outra coisa que me chamou atenção foram os julgamentos administrativos, e a grande função da SEC, de ser transparente em tudo que fazia, transparente total. Nada de segredo; tudo transparente. E isso nos levou a ter o julgamento em aberto, em público, que era um tabu, no Brasil. Vocês não imaginam, em direito administrativo, você fazer uma abertura do julgamento. Na época, nós abrimos um pouco, podem as partes e terceiros, mas não pode a imprensa, porque senão ia ser muito

complicado, se tivesse a imprensa. Mas qualquer interessado, advogado ou não, empresa ou não, pode assistir. Isso eu aprendi lá nos Estados Unidos, sobre essa questão do julgamento. E é claro que eu li lá a frase célebre do Brandeis⁴², “*sunshine is the best disinfectant*”. Então, isso também marcou muito. Mas, fora da visita da CVM, o que mais calou fundo em mim foi a visita que eu tive... foi o encontro que eu tive com o professor... que era professor de Columbia e que tinha sido presidente da SEC. Tinha sido chefe da SEC na época do...

P.F. – William Cary.

J.V. – William Cary, que tinha sido presidente da SEC na época do Kennedy. Então, duas coisas ele me falou. Uma, que ele tinha tanto orgulho de ter participado da CVM... da SEC – e o trabalho que ele fazia lá é o trabalho que se faz lá – que, quando ele saiu de lá, ele só queria o mundo acadêmico; ele não queria mais ser advogado, porque não queria contrariar nada do que a CVM fazia... do que a SEC fazia. Isso me impressionou muito. Porque, realmente, esses advogados que saem do lugar e voltam para... Por mais que ele diga que é para o bem da verdade, mas, muitas vezes, pode ser deletério, vamos dizer assim, para a SEC. Então, gostei dessa posição dele e tentei imitar na minha vida. O segundo ponto foi a... Quando ele foi nomeado, depois da nomeação, passou no Congresso, passou no Senado, e ele foi, então, agradecer ao Kennedy a nomeação dele, e quando terminou... Ele disse que demorou vinte minutos ou meia hora, a reunião lá no Salão Oval, aí o Kennedy foi levá-lo na porta e disse: “Espero nunca mais revê-lo, enquanto estiver no meu mandato. Porque, se eu revê-lo, é barulho, *is trouble*, é um problema. Então, não quero te ver. Espero não te ver”. E ele disse: “Fiquei na maior alegria, porque isto é o sistema americano. Você, quando está num órgão regulador, você é totalmente independente; não tem nenhuma vinculação com o presidente. E, se ele me visse, é porque estava acontecendo alguma coisa, que podia incriminá-lo, ou coisa parecida”. Sendo que o pai do Kennedy tinha sido presidente da SEC, *chairman* da SEC, no começo da vida dele.

⁴² Juiz Louis Brandeis, norte-americano, teria dito que “*publicity is justly commended as a remedy for social and industrial diseases. Sunlight is said to be the best of disinfectants; electric light the most efficient policeman*”. Em tradução livre, “a publicidade é justamente elogiada como um remédio para doenças sociais e industriais. A luz solar é considerada o melhor das desinfetantes, e a luz elétrica, o policial mais eficiente.”

I.N. – Interessante.

J.V. – Então é uma coisa que me marcou bastante e que eu procurei sempre... Nós procuramos sempre ser independentes, ficar no Rio de Janeiro, e não em Brasília, perto do poder, para não haver nenhuma promiscuidade.

I.N. – Isso foi uma questão, estar longe de Brasília?

J.V. – Foi. O Roberto, inicialmente, gostaria que fosse em São Paulo, que era mais perto... É claro que ele nunca me disse isso. Só soube isso depois. Porque, se ele dissesse isso, não há amor pela lei que me faça ir para São Paulo. [risos] Seria totalmente excludente, jamais aceitaria o convite. Mas, entre Brasília e Rio, a sugestão de Rio de Janeiro é justamente para ficar longe de Brasília, para ficar longe do poder.

I.N. – E de quem foi?

J.V. – Foi combinado entre o Roberto e o Mario Simonsen.

I.N. – E por que não foi para São Paulo, o senhor não sabe?

J.V. – Porque aí era demais. Aí era uma [forma de] cooptação, quer dizer, ficaria... No Rio, ainda existiam alguns órgãos públicos, como Susep... Naquela época, parte do Banco Central estava aqui. Então, era mais natural que... Não esquecendo que o ministro da Fazenda... Todos os ministros da Fazenda... Até o Delfim vinha toda semana ao Rio de Janeiro, passava a sexta e segunda. Então, a área econômica era Rio de Janeiro; nunca São Paulo.

I.N. – Isso foi mudar só mais recentemente.

J.V. – Foi mudar quando acabou... Pouco a pouco, foi... o Banco Central... a Dívida Pública foi para São Paulo... foi para Brasília e tudo foi para... Menos a Susep.

I.N. – Ainda pensando nessa fase de estruturação, antes de a gente chegar na sua, já no seu mandato, como que vocês pensavam, nesses primeiros anos de CVM, em 1977 e 1978, as relações com os jornais, ou como o dr. Roberto lidava com isso, também, com a imprensa.

J.V. – Isso é outra coisa que eu aprendi bastante com ele e que desenvolvi na minha vida pública muito. Ele resolveu... Ele tinha um assessor de imprensa muito bom, o Kleber Paulistano, e ele resolveu fazer uma entrevista coletiva toda semana, mesmo sem assunto. Mas era uma forma... Para os jornalistas, era ótimo, porque você tinha os setoristas e, na época da ditadura, você tinha uma janela de liberdade na imprensa, em função do Ministério da Fazenda, da área econômica. A área econômica era um lugar que não tinha nenhum constrangimento, nenhuma censura, principalmente a partir de 1974, com o Simonsen. Antes disso, tinha problemas, mas a partir de 1974, não. E todo jovem jornalista e setoristas ficavam satisfeítíssimos de ter a oportunidade de, no Rio de Janeiro, de estar com uma pessoa do governo, que podia falar sobre assuntos... que, teoricamente, falava assuntos de mercado, mas batia papo aqui... Era sempre uma fonte de informação boa para os jornalistas. E foi um hábito, um hábito que eu mantive. Não sei se meus sucessores mantiveram, mas eu... Foi fantástico, porque os jornalistas viam uma abertura grande nossa; eles precisavam de assuntos; e havia uma relação de confiança muito grande entre nós e eles, quer dizer, entre a CVM e os jornalistas. E grandes jornalistas de hoje eram setoristas daquela época.

I.N. – Por exemplo... Quem o senhor lembra?

J.V. – Eu me lembro do Ancelmo Gois; eu me lembro do Silvio Ferraz; do... Acho que o William Waack estava começando. O William Waack, eu acho que não. O William Waack, eu conheci em outra circunstância. Mas o Paulo Henrique Amorim, que não era setorista, mas cobria muito a CVM; o Silvio Ferraz; o Ancelmo; o George Vidor... O Vidor foi depois. O Vidor não foi do meu tempo, não. Antes, quem mais? A Patricia Saboia, do *Jornal do Brasil*... O *Jornal do Brasil*, O *Globo*, *Diário de Notícias*, todos os jornais... O *Estadão*, a... Ela se aposentou. Estou olhando para a cara dela agora. Não me lembro. Mas tudo bem. Em todo caso, isso foi ótimo, quer dizer, ajudava muito a CVM.

I.N. – Por quê?

J.V. – Porque tornava a CVM conhecida. Era um órgão que não existia, não tinha nada, então, precisava ter uma certa visibilidade. Teve dois casos que eu diria que foram muito importantes, na época do Roberto, e com bastante visibilidade. Um foi a tentativa de compra do controle do Comind, do Banco Comind, na época, pelo Gastão Vidigal, que era do Banco Mercantil. Naquela época, a CVM ainda não estava em atividade – era o Banco Central, ainda, o competente –, não estava em atividade porque não tinha decorrido aquele prazo de instalação da CVM, mas, nesse caso o Gastão Vidigal, do Banco Mercantil, começou a comprar ações do Comind, para obter o controle, e foi uma berraria danada nos jornais, porque não era possível que viesse a fazer isso. A CVM dizia que não tinha nada a ver com isso, e o governo, então, resolveu fazer uma comissão especial para averiguar a situação. E aí a comissão era: um representante do Banco Central e um representante da CVM. E do Banco Central era o... E da Bolsa de São Paulo também, eu acho, da Bolsa de São Paulo, alguém. Então, o representante da CVM era eu; o Evaristo Confort era o representante do Banco Central; e depois, o terceiro... Não me lembro quem era o da Bolsa. E aí tínhamos que entrevistar o Gastão Vidigal, e fomos a São Paulo entrevistar o Gastão Vidigal. Mas deu muita visibilidade sobre os poderes da CVM: por que a CVM não podia atuar agora, mas atuaria depois; oferta pública, todas essas coisas... Foi muito bom para a visibilidade da CVM. E outro caso muito sintomático e importante para nós, importante internamente e externamente, foi o Caso Petrobras. O Caso Petrobras: um belo dia, a Petrobras anuncia pequenininho que tinha... Não. A Petrobras anuncia, com grande galhardia...

P.F. – Isso ainda em 1977?

J.V. – Em 1978.

P.F. – Em 1978?

J.V. – Mas ainda não estávamos...

I.N. – O senhor ainda não estava na presidência.

P.F. – Ainda não.

J.V. – Não. Eu estava na diretoria.

P.F. – Ainda era o dr. Roberto.

I.N. – Sete de dezembro de 1977, diz aqui.

J.V. – O quê?

I.N. – Que o Caso da *British Petroleum*... “Com um contrato de risco, iniciava a perfuração de poço pioneiro na Bacia de Santos.”

P.F. – É, isso foi o começo. Mas o caso se desenrolou em 1978, não é isso?

I.N. – Isso. Então.

J.V. – E aí foi anunciado que tinha petróleo. O *Jornal do Brasil*, não sei por que cargas d’água, publicou, na primeira página, uma foto de um óleo derramado sobre a praia. Coisa de doido. Eu sei que teve uma repercussão gigantesca, que a Petrobras tinha descoberto petróleo na Bacia de Santos, e as ações foram lá para cima e começou uma especulação muito grande, e toda a imprensa cobrando a atitude do governo sobre esse negócio. Aí surgiu *insider trading*, isso, aquilo e aquilo outro, acusações aqui e acolá contra o governo, contra isso, contra a Petrobras, contra todo mundo. E a CVM não estava em atividade, ainda, não tinha poder nenhum, mas resolvemos... O Roberto comunicou ao Simonsen que nós íamos fazer um inquérito, e fizemos o inquérito e pesquisamos tudo e fizemos um relatório. E aí, nessa pesquisa, nesse relatório, está dito muito claramente as imperfeições que ocorreram no episódio: as imperfeições da Petrobras, as imperfeições do mercado, as imperfeições da imprensa, as imperfeições... Tudo está lá no relatório, inclusive uma crítica à imprensa, como é que ela procedeu, como é que ela foi leviana na informação, naquela foto e tudo mais. E o engraçado é que fizemos o relatório, o Roberto mostrou ao Simonsen, e o Simonsen sugeriu que suprimíssemos a parte crítica à

imprensa, o que é muito engraçado, quer dizer, um governo ditatorial dizendo que devia poupar a crítica à imprensa, e não ao governo.

P.F. – Não sei se era isso que se tinha em mente, mas, de fato, a imprensa era muito estratégica para a CVM, na difusão de sua...

J.V. – Claro! Claro!

P.F. – Não só na difusão da instituição, mas na difusão de todo o conhecimento que a instituição vinha introduzindo: o capital aberto, etc.

J.V. – Sim, sim. E naquela época, não esquecendo, você tinha três veículos muito importantes, no Rio de Janeiro – você tinha *O Globo*; o *Jornal do Brasil*; o *Jornal do Comércio*, que era muito lido nos meios empresariais –, e tinha correspondente fixo do *Estadão*... Da *Folha*, eu não me lembro, mas do *Estadão* e da *Gazeta Mercantil*. A *Gazeta Mercantil*, naquela época, era o *Valor* de hoje, então, tinha uma visibilidade muito grande, no Rio e em São Paulo. Então, isso causava uma grande... Quer dizer, você tinha uma difusão das notícias, o que a CVM fazia, muito grande. Isso logo no começo. Estou falando de 1977, 1978 e 1979. E aí, em 1980, tivemos o Caso Vale, que aí, então... Se você fosse fazer a centimetragem da CVM na imprensa, esse caso foi muito... teve muita repercussão na imprensa.

I.N. – Acho que, antes de a gente chegar no Caso Vale, vale a pena a gente encerrar essa parte da gestão de estruturação com o dr. Roberto. E aí eu, quando fui perguntar dos jornalistas, queria ter perguntado antes dessa diferença entre a COB e a SEC. Como que o senhor via, naquela época, esses dois modelos?

J.V. – A COB era muito... Na COB, eles eram muito menos, vamos dizer, eficazes do que a SEC.

P.F. – A COB é o modelo francês, a *Commission des Opérations de Bourse*.

I.N. – Isso. Porque o senhor também visitou a COB.

J.V. – Visitei a COB. Mas eles só tratavam da oferta pública de ações; não tinha nenhuma... muitas das preocupações que nós tínhamos. Não nos serviram muito de paradigma para o Brasil; só no sentido de dizer: “Nós estamos bem, nós não precisamos da COB”.

I.N. – Então, sempre a inspiração maior era...

J.V. – Era a SEC, certamente, certamente.

I.N. – A SEC era a grande inspiração de todos os gestores.

J.V. – Porque o nosso sistema era muito parecido com o americano. A lei brasileira, a Lei de S.A. é muito semelhante às práticas de mercado americanas, o IPO... Naquela época, não existia IPO, mas as subscrições de ações e tudo mais. É muito semelhante. O *insider trading* é muito semelhante. Só que o *insider trading*, naquela época de 1977, era muito menor do que é hoje. Antigamente, só era considerado *insider trading* o administrador da empresa. Não tinha... O pessoal de mercado não entrava; era só o dever de lealdade do administrador. Depois é que a lei veio a estender isto, mas mais tarde. A mudança cultural era tão grande, da Lei de S.A., que não se podia mudar mais ainda, não podia estender muito. Eu me lembro de uma vez que nós, na CVM, fizemos um processo contra um *insider trading* – se não me engano, da Supergasbras –, e o Ibrahim Sued⁴³ deu uma nota criticando, dizendo: “Imaginem, um mercado que não vale... Vai proibir a informação de cocheira? Como é que o mercado vai desenvolver? A informação de cocheira é a vida do mercado de ações”. Então, mudar essa cultura, quer dizer, de você... é difícil. Então você precisa... A lei resolveu ser mais modesta, vamos dizer assim, no alcance das responsabilidades, passando a ser só os administradores; não enfrentou a responsabilidade dos outros *insiders*, que a lei posterior veio a caracterizar como crime. Mas tinha uma coisa básica no sistema daquela época, estruturado, é que você, ante determinada situação, você vai ver se é um caso de educar, punir ou mudar a lei. Porque, muitas vezes, o formalismo leva a uma injustiça, e seria o caso de mudar a lei; outro caso é educar; e outro caso é punir. Isso no princípio. A outra coisa importante da estruturação inicial da CVM é não dar

⁴³ Jornalista e colunista [1924-1995].

ênfase ao xerife, não ser um xerife. A nossa tarefa... O xerife só entrava em função de projetos das áreas fins. A fiscalização não era área fim; era meio, isto é, era demandado por nós. Não tinha autonomia para ir à rua e ser o xerife e prender, arrebentar e tudo mais, que causava um grande constrangimento para o pessoal de fiscalização, que gostaria de muito mais poder de polícia do que eles tinham. Mas isso foi caso pensado. Só mudou isto muito posteriormente, agora, na reestruturação da CVM, quando se mudou o processo sancionador, com minha participação. Eu participei nesse processo, ajudando a Nasdaq na reformulação da CVM. Mas, em todo caso, isto... Nós estamos tratando da estruturação.

P.F. – E aí já entramos na sua gestão, em 1979, o caso...

J.V. – A minha gestão, eu já comecei a fazer algumas observações a respeito do Galvêas, a questão da desvalorização da moeda...

I.N. – Antes de falar da sua gestão propriamente, queria falar como é que foi a saída do dr. Roberto. Ele resolveu que ia embora, e aí como ele lhe escolheu como sucessor?

J.V. – O Roberto sempre achava...

I.N. – Como é que foi esse momento de transição?

J.V. – Nós todos achávamos que, com a mudança de governo, que nós devíamos sair, apesar de não estarmos implementados e tudo mais, porque ia ser chato. Quer dizer, tínhamos *mixed feelings*⁴⁴ a respeito do assunto. E eu me lembro, encontrando um amigo na rua, muito crítico, que trabalhava lá com o Bulhões Pedreira, eu disse a ele... Estava na mudança do governo, o Simonsen estava assumindo... Não. O Simonsen estava saindo. E eu disse: “Eu não sei se nós vamos continuar”. E aí ele, muito crítico, disse: “Acho bom”. “Mas por que você acha bom?”, eu crente... achando que ele... que nós estávamos abalando... “Vocês não fizeram nada, ainda. Vai ter oportunidade de fazer.” Mas estava muito no princípio. Em 1979, tínhamos dois anos de... um pouco menos de dois anos de... quase dois anos de função, sendo um ano só de atuar

⁴⁴ Expressão da língua inglesa que pode ser aqui entendida como “sentimentos mistos”.

mesmo. Não estava totalmente redondo. E aí o Rischbieter nos manteve. E o Roberto, então, achava que estava na... O propósito dele era ficar dois anos. Ele não queria passar mais de dois anos, porque precisava... Era mais velho que eu, ele precisava voltar às atividades profissionais dele. Não sabia o que fazer, mas precisava estar disponível para o mercado, para prosseguir na carreira. E aí ficou a dúvida, quem é que ia substituir, quem é que ele ia indicar. Eu estava com vontade de sair, de ir embora. Porque eu não achava... Já que o Roberto ia sair, ia ser muito difícil manter aquele negócio. Aí, para grande espanto meu, de novo, ele chegou e disse: “Vai ser você. Eu vou indicar o seu nome para o Rischbieter”. Eu disse: “Mas e o princípio de que não pode ser advogado? Não chegou a hora do advogado, ainda. Tem a questão da imagem da CVM, que você precisa ser um...”. Ele disse: “Não, mas nenhum outro aqui eu acho que teria a ponderação sua e tudo mais; acho que você seria o... É meu indicado”. Eu disse: “Bem, se me aceitarem, tudo bem, em nome da continuidade”. Assim foi feito. E demorou *pra* burro. Ele anunciou a saída dele e o SNI e esse negócio todo demorou *pra* burro, para sair a nomeação. E teve então a... E foi muito bem, muito *friendly*. Nós éramos muito amigos, continuamos amigos até hoje. E ele... Ele chegava muito cedo à CVM. Ele ia para a sala dele cedo. E teve a célebre história do cafezinho. Porque eu, nesse dia... Não. Aí saiu no jornal.

I.N. – O dia da sua nomeação?

J.V. – Não. [Saiu no jornal] que eu ia substituí-lo. A moça do cafezinho sempre servia ao Roberto, ia lá com uma bandeja com uma xícara de cafezinho. Aí, quando ela abre a porta e vê os dois, um na frente do outro, ela diz: “Ah, desculpe, eu não sabia que o senhor estava aqui”, e me oferece o café, e não ao Roberto. [riso] Aí eu disse: “Está bom, então, já está sacramentado que eu vou lhe substituir, porque a dona fulana” – não me lembro o nome dela – “assim decidi, porque leu no jornal”. Mas nunca... Sempre se brinca [sobre] esse negócio, “não vai ter cafezinho e tudo mais”, mas realmente aconteceu esse episódio. Então a transição foi ótima, foi muito tranquila, muito pouco badalado: foi internamente lá, não foi ministro nenhum, foi uma... Se não me engano, acho que o Rischbieter não foi. Foi uma transição muito interna, um pouco diferente de quando eu saí. Mas isso é outra história, que a gente vai ver depois. Mas não houve reação. Não houve reação nenhuma do mercado, acho que achou normal, ninguém... Acharam natural.

I.N. – E o senhor diria que... O que foram de continuidades e de rupturas, com a gestão?

J.V. – Eu tentei sempre não ter ruptura alguma. É claro que o estilo é diferente, porque eu não sou uma pessoa que ajo estruturalmente. Eu não tenho uma mente estruturada; eu ajo por intuição. Então, eu nunca seria um homem para criar a CVM, para construir a CVM. Precisava de um engenheiro ou de um economista, para fixar esse alicerce. E eu, com a intuição, eu acharia possível tocar, e como de fato toquei. Mas, na verdade, eu fui presidente total durante seis meses. Porque, seis meses depois, eu enfrentei o Caso Vale, e aí toda a organização girou em torno do Caso Vale. De abril até setembro, cinco a seis meses. A partir daí, eu me... No dia do... Cinco dias depois do Caso Vale, eu disse: “Minha missão terminou. Quando eu acabar de julgar, eu vou-me embora, porque eu não tenho condições de tocar o negócio para frente”. E só fiquei até junho porque tinha a CPI, e eu achava que eu não devia sair sem terminar a CPI. Mas o meu espírito era: “Olha, não vou prever mais o futuro; eu vou querer só terminar o processo, terminar essa coisa, e vou-me embora”. Então, se você me pergunta “qual foi a sua realização na CVM?”, eu digo: eu consegui... Quer dizer, a única coisa... Eu consegui que a CVM não morresse. Porque, se nós não nos comportássemos como nos comportamos na época do Caso Vale, a CVM estava destruída, a CVM passaria a ser um departamento do Banco Central. Era fundamental para nós enfrentarmos a situação. Mas, se enfrentássemos, como enfrentamos, não podíamos mais continuar, porque eu não tinha mais ânimo, não tinha... Uma coisa é você trabalhar, fazer uma organização num espírito coletivo, de governo e tudo mais... Porque eu não acreditava mais naquilo que nós defendíamos, eu não conseguia mais, porque eu não confiava mais no sistema, no Ministério da Fazenda nem no Banco Central, então, não dava. Não que eles pudessem repetir o que se fazia. Mas foi tão desgastante aquele embate que, olhando para trás... Por isso que eu falo muito mais do que ocorreu nos dois primeiros anos do que nos dois anos subsequentes... um ano e meio subsequente.

P.F. – E o senhor pode nos narrar como foi esse desafio do Caso Vale, como aconteceu, os principais desafios e os principais legados para a CVM?

I.N. – Como foi não deixar que a CVM morresse?

P.F. – Como foi?

J.V. – Bem, em determinado dia, se não me engano, às onze e meia ou meio-dia... não sei... dez minutos antes de encerrar o pregão, entrou na minha sala o superintendente de Mercado da CVM e me diz: “Está acontecendo uma coisa esquisitíssima no mercado. Alguém está vendendo milhões de ações da Vale do Rio Doce. Está um carnaval”. Aí ele disse: “Você tem que... Nós temos que interromper o pregão”. Aí eu disse: “Mas faltam cinco minutos. O que, em cinco minutos, pode ocorrer mais, para suspender o pregão? Porque a desgraça já aconteceu, se você está dizendo que vendeu não sei quanto e ninguém sabe quem está vendendo, não sabe qual quantidade, qual é o propósito e tudo mais”. Aí ele disse: “Liga para o presidente da Bolsa”. Aí liguei para o presidente da Bolsa e ele disse: “Pode ficar tranquilo, eu sei o que estou fazendo. E eu tenho ordens superiores”. Eu disse: “Ordens superiores de quem?”. Ele disse: “Do Banco Central”. Eu disse: “Bem, mas que ordens superiores do Banco Central?! Essa maluquice?!”. “Eu vou para aí e vou te dizer”. “Sim, mas em quanto tempo? Eu tenho dois minutos para suspender o pregão.” Aí ele disse: “Não, não faça isso, não faça isso porque vai dar confusão, porque eu tenho ordens superiores, posso falar com você”. Aí ele chegou lá cinco minutos depois – quando terminou o pregão, ele surgiu lá – e me contou que tinha tido ordens do Banco Central para vender aquelas ações. Eu disse: “Para quê?”. Ele disse: “Não tenho a menor ideia”. “Como você vende assim?! Um prejuízo *pra* burro, a cotação baixou *pra* burro, um caos. Você procurou comprador? Que maluquice!” Ele disse: “Não, mas tudo por ordem do Banco Central. Fale com o Banco Central. Não posso fazer nada”. Eu disse: “Não vou falar com o Banco Central. Você diz que o Banco Central mandou. Você acha que tem respaldo do ministro, do Galvêas?”. Ele disse: “Acho que sim”. Aí eu disse: “Está bom”. Ele foi embora, e eu tentei falar com o Galvêas e ele não me atendeu. Ele só foi me atender às cinco horas da tarde ou seis horas da tarde. Aí eu disse: “Estou tentando falar com você”. Eu chamava ele de você. Eu conheço ele... Eu conheci ele antes. Eu disse: “Estou tentando falar com você”. Ele disse: “Mas o que é que tem?”. Aí eu perguntei: “Você não sabe o que aconteceu na Bolsa hoje?”. Ele disse: “Não. O que aconteceu?”. Mentira, não é? Aí eu disse: “Olha, houve venda das ações; foi o Banco Central e tudo mais. E eu vou cancelar as operações”. Aí ele disse: “Eu não vejo razão”. “Eu quero falar com você. Eu vou a Brasília.” Aí ele disse: “Não, mas está muito tarde. Quando chegar aqui... Eu tenho um jantar...” Eu disse: “Não, mas eu tenho que falar com você antes do pregão de amanhã, porque eu quero cancelar, e tem que ser antes do pregão”. Aí ele disse: “Bem, vem para cá e toma café comigo amanhã de manhã”. Aí eu parti

com a roupa do corpo. Naquela época, existia um voo da American Airlines de... Rio-Brasília, Brasília-Nova Iorque. Aí convidei o Horácio Mendonça, que era o diretor da CVM, e disse: “Vamos para Brasília. O Milão está em Brasília. Vamos pegar... Para estar lá com o Galvêas quando ele acordar”. E aí fomos para Brasília, para um hotel lá, encontramos o Milão, e passamos a noite em claro... Ah, não. Quando eu chego no aeroporto de Brasília – naquela época, não existia celular –, eu ligo do telefone público para o *Jornal do Brasil*, para falar com o editor do jornal, que era o Paulo Henrique Amorim, para saber como é que ia sair a manchete do jornal. Ele era o editor, não é? Aí ele disse: “Não sei o que está acontecendo. Não vai sair nada. Eu não soube”. Eu disse: “Como não soube?”. E aí eu disse: “Estou perdido. Se não sair no jornal amanhã de manhã, eu não consigo convencer o ministro que eu tenho que cancelar”. Se fosse um escândalo, eu poderia. Aí ele disse: “Eu vou ligar para o editor de economia, que é o Silvio Ferraz”. Mas aí já era uma hora da manhã, e ele disse: “Ele está dormindo”. Eu disse: “Bem, então, estou perdido, não vai sair no jornal. Se não vai sair no *Jornal do Brasil*, não vai sair em jornal nenhum”. Aí fomos para o hotel, encontro o Milão, e passamos a noite em claro, esquematizando: “Como é que vai ser? Como é...? O que nós vamos fazer? Quais são as alternativas?”. E ele dizia: “Não, não tem alternativa. Nós vamos lá comunicar que nós vamos cancelar a operação. E se ele não concordar, nós vamos embora para casa, pedimos demissão e vamos embora”. Eu disse: “Não, não é possível. Ele não vai deixar de... Se a gente chegar lá e...”. Aí ele disse... Sei lá. Passamos a noite em claro. Eu sei que fomos lá seis horas da manhã, encontramos o ajudante de ordens dele, ajudante... um secretário, fazendo jogging em volta da piscina, ficamos esperando até as sete ou sete e meia e surgiu o Galvêas. Surgiu o Galvêas, e ele disse: “Vamos esperar o Langoni”. Eu levei um susto. O presidente do Banco Central morava junto com o ministro, e eu não sabia que eles moravam juntos.

P.F. – O Carlos Geraldo Langoni.

J.V. – Carlos Geraldo Langoni.

P.F. – O presidente do Banco Central.

J.V. – Presidente do Banco Central. E que, para nós, era bem, tudo bem – o presidente do Banco Central é o chefe do Departamento de Dívida Pública, que era o comitente da venda das ações

– que ele esteja lá. Aí sentamos na mesa do café e ele disse: “Já viu? Você leu os jornais hoje?”. Eu disse: “Não. Não tive tempo de ler”. “Vai lá. Está lá naquela mesa. Não saiu nada. Eu disse a você que não aconteceu nada.” Aí eu disse: “Olha, Galvêas, não aconteceu nada na imprensa porque... Sei lá por que não aconteceu. Mas vai acontecer, e vai ficar muito ruim para o governo. E eu tenho que saber se foi verdade que o Banco Central é que mandou, deu a ordem, e por que deu a ordem. E quero, de qualquer maneira, cancelar a operação”. Ele disse: “Não vejo razão nenhuma de você cancelar a operação. Você sabe muito bem...” E eu sabia que não podia cancelar a operação sem a ordem do comitente. Eu não posso chegar e dizer... O comitente tem que estar de acordo. Eu disse: “Não, mas não tem problema nenhum, você...” Ele disse que era um negócio do Proálcool, que precisava de dinheiro para o Proálcool. Eu disse: “Depois você vende isso com calma que você vai ter o mesmo rendimento, ou mais dinheiro ainda”. Ele disse: “Não, eu não posso voltar atrás. Não saiu nada na imprensa”. Aí o Horácio começou a discutir com o Langoni, tenso. Todo mundo muito tenso, na reunião. Aí o Langoni disse: “Mas, Horácio, não sei por que...” Eram amigos. “Mas, Horácio, não sei por que você está nervoso assim; não tem importância nenhuma. O governo tem poder para interferir no mercado do estoque de carne, para baixar o preço. Por que ele não pode fazer isso com as ações?” Aí, quando ele disse isso, o Horácio vira-se: “Vai para aquela parte”, para o Langoni. “E eu não fico nem mais um minuto aqui. Eu vou-me embora. É uma palhaçada, o que vocês estão fazendo, e vou-me embora. Milão, o que você acha?” “Também, vou-me embora.” Aí eu disse: “Espera um pouco. Vamos ver. Não é possível”. Porque, na minha cabeça, se nós fossemos embora, acabou a CVM. Porque a teoria do mercado de carne, do estoque de carne, ia ser estabelecida para o mercado de ações. Quer dizer, pode haver regulação de preço através de venda de estoque. Eu disse: “Eu não acredito que vocês estejam... que foi para isso! Vocês venderam ação para diminuir o preço?! Isso é manipulação de preço. Vocês fizeram isso?”. “Não, não. Não fizemos isso. Aconteceu. Mas não foi isso”. Eu disse: “Bem, em todo caso, é o seguinte, o Horácio e o... Vocês não querem cancelar a operação. Então, o que vai acontecer é que... Eu não posso obrigar vocês a cancelarem, mas eu vou abrir inquérito”. Aí ele disse: “Não, me dê uma chance... Está bom, você pode abrir inquérito quando quiser; não tenho medo do inquérito”, disse o Galvêas. “Está bem, eu vou abrir o inquérito.” “Agora, eu quero uma chance... Você acha que entende de imprensa. Você vai ao ministério agora; a imprensa, pode ser que esteja te esperando; e quando você chegar lá, você... com a imprensa... você começa a falar do mercado em geral, você começa a falar sobre economia e

tudo mais. E, no final, eles vão fazer a pergunta sobre a Vale e vai cair no esgoto.” Aí eu disse: “Galvêas, eu não sei se você entende ou não entende de imprensa. Agora, eu não vou dizer... Eu vou dizer que eu vim aqui e você disse que não era para baixar... que você não interferiu para baixar o preço das ações. Um. Dois, vou dizer também que vou abrir inquérito, para ver as circunstâncias da...”. “Está bom. Mas faça isso, só fala isso se perguntado.” Quando eu cheguei no ministério... A Bolsa de São Paulo veio em peso para Brasília, em um jatinho, para falar primeiro com o Delfim, porque era o *darling*⁴⁵ dos paulistas, para o Delfim interferir junto ao Galvêas para cancelar as operações. Eles sabiam que nós não tínhamos poder para cancelar a operação. Quando eu cheguei, já estavam todos os... Tinham falado com o Delfim e o Delfim disse: “Não, isso é com o Galvêas; vocês resolvem com o Galvêas”. Então, quando eu cheguei no ministério, já estavam todos, a imprensa e o conselho da Bolsa de São Paulo, e falando mal da operação, falando mal... Eu disse: “Eta-ferro!”. Aí fui para a sala da imprensa e comecei o blá blá blá que o Galvêas dizia que eu precisava falar. É claro que ninguém notou nada e, é claro, quando chegou... eu disse: “Olha, eu ouvi do ministro que não houve manipulação de preço, que ele não quis derrubar o preço, que é um problema de mecanismo do mercado, o governo tem direito de vender ações, e agora nós vamos abrir o inquérito”. E voltei para o Rio – exausto, não tinha dormido, com a roupa do corpo. Quando eu cheguei no Galeão – era aquele Galeão antigo, ainda –, tinha uma jornalista do *Jornal do Brasil* e uma fotógrafa – que aliás, eu conhecia, a fotógrafa –, que me tira a foto todo mulambado, exausto, e a manchete era: “CVM diz que não tem nada errado na operação”. Não era isto que eu disse, mas foi o que saiu. Eu disse: “Estou perdendo essa batalha. O jornal está criticando a coisa, mas eu vou perder a batalha, porque eu não vou conseguir convencer o Galvêas da seriedade do assunto”. Aí, no dia seguinte... O Paulo Henrique Amorim era muito meu amigo, eu disse: “Eu vou à sua casa, porque eu quero te contar o episódio da Vale. Do governo da Vale”. Ele disse; “Está ótimo”. Aí, quando eu cheguei na casa dele, ele estava... Ele escrevia numa prancheta, o editorial do *Jornal do Brasil*, e eu ajudei a redigir o editorial. Eu disse: “Pode falar mal de mim; pode falar mal da CVM. Quanto mais você falar mal da CVM, mais [isso] me fortalece”. E aí o editorial foi devastador, devastador, e xingando de todas as maneiras a CVM.

P.F. – Saiu no *Jornal do Brasil*?

⁴⁵ Expressão da língua inglesa que pode ser traduzida como “queridinho”.

J.V. – No *Jornal do Brasil*. E eu, absoluto: “É isso mesmo”. Aí, nesse dia do editorial – saiu na sexta –, o Galvêas me telefona para me convidar para almoçar, porque ele... Estava dando certo, porque ele viu que os jornais estavam... Aí o *Estadão* também... Todos os jornais, mas principalmente o *Jornal do Brasil*, que criticou mais a mim e a CVM. E ele então ficou... ele deu... um almoço que ele tinha às sextas-feiras com outros empresários... para ele dar uma satisfação – eu fiquei mudo –, dar uma satisfação sobre o caso, já que tinha editorial, deu manchete... E eu, mudo, ouvindo aquelas... argumentos do Galvêas. Quando estou lá, me telefona a secretária do Bulhões Pedreira, perguntando se eu podia passar no escritório deles. Eu disse que sim, e saí de lá e fui ao escritório deles... dele, Bulhões. Quando cheguei lá, estava o Lamy, e eles disseram: “Olha, essa situação não pode ficar assim. Nós estamos redigindo um artigo para publicar no *Jornal do Brasil*, crítico da situação, e eu queria que você nos desse os *insights*⁴⁶, quais são os dispositivos que foram violados”. Aí eles escreveram o artigo. Chamava-se “O império da lei”, um artigo bastante violento contra o ministro da Fazenda e a operação. E eu não me lembro se nesse artigo eles defendem a CVM, mas esculhamba o... Mas de uma violência muito grande. Aí, quando termina... Depois de redigirem o artigo, o José Luiz vira-se e diz assim: “Agora eu vou levar o artigo ao Galvêas. Se ele não voltar atrás e não mandar cancelar a operação, eu publico. Mas se ele insistir que não fez nada de errado, eu publico a... a gente publica o artigo”. Aí eu perguntei: “Lammy, você também vai com o José Luiz ao Galvêas?”. Aí o Lammy disse: “Não. Não vou, não, porque eu não sou amigo dele. Quem é amigo dele é o José Luiz; foi amigo a vida inteira; trabalharam juntos”. “Então, tudo bem, depois eu te dou notícia.” Aí ele saiu para o ministério e eu saí para a CVM, em estado de choque: o que vai acontecer? Aí, estou lá... Fiquei lá na minha sala sozinho, esperando o que vai acontecer do embate entre os dois. Dali a algum tempo, toca o telefone, a secretária diz: “É o ministro Galvêas”. Aí atendo: “Alô. Alô, ministro, tudo bem?”. “Aqui está falando o ministro da Fazenda.” Eu disse: “Pois não, ministro”. “Estou lhe ligando como...” Não. “Aqui é o ministro da Fazenda, falando com o presidente da CVM.” Eu disse: “Pois não, ministro”. “Eu queria saber... Eu tenho umas ações da Vale do Rio Doce que eu pretendo vender. O que é que eu faço?” Aí eu disse: “Bem, o senhor procura um corretor; dê instruções ao corretor de quantas ações o senhor pretende vender; diz ao corretor qual é o preço mínimo e em quantos

⁴⁶ A expressão em inglês pode ser traduzida como “compreensão”.

dias vai ser preciso vender essas ações”. E aí ele fazia algumas perguntas, eu respondia, e ele disse: “Mas isso não vai funcionar”. Eu disse: “Eu estou dizendo que vai dar”. Aí ele baixou um pouco a formalidade, e eu disse: “Olha, ministro, se está precisando de caixa, como o senhor está dizendo que está precisando de caixa, acho melhor o senhor vender Banco do Brasil, porque a Vale, com as operações de quarta-feira, ou quinta, vai ficar muito... está muito machucada, então, o senhor não vai conseguir o melhor preço. É melhor o senhor vender ações do Banco do Brasil”.

I.N. – A Vale ou a Petrobras, ele estava perguntando?

J.V. – Da Vale. Eu disse: “É melhor o senhor vender Banco do Brasil ou Petrobras”. Aí ele disse: “Eu vou pensar e segunda-feira eu lhe falo”. Aí eu disse: “Está bom”, e desliguei o telefone. Aí deixei passar uns tempos, liguei para o José Luiz, e o José Luiz, já em casa, atende o telefone às gargalhadas. Eu disse: “Como é que foi?”. “Ele insiste em dizer que a... é impossível cumprir essas regras que a CVM baixou e diz que... E aí telefonou para você... Ele telefonou para você porque ele duvidava que eu fosse dizer aquilo que eu disse, que era mais ou menos o que o Bulhões tinha dito para ele. E aí eu ficava ouvindo o que você estava dizendo e ria comigo mesmo, porque era exatamente aquilo que eu tinha acabado de dizer, mas que ele não se conformou”. E aí tem muito desenvolvimento. Quer dizer, aí saiu no jornal, escândalo total etc., etc., muita gente na CVM querendo jogar o chapéu, e aí eu convenci o Horácio e o Milão...

[PAUSA PARA TROCA DE BATERIA DA CÂMERA]

I.N. – Então, estávamos falando do Caso Vale.

J.V. – Do Caso Vale, na audiência do Bulhões Pedreira, o Bulhões Pedreira dizendo que o que eu tinha dito era o que ele tinha dito também, apesar de nós não termos combinado as conversas. E aí, a partir daí foi uma sequência. Começou o inquérito, quer dizer, ouvimos uma porção de gente: ouvimos o conselho da Bolsa, ouvimos o Banco Central... O Banco Central não foi lá pessoalmente, mas mandou por escrito, as razões. Foi um período terrivelmente tenso, e eu não tinha oportunidade... eu não falava... era raro eu falar com o [Ernane] Galvêas. Eu me lembro

que uma vez. Quer dizer, ele ficava se defendendo nos jornais. Tinham pessoas que escreviam artigos a favor da tese dele, a tese que o governo podia vender e tudo mais. Eu não estava discutindo se podia vender ou não podia vender; eu estava discutindo o modo da venda.

P.F. – Mas, no geral, a imprensa apostava...

J.V. – Mas ele ficava na cabeça que eu estava dizendo que não vendia, que não podia vender ação. Aí teve artigos de uma porção de gente: do diretor do Ibmecc, o Herculano⁴⁷, que depois veio a me substituir [na CVM]; artigos do Nelson Eizirik... Tem uma porção de artigos.

P.F. – E, no geral, a imprensa apostava na CVM.

J.V. – A imprensa, totalmente favorável à CVM, totalmente favorável à CVM.

P.F. – Até porque era uma das instituições da redemocratização, não é?

J.V. – Mas queria sangue, queria sangue. E depois teve um lance curioso. Logo depois dessa ida a Brasília... O Galvêas me conhecia, mas eu acho que o estamento burocrático não. E aí o Elio Gaspari... Naquela época, ele tinha uma coluna na *Veja*, e a nota dizia mais ou menos o seguinte: “Olha, não brinquem com ele, não brinquem com o presidente da CVM”, e dava o meu nome, “porque, aparentemente, é um sujeito que...”. Eu me lembro que... uma coisa esquisita: “Ele não põe o mesmo... A cor do cinto não é igual à cor do sapato”. Uma coisa que nunca passou pela minha cabeça que precisava combinar, mas ele fez esse comentário. “Mas ele não é qualquer um, não”. Quer dizer, era um aviso para o estamento burocrático: “Olha, esse cara não é imbecil...”. Não me lembro bem, preciso recuperar essa coluna dele. É a nota de abertura da coluna da *Veja*. E o fato é que a imprensa acreditava, e foi longo o trabalho, a pesquisa, intimação, tinha artigo nos jornais, e a imprensa contra mim, dessas pessoas que escreviam... Até o procurador da Fazenda escreveu um artigo defendendo o ministro e saiu no jornal. A imprensa vinha e perguntava, e eu dizia: “A CVM não discute assuntos na imprensa, só nos autos”. Quer dizer, mais ou menos o que os juízes deviam fazer hoje em dia. “Não

⁴⁷ Herculano Borges da Fonseca.

discute pela imprensa.” E aí botavam: “CVM não discute pela imprensa”, que era uma coisa... Tudo bem. Foi muito tenso, foi um período terrivelmente difícil, tensão, “será que vai ou não vai”, “vai depor ou não vai depor”... Foi uma coisa horrível. E aí veio o laudo de acusação. E, nesse laudo de acusação, eu sugeri à Comissão de Inquérito que fosse o mais dura possível contra todos, para ver se alguém indicasse o que a gente realmente tinha passado. Não tinha prova nenhuma que tinha sido manipulação de preço, se tinha *insider*. Não tinha prova nenhuma. Estava tentando procurar prova. Então era importante botá-los contra a parede, para saber. E foi ótimo, porque não conseguimos prova nenhuma, quer dizer que não existia esse negócio. A única dúvida era sobre manipulação, e eu não tinha prova nenhuma da manipulação. Mas a fé da imprensa que nós íamos condenar o Galvêas e o [Carlos Geraldo] Langoni, que era presidente do Banco Central, era tão grande que na quarta-feira... O julgamento foi numa quinta ou sexta. Na véspera do julgamento, a *Veja*, cinco repórteres da *Veja* e mais fotógrafo, cinco, o editor, não sei quem... cinco e mais... queriam uma entrevista na minha casa. E eu sempre recebi. “Tudo bem.” Aí eu disse: “Mas é sobre o Caso Vale?”. “Não é sobre o geral”, aquele negócio de jornalista. “Está bom. Está ótimo”. É claro que eu sabia que era o Caso Vale. Aí eles disseram: “A *Veja* só vai sair no sábado, então, o senhor pode me dizer qual é o resultado do julgamento”. Eu disse: “Não, não posso dizer, por diversas razões. Primeiro que o julgamento não houve; segundo que, mesmo o meu voto, eu não posso revelar antes do negócio. Mas eu posso responder as perguntas que vocês quiserem e vocês vão ver, pela minha opinião, qual é a minha tendência”. “Ah! Está ótimo! Maravilha!” Eles me ofereceram... “Essa entrevista vai sair nas páginas amarelas e na capa, e mais a reportagem do...” “Maravilha! Maravilha! Ótimo!” Aí dei a entrevista, uma hora e pouco, duas horas. Quando acabou, eu disse, e eles, com as caras tristíssimas. Era o Marcos Sá Corrêa, era o Pinheiro e mais sei lá quem. Não me lembro. Todos os bambambãs da *Veja*. Todos tristes. “Não vai sair...? Nem pensar em páginas amarelas, não. Capa, muito menos! Aí eles disseram: “Capa não, você sozinho”. E aí eu disse: “Lamento muito. É claro que lamento”. Resultado: a capa é Unidos do Caso Vale. Unidos, eu igual ao Langoni e o Galvêas, eles furiosos. Toda a imprensa caiu em cima de mim. Mas caiu barbaramente, dizendo que tínhamos encoberto as irregularidades. Ninguém publicou o resultado. Só *O Globo*, esse que agora a revista republicou. Mas foi *O Globo* só. E mesmo assim, porque eu sugeri ao Evandro. Foi o único jornal que publicou.

I.N. – Evandro...?

J.V. – Evandro Carlos de Andrade. Eu vi que ninguém tinha publicado e ninguém ia publicar e ninguém ia saber. Teve um aspecto curioso. Quando terminou o julgamento, a secretária do Langoni ligou para mim dizendo que o Langoni estava em Cabo Frio, ou Búzios, e queria saber como é que foi o resultado do julgamento. Aí eu disse: “O Langoni foi absolvido”. “Ah, que bom! Ele vai ficar muito satisfeito.” [riso] Quer dizer, ele estava com medo. E aí o Galvêas, nesse dia do julgamento... Eu marquei o julgamento em um dia que o Galvêas estivesse aqui no Brasil. Eu não queria que ele... Ele estava no FMI, e eu não queria que ele não estivesse aqui. Mas, infelizmente, o presidente foi ao Chile, e ele estava voltando para o Brasil na véspera do julgamento e aí soube que ia para o Chile, e foi aquele célebre desvio do avião, que vinha para o Rio e desviou para Brasília. E foi um escândalo. Os passageiros ficaram umas feras, porque vinham para o Rio e foram para Brasília, para deixar o...

I.N. – O presidente.

J.V. – O ministro, que ia na comitiva do presidente para o Chile. Ele não estava aí no dia do julgamento, e me liga então o Eduardo Carvalho, que era o secretário-geral do Ministério da Fazenda, perguntando como é que tinha sido o resultado. Aí, quando eu disse, ele disse: “Ah, bom! Então ele vai ficar satisfeito”. Eu disse: “Não sei, não. Porque no voto... Se ele ler meu voto, ele vai dizer que... Eu puxo a orelha dele”. Aí ele disse: “Bem, então é melhor você ir para Cabo Frio”, brincando, não é? Mas essa foi a reação. O Galvêas nunca me falou nada, depois. E eu fiquei convencido que, um, se nós pedíssemos demissão, acabada estava a CVM, estava destruída; segundo que, com tudo aquilo que eu tinha feito, de manipular as coisas e tudo mais, eu não estava me sentindo bem perante mim mesmo, então, que eu tinha que sair. Eu não podia... Eu não tinha mais condições, vamos dizer, éticas de continuar numa situação em que... Eu ganhei, eu achei – apesar da fama contrária –, mas com um desgaste muito grande.

I.N. – Quanto tempo depois o senhor pediu demissão?

J.V. – Eu pedi em junho. E o julgamento foi em setembro ou outubro.

I.N. – O senhor pediu em junho do ano seguinte.

J.V. – Do ano seguinte, por causa da CPI. Teve uma CPI, em que o relator era o Tancredo, no Senado. Acho que o Saturnino Brito, que era senador naquela época, que pediu a CPI. Aí eu fui depor lá na CPI.

P.F. – Uma CPI no Senado?

J.V. – No Senado. Fui depor na CPI. Não disse nenhuma novidade, a não ser aquilo tudo que eu já tinha dito no processo. E aí encerraram a CPI, e eu saí de lá e fui pedir... Aí, com a carta já pronta para entregar ao Galvêas. O Galvêas pediu para eu ficar; não queria... “Não, que bobagem. Agora que...” Queria que eu ficasse mais, eu disse que não ficava e que ia divulgar que eu estava saindo. E aí voltei para o Rio; liguei para o Golbery, que era chefe da Casa Civil – o ministro Golbery do Couto e Silva, que era o ministro da Casa Civil, que eu conhecia de longa data, também, dos meus afazeres de advogado. Eu tinha sido advogado da Dow, então o conhecia. Aí liguei para ele e a secretária disse que ele estava em reunião, e eu disse que tudo bem, que eu estava ligando para dizer que não queria que ele soubesse pelos jornais que eu tinha pedido demissão da CVM. Aí ela me disse: “Então, um momentinho. O senhor está pedindo demissão?”. “Estou pedindo demissão.” “Então, pode deixar, vou ver, vou falar com ele.” Aí passou o telefone para ele, eu contei para ele que estava pedindo demissão, e ele disse: “Por diversas vezes, eu quase peguei o telefone para te ligar, para...” Aí eu disse: “Para dizer que eu tinha que cumprir meu dever, ministro?” “Eu sei que você não ia gostar do meu telefonema, então, por isso que eu não liguei. Mas você está pedindo demissão, está ótimo. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer.” E eu disse: “Geraldo Vandré a essa altura dos acontecimentos, ministro?”. Ele disse: “É. É isso mesmo”. Eu disse: “Mas está todo mundo doido! Está todo mundo doido!”. E aí desliguei o telefone. “Está doido. Mas tudo bem. Geraldo Vandré...” Aí entendi depois. Ele também pediu demissão no dia seguinte. Não em solidariedade a mim, mas porque tinha sido revelado o relatório do...

P.F. – Do Riocentro.

J.V. – ...do Riocentro.

I.N. – Por que o senhor pensou primeiro em ligar para o Golbery, falar com ele? Por que ele em primeiro lugar?

J.V. – Para dizer... Ele era o chefe da Casa Civil; ia passar o decreto lá, de demissão; e ele tinha que encaminhar ao presidente para assinar. E eu tinha uma boa relação com o Golbery, antes de ele ser ministro, quando ele estava na Dow Chemical. Tinha uma boa relação profissional e de amizade – nós almoçávamos muito juntos e tudo mais. Eu nunca podia imaginar que ele fosse acabar voltando para o governo, para ser Casa Civil e tudo mais. Tinha uma boa impressão dele. Fiquei só preocupado quando ele começou a apoiar o Maluf. Isso é uma coisa estranhíssima. Mas, em todo caso...

I.N. – Foi por uma deferência pessoal, uma relação pessoal?

J.V. – Só pessoal.

I.N. – Antes de encerrar o Caso Vale, eu gostaria de perguntar uma coisa para o senhor. Como foi, sendo o senhor... Com toda essa preocupação da estruturação da CVM e esse afastamento da ideia da fiscalização, ou seja, muito menos fiscalizar e intervir no mercado e muito mais trabalhar com a educação e tal, como foi, para o senhor, conduzir um processo dessa magnitude, como o responsável por fazer o voto, por encontrar provas? Como era a sensação de julgar, um advogado, que foi advogado a vida inteira?

J.V. – Em primeiro lugar...

I.N. – Mudar de lugar. Essa sensação.

J.V. – Quem fez a acusação foi a área técnica. Tudo. E eu só dava algum palpite, algum conselho. Os dois responsáveis eram o Roberto e o Paulo Aragão.

[INTERRUPÇÃO EXTERNA]

I.N. – Então, o senhor estava falando de como foi essa sensação. Eu perguntei como foi a sensação de julgar, ser o julgador, procurar provas. E o senhor estava explicando que a área técnica que fez a acusação.

J.V. – A área técnica que fez a investigação toda. Eu só dava algum palpite; não me imiscuí no processo em si. No julgamento, eu já tinha, quer dizer, todo e qualquer advogado tem alguma experiência de julgamento. No Conselho de Contribuintes, eu já tinha julgado muito, tenho experiência de julgar. E tem também uma outra questão importante... A diferença é que foi sorteio, o relator, e o sorteio foi bastante democrático. Eu chamei os advogados das partes. Quem eram as partes? Era a Bolsa, o Conselho da Bolsa, e a corretora e o presidente da Bolsa. Chamei os advogados deles e sorteamos o relator na frente deles. E para uma incrível coincidência, eu fui sorteado relator. E o mais curioso é que no dia do julgamento, eles suscitaram a minha suspeição, que eu não podia ser relator porque eu estava envolvido no caso, porque eu era do Conselho Monetário e não sei o quê. Então, no dia do julgamento, fizemos uma sessão fechada, para examinar essa questão da suspeição, e não houve, quer dizer, é claro que não foi acatada – e eu não votei, mas os outros votaram. E se eu tivesse sido considerado suspeito, a Bolsa perderia, porque mudava a maioria em relação à Bolsa. Então são coisas curiosas que acontecem. Mas eu me senti muito bem em julgar. Foi uma oportunidade de defender, de fixar a posição da CVM. Eu não me lembro dos votos dos outros. Eu me lembro das conclusões dos outros, mas não me lembro das justificativas. E o meu voto, eu reli agora, quando saiu na revista. Agora, o... Tem uma coisa curiosa, desse julgamento, foi que... Não sei, mas a... Também foi um *leading case*.⁴⁸ Poucos processos na CVM... Não sei se depois... Antes não tinha, tenho certeza que não, mas depois, não sei. [Poucos processos na CVM] tinham tantos assuntos fundamentais para os poderes da CVM. Então, acho que é importante, o estudo desse caso. Teve, é claro, um recurso no Judiciário, um mandado de segurança, por parte do presidente da Bolsa, contra a decisão, e foi indeferido, o mandado de segurança. Não foi dada a liminar e, no mérito. Eu não sei qual foi a consequência, acho que não houve. Deve ter tido recurso para o Tribunal – naquela época, o Tribunal Federal de Recursos –, mas não me lembro o resultado.

⁴⁸ Expressão em inglês que pode ser traduzida como “caso principal”.

I.N. – Bom, eu estou muito satisfeita com até onde chegamos. Você quer fazer mais alguma pergunta?

P.F. – E aí, como a gente está coincidindo rapidamente com a questão da resolução aí do Caso Vale, o legado que ficou, e aí o senhor estava... Só para concluir o que o senhor estava falando, que foi a sua saída da CVM, quando você encontrou com o Golbery e aí ele recebeu...

J.V. – Liguei para ele; não encontrei.

P.F. – Ligou [para] o Golbery. Perdão. E aí teve o relatório lá do Riocentro, que foi...

J.V. – Aí, o Riocentro, que ele, quer dizer, aí eu soube que ele cantou, recitou o Geraldo Vandré. E aí entendi que ele também estava saindo, ou estava com disposição de sair. Então, foi uma coincidência. Agora, a minha, quando eu fui substituído, então. Mas teve um aspecto curioso, porque eu pedi demissão, mas continuava frequentando o Conselho Monetário, e aí o dr. Octavio Bulhões, que era membro do conselho, na época... Eu disse: “Olha, pode ser que seja a última vez que nós nos vemos aqui no conselho”. Aí ele disse: “Você não sabe que, no serviço público, você só sai do cargo se for publicado no *Diário Oficial*? Não adianta você pedir demissão; tem que sair no *Diário Oficial*. E quem disse a você que vai sair no *Diário Oficial*?”. Eu disse: “Ah, vai sair, sim. Pode deixar que vai sair”. Mas eu achei engraçado, essa ideia que, no serviço público, não depende de você. Você quer sair, mas se a burocracia disser “não sai”, você fica responsável até o final. Então, achei curioso, essa... E a minha posse... A posse [não]. A minha saída foi no Ministério da Fazenda...

I.N. – E o senhor indicou seu sucessor?

J.V. – Eu? Não.

I.N. – Como foi a escolha do seu sucessor?

J.V. – Ele botou o Herculano, que era aquele que pensava diferente de mim, que era o presidente do Ibmeq, na época, o Herculano.

P.F. – Ligado aos economistas, da Sumoc...

J.V. – Da Sumoc. Que era muito ligado a ele. Foi chefe dele, do Galvêas. O Galvêas tinha adoração por ele. Mas o engraçado é que ele estava tão assustado comigo que pediu para ver o discurso antes, para saber se eu ia falar mal dele. Eu tenho tranquilidade de falar do Galvêas. Eu gosto do Galvêas. Não desgosto dele. Acho ele uma figura gostável, vamos dizer assim. Mas eu perdi os escrúpulos de falar... de contar essas histórias quando eu vi um depoimento dele, dado àquele livro sobre o mercado de capitais, em que ele diz, referindo-se ao Caso Vale, ele diz que quem causou o Caso Vale foi o Bulhões Pedreira, que o Bulhões Pedreira é que criou toda essa celeuma do Caso Vale. Eu fiquei tão indignado... Ele se esquece que tudo que o Bulhões Pedreira tentou fazer para o bem dele e o bem do país é uma coisa incrível. Aí eu resolvi não ter muito freio.

P.F. – Ok.

I.N. – Acho que a gente pode encerrar e retomar, então, depois. Pode ser? O que vocês acham?

J.V. – Muito bem.

P.F. – Aí a gente fecha. Vai ser menor, segunda-feira, porque aí a gente vai...

[INTERRUPÇÃO DA GRAVAÇÃO]

3ª Entrevista: 05/04/2018

Izabel Nuñez – Bom, então é a nossa terceira sessão da entrevista com o Dr. Jorge Hilário Gouveia Vieira, no contexto do Projeto História Oral da CVM e quem vai fazer a entrevista sou eu mesma, Izabel Nuñez, meu colega Paulo Augusto Franco e Ninna Carneiro, operando os equipamentos de áudio e vídeo.

Paulo Franco – Bom. Dr. Jorge, dando continuidade ao último tema, em que debatemos e em que narramos, foi a questão do Caso Vale, chegando na realização da CPI, no seu papel durante aquele momento; e quando tratamos especificamente sobre o papel da imprensa naquele contexto da CVM, do mercado enfim, existia, nos parece existir uma crença bastante forte, sobretudo posicionada pela imprensa, de que a CVM era um órgão importante no período da redemocratização no Brasil, era vista como um indício importante para se acreditar no período de redemocratização do Brasil.

Jorge Hilário Gouvêa Vieira – É meio difícil dizer se era esta a razão que a CVM tinha tanta cobertura na imprensa. Eu acho que eu já fiz referência, no meu depoimento, ao fato de uma

postura, de um lado, da CVM, de abertura, não só com as entrevistas semanais, entrevistas de imprensa, mas também com o princípio de que tudo deveria ser transparente e divulgável, não só os atos das companhias, mas também os atos da CVM. Por outro lado, nós estávamos numa ditadura, em que todos os órgãos governamentais tinham muita dificuldade dessa abertura, desse comunicado com a imprensa, e inclusive tinha muito o sentido da censura da época. Naquela época já não tinha, em 1977, não existia uma censura muito forte, mas tinha também a autocensura, e algumas atitudes do governo em relação à imprensa, que era uma forma de exercer essa censura, dizendo “olha, não estou gostando dessa matéria; não estou... fazendo isso; cuidado!”. E toda a imprensa, naquela época, ainda era uma imprensa muito dependente do governo, não só em verbas publicitárias, mas também em operações de crédito nos bancos e tudo mais. Então, não era uma época muito de abertura da imprensa. E isso, os jornalistas, na minha opinião, sentiam isto, e viam na CVM uma postura totalmente oposta, de abertura, de diálogo, de franqueza e tudo mais. E como os setoristas da economia... existiam setoristas inclusive da Bolsa –, eles alimentavam muito esta relação da divulgação com a... quer dizer, a postura da CVM com as necessidades da imprensa de divulgar coisas bastante mais... de forma abrangente e mais aberta. Então, eu acredito que a imprensa visse a CVM naquele período, 1977 a 1981, como um órgão diferente e um órgão mais aberto; e daí todos os noticiários a respeito da CVM.

P.F. – E aí, talvez, essa imagem do frescor, que a instituição poderia trazer.

J.V. – Também. Que era um negócio novo, era uma agência nova, uma agência aberta; e que tinha havido, na ocasião, um grande debate sobre a Lei de S.A. Era uma coisa que envolveu os debates do processo legislativo. Teve uma cobertura excepcional por parte da imprensa, não só em São Paulo, mas sobretudo no Rio de Janeiro, onde a CVM, depois, veio a se estabelecer. Então, era natural que houvesse uma sequência de acompanhamento de todos aqueles debates da Lei de S.A.; e depois, na sua implementação, em que a CVM foi um órgão fundamental para a implementação, vamos dizer assim, das novas normas de mercado de capitais e da Lei de S.A. Então a... Quer dizer, claro que o caso Vale teve uma divulgação muito maior, como nós já discutimos aqui, mas depois ficou mais... mais calmo a divulgação da CVM. E depois da minha substituição... Eu fui substituído pelo Herculano Borges da Fonseca, que era uma velha história, era da velha... vamos dizer da Velha República, do funcionário do Banco do Brasil, (um excelente funcionário do Banco do Brasil, reconhecido [como todos] como funcionário do Banco do Brasil), e depois da Sumoc, que tinha o espírito de antigamente; não era esse espírito

mais jovem, mais de abertura. Talvez, no período dele, tivesse havido uma certa distância da imprensa da CVM, em questão de postura. O resto é história, que eu não sei mais.

P.F. – Talvez, antes de tratarmos especificamente dessa transição, da sua gestão para a gestão do Herculano, o senhor poderia nos contar um pouco como foi essa sua saída ali, logo depois da CPI?

I.N. – Antes, eu anotei aqui uma pergunta, que eu acabei não fazendo, sobre, ainda, a sua gestão. Eu queria entender um pouco, e acho que nesse tempo de Supremo e tudo que a gente está vendo nesse tempo, faz sentido, também, lhe perguntar isso, sobre a colegialidade. Como eram essas sessões? Porque vocês estabeleceram... A gente falava na nossa outra sessão sobre o julgamento do caso Vale. E aí um pouco, como é que eram esses julgamentos desses processos administrativos? Porque eu lembro que o senhor falou bastante das sessões fechadas e sessões abertas. Dessas diferenças assim.

J.V. – Não. Em primeiro lugar, os julgamentos não eram abertos ao público. Não era aberto... Naquela época não era aberto à imprensa e ao público em geral; só era aberto àquelas partes interessadas. É claro que no dia do julgamento do caso Vale, por exemplo, tinha presente muitos funcionários [na CVM], que queriam acompanhar o julgamento, não só o pessoal da área jurídica, mas também o pessoal de acompanhamento do mercado que tinha sofrido todo aquele processo, vamos dizer assim, de desgaste e de comportamento totalmente atípico do mercado, naquela ocasião. Então, é claro que tinha os advogados das partes presentes, mas não tinha a imprensa. A imprensa, naquela época, ainda não podia, não era tão aberto o julgamento. Era uma novidade, porque em todos os julgamentos administrativos, que eu me lembro, da época, inclusive o Conselho de Contribuintes, Imposto de Renda, você tinha um aspecto muito mais sigiloso, [por]que só participava da sala de julgamentos, estava presente na sala de julgamento os advogados da parte, e mais ninguém. Não tinha essa possibilidade de o fiscal atuante estar presente, ou outras pessoas – convidadas, vamos dizer assim. Eram casos sigilosos. No nosso regimento interno, nós fizemos questão, dizendo que o sigilo era... não existia tanto sigilo... quer dizer, o julgamento não era sigiloso, quer dizer, para terceiros, todo mundo, as partes poderiam participar, e que o julgamento, seriam difundidos os resultados, que era uma forma mais... vamos dizer de abertura que os outros órgãos da época, que não faziam isto. Então a publicidade, nós achávamos que era importante a publicidade e as razões do julgamento. Então nesse caso do caso Vale, nesse aspecto do caso Vale, que é muito momentoso, a imprensa, tinha muita imprensa, a imprensa toda ficou no auditório. Tinha a sala

de julgamento e tinha o auditório ao lado. Todos ficaram no auditório. E o único que apareceu para fazer a entrevista coletiva fui eu. Quer dizer, eles sabiam que estava havendo um julgamento, data marcada e tudo mais, mas não tiveram acesso ao julgamento. O princípio do colegiado sempre foi observado. Que é uma coisa interessante, porque os membros do colegiado, na época, não eram advogados. Você tinha um representante de empresas, quer dizer, do perfil de empresas, que era o Francisco Gros, você tinha um economista... e o Francisco Gros, também, era economista –, você tinha o Horácio Mendonça Neto, que era economista também, e tinha o Antônio Milão, que era um... naquela época ainda não exercia a advocacia, apesar de ser bacharel em direito –, ele era funcionário da Fazenda, do Ministério da Fazenda, mas não era uma pessoa que, na época, exercesse a profissão. Então, eu não acredito que ele tivesse experiência de julgamento. O que se fazia era: cada membro colegiado que não tivesse capacidade própria de redigir ou estudar e tudo mais, ele... as decisões, os processos, ele pedia o auxílio de um advogado do Departamento Jurídico. Então esse advogado ajudava na elaboração do voto desses membros do colegiado. Mas, eu acho que eu já disse aqui, nesse caso específico do caso Vale, nós fazíamos, uma coisa que... não só nesse, mas em qualquer um que quisesse, nós fazíamos sorteio dos relatores. E no caso específico do caso Vale eu fiz questão de fazer um sorteio na presença das partes, dos advogados da parte, então estavam presentes no sorteio o advogado da Bolsa, o advogado da... do presidente da Bolsa, da Corretora, [Ricardo de Carvalho], e foi sorteado o relator. E eu me lembro que um advogado do escritório do Lobo & Ibeas, que era o advogado da Bolsa, ele que sorteou. Por ser o mais moço, eu disse: “Olha. Sorteia aí”. E hoje... É o Plínio Barbosa. Hoje, ele é sócio do escritório do Müssnich e Paulo Aragão. O Barbosa, Müssnich e Aragão [BMA]. O Barbosa é o Plínio Barbosa. E o Plínio, então, tirou lá o meu nome. E foi aquela comoção. E para mim, eu confesso que foi um alívio, porque eu preferia mil vezes que eu fosse o relator, para que eu pudesse impingir aquilo que... aos outros... quer dizer, pelo menos dar minha opinião de uma maneira mais abrangente, preocupado com o resultado de um colegiado; porque não é fácil você conseguir uma decisão, com cinco pessoas que não têm, a maioria não tem a prática de julgar, de examinar juridicamente o caso, como é que ia ser isto. Então, o fato... Eu fiquei mais... Achei engraçado, mas no fundo eu... pela coincidência, mas eu gostei do fato de eu poder, então, fazer o relatório e poder conduzir, vamos dizer assim, o julgamento. Eu já relatei aqui, uma curiosidade é que os votos, não foi uma decisão unânime. Um pregava a absolvição de todos, Milão e eu ficamos, afinal, com a maioria, condenamos o presidente da Bolsa e a Corretora...

o presidente da Bolsa e a Corretora, e alguns funcionários da Corretora, e o outros condenavam todo mundo, inclusive o ministro da Fazenda, que eu... quer dizer, que graças a Deus não prosperou, porque era ilegal, eu não podia condenar o presidente do Banco... Não. Era o presidente do Banco Central. E, no meu voto, eu fiz questão de dizer da competência da CVM nessa relação com o poder público. E o fato é que a decisão foi uma decisão por maioria. Tivemos que usar um pouco da imaginação criativa para criar essa maioria em torno do meu voto. E o curioso é que, como é um órgão regulador e que cabe fiscalizar o mercado, a Bolsa impugnou a minha relatoria, apesar de eles terem assistido o *coisa*, sob a alegação de que eu não podia ser o relator porque eu era suspeito, porque eu era o presidente... como presidente da CVM, eu poderia ter evitado a venda das ações.

I.N. – A minha pergunta era também um pouco sobre como essas sessões funcionavam no geral. Como vocês pensaram. Porque, quando vocês pensaram lá no regimento interno, por que pensar na sessão fechada? O que eram essas sessões fechadas, qual era a importância de conversar entre os conselheiros para tomar a decisão?

J.V. – Não. Uma coisa importante é a seguinte. Era uma decisão colegiada. E a colegiado... Quer dizer, inclusive, nós não tínhamos funções executivas, e sempre pensando no colegiado, que era uma... quer dizer, [era] uma decisão dos membros do colegiado. Não existe hierarquia entre os *coisas*, não têm áreas específicas, para poder melhor haver essa interação entre os membros do Conselho. Ninguém é dono de nada. Quer dizer, eu, por ser advogado, não era dono do Jurídico, o homem representante... quer dizer, que tivesse o perfil de empresa não era homem de empresa, o [homem] de mercado, também, não era homem de mercado. Era um conjunto de experiências, para chegar a uma decisão colegiada. Eu confesso que muitas das ideias na efetivação da estrutura vinham, de um lado, da antítese do que ocorria no Banco Central, que eram decisões monocráticas, o colegiado eu acho que só tinha alguma coisa a dizer no momento de política monetária; agora, se fosse a questão de mercado, era uma decisão quase que exclusiva da diretoria de todas as áreas: Diretoria Bancária, Diretoria de Mercado de Capitais, Diretoria de Fiscalização, Diretoria de... externa, que naquela época era assim a estrutura do Banco Central. Claro que, hoje em dia, mudou muito. Mas nós não víamos [como] seres estanques, então... essas divisões estanques da Diretoria, nós queríamos que, realmente, houvesse uma governança totalmente diferente do Banco Central, que era o órgão que nós estávamos substituindo na regulação do mercado. Por outro lado, essa questão dos julgamentos, eu levei muito em consideração, e por quê? – porque eu era a pessoa que tinha experiência mais

nessa questão de julgamento. E eu me espelhei muito no Conselho de Contribuintes, que eu fui parte. Que eu já disse aqui. Então, como eu disse aqui no depoimento, essa experiência minha do Conselho de Contribuintes foi muito importante, em toda a minha vida, nos órgãos públicos que eu passei, não só na CVM, mas, posteriormente, no IRB⁴⁹, e mesmo na questão do Conselho Monetário, que eu abordarei mais adiante. Então essas... E tudo isso não é nada estruturado. Isso tudo era bastante indutivo, quer dizer, era muito da intuição que ia se fazendo aquilo. O que é que nós queremos? – Queremos isso. – Então, vamos fazer assim, vamos fazer aquilo... E o colegiado nosso, era um colegiado muito capaz, muito experiente, mas que delegava muito ao... a mim, por eu ser o único que tinha (fora o Milão) que tinha mais experiência do setor público. E qual era a experiência do setor público? Era lidar com o setor público, primeiro como Conselho de Contribuintes, e depois na minha relação com o Banco Central, minhas pesquisas e tudo mais, que eu tinha uma certa experiência, vamos dizer assim, da gestão pública. Os outros não tinham. Claro que o Milão tinha muito mais do que eu, porque ele era um funcionário da Fazenda, e me ajudava muito nas ideias que eu trazia para essas questões de colegiado, julgamento, relator, relatoria, como é que se faz, e tudo mais. Então, é muito intuitivo. Não teve nenhuma grande estratégia. Não. Hoje em dia, eu vejo essas consultorias fazendo planos estratégicos e tudo mais... vai fazer plano estratégico, como é que faz, quais são... como é? o... As nossas reuniões de plano estratégico não tinham nada a ver com funcionamento, era muito mais com o plano estratégico que nós queríamos para o mercado, mas não um plano estratégico para saber como é que vai ser, funcionar a CVM.

I.N. – Então. Mas eu ia perguntar como era a busca do consenso das decisões. Vocês conversavam antes?

J.V. – Não, não. Não conversávamos antes, não.

I.N. – Conversavam só na hora da sessão.

J.V. – Só na hora da sessão.

I.N. – E a sessão era fechada.

J.V. – Era fechada... Não, não era só... Não, não. A única vez que... Também, de novo, uma experiência do Conselho de Contribuintes. Você podia uma sessão de discussão só com os membros do Conselho. Aí todo mundo saía da sala. Não era sessão secreta, não. Tinha outra expressão, que eu não me lembro agora. E nós podíamos fazer isto. Mas, nos quatro anos que

⁴⁹ Instituto de Resseguros do Brasil.

eu passei lá, a única vez que foi feita essa sessão foi no caso Vale, quando impugnaram a minha relatoria, e eu submeti ao voto a minha... quer dizer, a suspeição levantada pelos advogados. Aí eu pedi uma sessão secreta. Só nós nos reunimos. E decidimos de manter. Mas era uma... Não existe nenhum conchavo. Não tinha, também, uma coisa que... Não eram tantos processos naquela época, nós estávamos começando, não existia um número grande de processos, que tornasse o julgamento a coisa mais importante, vamos dizer assim, da organização, como é um tribunal que nós conhecemos, qualquer tribunal judicial. A nossa função não era ser um... Eu não me lembro qual era a frequência das sessões de julgamento. Mas não era nada que pudesse... [nós] dedicássemos muito tempo ao julgamento. Mas não existia... Quer dizer, vendo essas transmissões da televisão de julgamento do Supremo, eu acho uma perda de tempo você não... e todos já vêm com os votos preparados, eu não sei por que eles não distribuem antes e só discutem o que está posto nos votos, e não haver sustentação, cada um sustenta as suas ideias. Acho isso uma coisa muito improdutiva. Mas na CVM, nós não precisávamos fazer isto porque não eram processos dessa magnitude, e também não era a nossa função. Mas quando eu vejo aqueles julgamentos de hoje do Supremo eu fico impressionado, como eles tornam cada vez mais ineficientes os julgamentos não mudando um pouco a mecânica. Essa história do sujeito fazer a justificativa do voto antes do voto, não dá para entender.

I.N. – Então o foco nesse momento era bem mais de estruturação mesmo, e muito menos o papel de julgamento.

J.V. – Muito mais de estruturação. E eu confesso que eu não sei como é que está, como é que se faz agora. Eu sei que a CVM agora, os julgamentos são públicos, qualquer um pode assistir. Tem o auditório... No meu tempo os julgamentos eram feitos na sala de julgamento e não tinha muitas cadeiras para que as pessoas pudessem assistir ao julgamento. Isso foi, posteriormente, tem o auditório, e os julgamentos são públicos, qualquer um pode entrar e assistir aos julgamentos. Mas naquela época não era assim. Também não... O sistema de processo, processual da CVM era muito diferente, porque nós não dávamos ênfase à fiscalização. A fiscalização era um instrumento para apuração, comandada pelas áreas fins. A fiscalização não era área fim. Você tinha a área de empresa, tinha a área de mercado e essas áreas é que... Se era um problema da empresa, a Superintendência de Empresa que demandava à fiscalização para ir lá e para pegar algumas informações; mas o inquérito todo era comandado pela área demandada... ou [área] demandante, desculpe. Então você tinha a área de empresas, tinha a área de investidores e tinha a área de distribuição de mercado. Essas áreas é que conduziam o

inquérito. E nós queríamos dar ênfase a isto, àquele princípio básico, uma vez identificado uma situação, uma irregularidade, tinha que ver se era uma questão de aplicação da lei, de uma modificação da lei, ou de uma educação [riso] sobre as razões da lei. E nós não queríamos, na época, que a CVM no seu começo fosse encarada como uma empresa, uma xerife do mercado. Nós já vimos isso aqui. Isso era muito importante porque era a parte inicial, era a fase inicial da CVM. Era necessário que a CVM conquistasse credibilidade e conhecesse melhor o mercado, porque nós não éramos... Quer dizer, o mercado estava começando. Tínhamos isso, mas não existia o mercado, na verdade. Então, nós tínhamos a tarefa não só de educar mas também de criar. Nós tínhamos o mandato do legislativo para desenvolver o mercado de capitais, desenvolver o mercado de ações. Então nós não queríamos ser vistos e não podíamos ser os fiscais, o xerife de uma coisa que nós não conhecíamos, como é que deveria ser estruturado esse mercado. Isso foi durante muito tempo. Até na gestão do Marcelo Trindade, que já deve ter uns dez anos ou mais, que ele fez uma licitação pública... Acho que foi no tempo do... Não sei se foi no tempo do final do governo Fernando Henrique ou se foi já no governo Lula. Eu sei que eles fizeram uma licitação para que houvesse um estudo de como mudar essa situação; como é que você estrutura a CVM, depois de tantos anos, para que haja um processo administrativo mais eficaz, mais eficiente. E por sorte do destino quem ganhou essa concorrência foi a Nasdaq⁵⁰. E a Nasdaq tinha uma consultoria... Vocês sabem o que é Nasdaq. É o mercado de balcão americano. E que tinha uma consultoria que prestava, mundialmente, serviços remunerados no mundo inteiro, e eles nos convidaram, quer dizer, a Nasdaq nos convidou para participar desse consórcio na parte brasileira jurídica. Então foi muito engraçado porque eu, afinal, participei, de uma forma remunerada pela primeira vez na vida, [riso] de um projeto de reestruturação da CVM, da parte da fiscalização. E o resultado desse estudo foi a criação da superintendência de *enforcement*⁵¹, que eles chamam de processo saneador.

P.F. – Isso foi no ano? O senhor recorda?

J.V. – Nem me lembro. Era o Marcelo. Eu me lembro de fazer a reunião de apresentação lá na CVM, e o Marcelo Trindade era o presidente. Eu não sei se era o Marcelo... O Marcelo Trindade estava presidente, mas, logo depois, ele saiu e passou para?... o Cantidiano⁵²? Não.

I.N. – Não. Maria Helena⁵³. 2004 a 2007, Marcelo Trindade. Maria Helena é 2007 a 2012.

⁵⁰ Mercado de ações norte-americano, criado em 1971.

⁵¹ Expressão da língua inglesa que pode ser traduzida como “cumprimento”.

⁵² Luiz Leonardo Cantidiano Varnieri Ribeiro é advogado e ex-presidente da Comissão de valores mobiliários.

⁵³ Maria Helena Santana.

J.V. – É. Então foi 2004. Então foi 2006. Já tem doze... Já tem dezesseis anos isso? 2002? Não.

I.N. – 2004 a 2007...

J.V. – Então, vinte anos quase. Dez anos. É isso.

I.N. – Dez anos. E 2007 a 2012 foi a Maria Helena.

J.V. – Não, não. Foi antes. Foi antes da Maria Helena. Então teve essa coincidência. E eu achei que, na verdade, estava na hora mesmo de você fazer uma reestruturação e dar mais foco à fiscalização, ao xerife do mercado. A CVM já estava muito maior, já estava muito mais... com muito mais poderes, muito mais abrangente os poderes dela. O mercado de capitais era todo... Quer dizer, a competência da CVM sobre o mercado de capitais tinha se abrangido, tinha passado a ter também toda a administração dos fundos, todas as praças e tudo mais, então era uma outra CVM, muito maior, e não podia ser com a mesma filosofia da época da sua criação.

P.F. – É curioso imaginar que o senhor participou de uma reestruturação, quer dizer, o senhor teve essa passagem de tempo, porque o senhor participou diretamente da estruturação.

J.V. – É. É coincidência. É uma coincidência.

P.F. – É uma coincidência.

J.V. – Aliás, a minha vida sempre foi isso. Eu nunca pedi nada. As coisas iam acontecendo. Então... [riso] Como essa questão do... Eu nunca reivindiquei nada.

P.F. – Só reivindicou quando quis deixar a CVM.

J.V. – Só reivindiquei a minha demissão. Agora o... Eu não reivindiquei fazer esse projeto. Caiu no colo. [riso] Então é uma sucessão... Quer dizer, essas sucessões de acontecimentos na minha vida é muito em função não do meu querer, mas que as coisas iam acontecendo, desde a direção da PUC até o Conselho de Contribuintes e tudo isso, a minha vida sempre foi assim. Eu não queria. A CVM, por exemplo, eu não... Eu fui convidado. Nunca podia imaginar que fosse para a CVM. E aí entra também, na saída da CVM, eu jurava... Foi tão desgastante. Foi tão desgastante pessoalmente, para mim, e fisicamente, mentalmente, que eu queria voltar a fazer uma coisa com prazer, que eu queria voltar para a advocacia, queria voltar para o meu escritório e tudo mais, e jurei que nunca mais iria para o serviço público. Que tinha, esses quatro anos...

P.F. – Por quê?

J.V. – Porque foi tão desgastante, foi tão... Eu vi... Era uma coisa inacreditável, o desgaste, a diferença de ideias, a minha briga com funcionário... Não tinha desonestidade, não. Não era uma briga contra o... Mas era a mentalidade antiga, mentalidade mais pequena, que não via

muito grande. E eu naquela época, eu ainda tinha trinta e poucos anos, eu achava que era um reformista, que precisávamos mudar, dar um alívio. Olha que eu estou falando ainda em 1981. Então eu queria voltar a ter liberdade. Eu queria voltar para o escritório de advocacia, exercer a advocacia, tentar, na advocacia, trazer os meus princípios de mercado, que nós discutimos, estabelecemos lá na CVM. Fui ser membro do conselho de algumas companhias abertas e que estavam querendo mudar a coisa. Estava muito satisfeito. Uma boa clientela, satisfeito, e não queria saber disso. Mas eu, como eu disse aqui, eu era muito amigo, desde o tempo do Conselho de Contribuintes e do CEPED⁵⁴, eu era muito amigo do Dornelles. E o Dornelles, muito meu amigo, naquela época ele era... foi secretário da Receita, e eu tinha muito boas relações com ele desde o tempo que ele era procurador da Fazenda, depois secretário da Receita, e acontecia que ele era sobrinho do Tancredo, e eu, muito empolgado com a possibilidade da eleição do Tancredo. E estava sempre com Dornelles e assisti à formação do governo Tancredo, na casa do Dornelles. Eu pensei até, vendo aquilo ocorrer, que o Dornelles ia ser o chefe da Casa Civil, porque ele, a pedido do tio, ele montava todas as equipes e convidava os sujeitos...

P.F. – Está falando aí de 1985.

J.V. – 1985. Estamos falando de janeiro de 1985. Data da eleição. Que eu estava na casa do [Francisco] Dornelles em São João Del Rey quando o Tancredo [Neves] é eleito. E aquela euforia toda. E logo depois eu vejo, assisto uma presença muito grande do Dornelles na formação do governo que tinha acabado de ser eleito. Ainda tinha mais dois meses e meio para ser constituído, implantado, que ia tomar posse no dia 15 de março. E eu disse a ele, ao Dornelles, assistindo aquele negócio, eu disse: “Olha. Você sabe da minha esperança no Tancredo, maravilha e tudo mais; mas eu queria dizer a você o seguinte, antes que você tenha alguma ideia: eu não vou voltar para o governo. Eu vou colaborar. Quando você quiser que eu faça um projeto de lei, eu faço, eu ajudo. Mas não há a menor hipótese de eu voltar”. E como bom mineiro, eu pensei que ele tivesse concordado, ele não falou nada, eu disse: bem. Quem cala consente. Mas me esqueci que o mineiro não é bem assim. Então, quem cala consente não vai à frente. E continuamos fazendo isso, fazendo aquilo. Foi ótimo. Até que um dia ele me telefona e me diz: “Olha. O presidente...” Ele disse: Dr. Tancredo... o Tancredo... Não. O Tancredo. “O Tancredo está redigindo o discurso de posse dele e ele está querendo anunciar no discurso de posse a criação de uma comissão de juristas para fazer a lei do colarinho branco,

⁵⁴ Centro de Pesquisas e Desenvolvimento.

modificar a lei do colarinho branco. E ele está te convidando para coordenar essa coisa”. Eu disse: “Olha Dornelles, tudo bem. Eu acho ótimo. Mas eu não vou coordenar nada, porque... Você está querendo que eu faça alguma coisa... mas coordenar não”. Disse: “Não. O Tancredo gostaria que você coordenasse essa coisa no sentido de convidar os membros dessa comissão”. E eu disse... Aí disse: “Quais são?” Eu disse: “Bom. Os óbvios. O José Luiz e o Lamy” [*Alfredo Lamy Filho e José Luiz Bulhões Pedreira*], que tinham feito a Lei da S.A. E eu sugeri ainda o Fábio Comparato⁵⁵, que era professor lá das *Arcadas* lá de São Paulo... Lamy, José Luiz... E tinha um outro. Aí disse: “Você convida eles?” Eu disse: “Claro que convido”. E de fato... E quando desligou o telefone... quer dizer, antes de desligar, eu disse: “Dornelles, estou gostando de ver. Você está mantendo seu compromisso. [riso] É uma comissão que não ganha dinheiro, não tem... E aí está... É o que eu gostaria. Maravilha. Fantástico!”. Na maior alegria, porque ele estava cumprindo, eu não precisava voltar para o governo; ia ficar na minha mas colaborando com o governo, com a Nova República. Maravilha. Isso foi... Sei lá. E de fato, saiu o discurso, saiu o nome das pessoas e tudo mais. Depois eu conto a história desse projeto de lei. De anteprojeto. O projeto ainda foi... Foi anteprojeto. E aí passa-se uma semana, quinze dias, ele me telefona e me diz...

P.F. – O Dornelles.

J.V. – O Dornelles. Um sábado. Eu me lembro muito bem, porque foi um pesadelo. De manhã, ele me liga e diz: “O Tancredo está com um problema”. Eu disse: “Só um? [riso] Ele deve estar com muito mais”. — “Não. Você sabe que ele gosta de fazer as coisas de consenso. E ele tem muito apreço pelo IRB...” O Instituto de Resseguros do Brasil. Inclusive, o Dornelles e o Mauro Salles já tinham trabalhado no IRB na época do Tancredo primeiro-ministro. “Então, ele tem muita simpatia pelo IRB, um órgão muito importante, e ele quer... faz por consenso... E você sabe, quer dizer, as duas seguradoras, ele quer um nome que as duas seguradoras aceitem. E a gente pede indicação de um, ele indica o outro, o outro indica... É impossível harmonizar os interesses dessas duas seguradoras”.

I.N. – Quais eram as duas seguradoras?

J.V. – Era a SulAmérica e a Atlântica-Boavista, que depois passou a ser Bradesco Seguros. “E a única pessoa, o único nome que haveria consenso entre as duas é o seu nome, então o Tancredo... eu estou lhe ligando em nome do Tancredo para você ir”. Eu disse: “Eu não vou.

⁵⁵ Refere-se ao constitucionalista Fábio Konder Comparato.

Não há a menor hipótese”. — “Mas o Tancredo quer”. Eu disse: “Eu não quero. [riso] Eu não quero”.

P.F. – Por que o seu nome seria irrefutável, na época?

J.V. – Porque eu era muito ligado à SulAmérica, eu era inclusive do conselho da SulAmérica, e tinha trabalhado num contrato de associação de Bradesco e SulAmérica, quando eles assumiram o controle do Bradesco. Então o Almeida Braga, que tinha muito contato comigo, gostava de mim...

P.F. – Almeida Braga, o Antônio Carlos, da Atlântica.

J.V. – Antônio Carlos. E então o Antônio Carlos... E foi ele que disse ao [Braga] que era o único nome que ele aceitava, e, certamente, a SulAmérica não podia negar, porque eu era muito ligado à família Larragoiti e ao Leonídio Ribeiro, que eram...

I.N. – Família?

J.V. – Larragoiti. Que era dona da... São os donos, até hoje, da SulAmérica. E o Leonídio Ribeiro, que era o presidente da SulAmérica. E o fato é que eu disse que não. E ele disse: “Mas se o...” Até hoje eu não sei se ele disse se o Tancredo ligar ou se eu ligar para o seu pai... E papai era muito ligado ao Tancredo. Aí eu disse: “Não. Você não vai fazer isso. Isso é uma sacanagem. Eu não quero ir. E, se fizer isso, fica uma situação chata para mim”. Aí ele desligou o telefone, não muito satisfeito. Aí eu pensei, pensei, pensei... Aí me lembrei. Vou ligar para papai, para ele não atender ao telefone. [riso] Aí liguei para papai e disse: “Aconteceu isto”. Ele disse: “Eu sei. Ele disse que ia te ligar”. Eu disse: “Já ligou”. — “E o que é que você disse?” — Que ele, meu pai, não interferiria, mas que ele ia saber do meu... o que é estava acontecendo e tudo mais. Aí eu disse: “O que é que eu faço?” E eu sabia que ele não queria que eu fosse para o governo, porque ele sempre foi contra eu ir para o governo, então... eu achava que ia ter um aliado. E ele se envolveu muito na eleição do Tancredo, mobilizando empresários, mobilizando recursos, então ele queria muito que o governo Tancredo desse certo. E aí ele disse: “Olha. Não se nega ao presidente da República um pedido desse. Agora, eu te aconselho a fazer uma porção de exigências, e aí você testa quão...”

P.F. – Forçá-los a desistir.

J.V. – É. Quanto é que eles vão fazer. Aí eu disse: “Está bom”. Aí liguei no dia seguinte para o Dornelles, no domingo, deixá-lo nervoso pelo menos uns dias, eu liguei para ele e disse: “Olha. Eu queria conversar com você, porque eu tenho algumas condições para aceitar a presidência do IRB”. Ele disse: “Está bom. Então passa lá às cinco horas da tarde, no

Ministério, que o Galvêas me deixou utilizar o quinto andar do Ministério da Fazenda e eu estou fazendo a reunião das equipes lá”. — “Tá, tá perfeito”. E fui para lá com dez itens de exigência. A primeira exigência: eu quero... eu indico toda a diretoria do IRB. Ele disse: “Fechado”. Eu disse: “Eu indico o superintendente da Susep e todos os seus diretores”. Ele disse: “Fechado”. “Eu quero... Mudo o Conselho Nacional de Seguros Privados. Tira o presidente do Conselho, que é o ministro da Fazenda, e põe como presidente do Conselho o presidente do IRB”. Aí ele foi aceitando tudo. Aí eu disse: “Mas Dornelles, você, aceitando isso, você deixa de ser ministro do Seguro. Quem vai ser o ministro do Seguro...” Diz ele: “Não quero outra coisa. Eu não vou ter tempo para tratar de seguros. Você então vai... Tem mais alguma coisa?” [riso] Eu disse: “Não. A não interferência política. Não vai ter nenhuma indicação política”. E ele concordou com tudo. Totalmente blindado. Aí ele fez uma... Aí ele disse: “Bem. Agora, que você aceitou, vem aqui. Vamos ter uma reunião aqui com a equipe”. Aí, quando eu entrei lá na sala, na sala, diante dele, está toda a equipe dele. Toda a diretoria do Banco Central – por vir – a diretoria do Banco Central, a diretoria do Banco do Brasil, a...

I.N. – CVM.

J.V. – CVM. CVM? É. O Adroaldo. CVM, a Cacex, que era o Marcos Viana, e tudo mais. E aí ele me botou ao lado dele. Ele disse: “Vocês todos conhecem o Jorge Hilário. Esse vai ser o ministro da Fazenda no Rio de Janeiro. E por coincidência vai ser presidente do IRB”. Eu fiquei pasmo! Mas foi uma forma de ele me agradecer o fato de... de assumir a presidência do IRB, acho eu. E o fato é que esse gesto dele, e dizendo que eu era o ministro de Seguro no Rio, no Brasil, no Rio e tudo mais, me deu, perante a equipe dele, um poder. Eram todos meus amigos e tudo mais, mas uma coisa é ser amigo e outra coisa é, institucionalmente, o sujeito dizer: esse homem aqui é meu. E o fato é que graças a isso eu consegui coisas, no IRB, que eu nunca podia imaginar que, em dois anos, pudesse ser feito tanta coisa como foi feito, e revolucionariamente, no IRB. E depois nós podemos elencar as medidas tomadas. E por uma série de razões, quando Dornelles sai... E eu muito ligado a ele e tudo mais. Quando ele sai em agosto... De março a agosto. Tancredo morre, a relação com Sarney era respeitosa, mas nada parecido com a relação que ele teria com o Tancredo. O Sarney manteve todo o ministério, mas não era o ministério dele. E ele era muito... vamos dizer, o Sarney era submisso ao PMDB, que não gostava do Dornelles porque o Dornelles era uma pessoa do Tancredo, não era um sujeito do partido, do PMDB na época. Então havia uma... uma malquerença, vamos dizer assim, do PMDB com o Dornelles. Com o desenvolvimento... Uns quatro meses depois, cinco meses depois houve a

ruptura. Uma história que não vem aqui ao caso. E todos nós da equipe do Dornelles, eu com muito mais razão, não queria continuar. Vamos pedir demissão. Eu vou pedir demissão. Pedi demissão. E ele disse... Nós tivemos uma reunião na segunda-feira de manhã, enquanto era mandada a carta de demissão para Brasília...

P.F. – Isso é em 1987?

J.V. – Isso é em 1985. Em agosto de 1985. Ele só ficou de março até agosto de 1985. E eu dizia: eu vou embora. Imagina. Se eu estou aqui pela circunstância do Tancredo e do Dornelles, se Dornelles vai embora, eu quero ir embora também. E ele reuniu toda a equipe, para comunicar oficialmente a saída, na segunda-feira de manhã. E todos viram que era um fato... aí cada um disse: olha, o que é que vai fazer, o que não vai fazer... E todos, salvo alguns que eram de carreira do Banco do Brasil, que disse não, eu vou continuar, mas os outros todos: eu vou sair. E ele pediu: “Não. Eu quero que vocês todos fiquem. Não sei quem vai ser o meu substituto, mas... Esperem, para ver o que é que vai acontecer”. Aí eu disse: “Eu não vou esperar ninguém. Eu não quero, absolutamente, ficar constrangido em relação ao futuro ministro. Eu vou lhe encaminhar hoje a carta. Por favor, encaminhe o decreto de exoneração ao Sarney, antes de você ir embora”. E aí ele disse: “Não. Então fala lá com a chefe de gabinete”. Que era a Zazi Correa da Costa. [*Zazi Aranha Correa Affonso da Costa*]

I.N. – Como era o nome?

J.V. – Zazi Correa da Costa. Aí a Zazi... Aí eu fiquei no telefone com a Zazi. “Já entregou? Já entregou?” Disse: “Não”. Não entregou, não entregou... Aí eu disse: “Mas não é possível!” E teve um aspecto muito curioso. É que um grande amigo meu, o Marcos Viana, que foi presidente do BNDES, depois foi diretor da Cacex, e muito meu amigo, disse, nessa reunião com todo mundo, “Eu estou com Jorge Hilário. Eu vou mandar aquela demissão agora”. Aí ele disse: “Não, não. Não faça isso, não, porque eu sugeri o seu nome para me suceder”. Aí o Marco disse: “Se é assim, eu vou esperar”. [riso] Aí cada um foi para o seu canto. E eu estou na minha mesa, na minha sala lá no IRB, freneticamente falando com a Zazi para entregar a minha carta de demissão, que eu queria a demissão logo, quando eu fecho na televisão, no jornal Nacional, uma entrevista do dr. Ulysses [Guimarães] dizendo que o novo ministro seria... estava entre o Dilson Funaro e um tal de Marcos Viana. Quando ele disse “um tal de Marcos Viana” a gente viu que não havia a menor possibilidade de o Marcos Viana ser efetivado. E como o Dilson foi. Quando eu vi que o Dilson ia ser presidente... ministro da Fazenda, aí eu fiquei mais apavorado do que nunca. Porque eu era, também, muito amigo do Dilson. E,

freneticamente, ligava para Brasília, para ver se antes do Dilson tomar posse, eu pudesse sair. Aí a Zazi disse: “Não. Ele me deu ordens para não levar ao Sarney”. O Dornelles. Aí eu disse: “Que coisa! Como é que eu posso fazer?” Nada. Mas arrumei minhas coisas. Vou me embora. Arrumei as coisas, marquei reuniões fora do IRB, já voltando para a vida privada, recebo a *Veja*, um repórter da *Veja*, com um fotógrafo que tira fotografia minha com os papéis nuns boxes de... de *coisa*, de uma garrafa de uísque, com um selo de uísque, que eu, então, ia embora e tudo mais. Aí começou uma pressão... Não, não. Aí me liga o Dilson. E eu disse a ele que lamentava muito, mas não podia continuar. Aí ele disse “Mas eu... Nós somos amigos há muito tempo. Você é importante. Eu não conheço ninguém no Rio. Você é um sujeito do Rio. Eu preciso de uma pessoa como você no governo”. — “Dilson, lamento muito, mas... posso trabalhar com o que você quiser, mas, no governo, eu não posso ficar”. Aí ele disse: “Então... Não aceito isto. Mas eu te dou até as duas horas da tarde para você me confirmar que realmente quer sair”. Eu disse: “Está bom”. Aí, logo depois, encheram a minha sala de seguradores, que estavam muito satisfeitos com o que eu estava fazendo lá no IRB e disseram que iam fazer um apelo patético para eu continuar, dizendo... Aí disseram que... Criaram um clima, um cenário de desastre total: que ia sair, ia ser uma coisa horrorosa para o mercado; não era possível, depois de tanto esforço nesses cinco ou seis meses... Aí eu disse: “Está bom. Vou pensar”. Já estava botando um pé atrás. Aí entrou o sindicato dos funcionários, toda a diretoria.

I.N. – Do IRB.

J.V. – Do IRB. Pedindo para eu ficar. Porque eu... o meu estilo, era um estilo totalmente diferente do estilo do tempo da ditadura. Eu era uma pessoa muito mais aberta, eles participavam muito mais da direção, então eles estavam querendo ver como é que ia ficar, e queriam que eu continuasse. E aí eu aceitei, com um pé atrás. Claro que a *Veja* publicou a minha fotografia, dizendo que eu era um... só podia dizer que eu era um carreirista, [riso] porque eu não tinha...

I.N. – Aí o senhor decidiu ficar então, porque ficou até 1987.

J.V. – Decidi ficar. Fiquei até 1987. Fiquei. Mas teve esse aspecto da *Veja*, que eu não engoli até hoje. [riso] E aí teve uma coisa mais curiosa ainda. Que eu estava nesse negócio de... Não. Como é que era o negócio? Ah. Eu já tinha falado com Dilson, já tinha dito que não ia ficar, estava nesse interregno até as duas horas da tarde, quando um jornalista me diz que o futuro presidente do Banco Central era o Francisco Gros, meu amigo, que tinha trabalhado comigo na CVM. Aí eu disse: “Não é possível. Eu não acredito. Ele está na Suíça inclusive, esquiando”.

Aí ele disse: “Não. Mas ele já tomou o avião e vem para o Brasil”. Coisa de doido. [riso] Eu fiquei tão horrorizado que não fui à posse do Francisco Gros. Apesar de ser presidente do IRB, não fui à posse dele. Eu achava que não ia dar certo. [riso] Coitado. Até que deu certo. Mas em todo caso, foi um período curioso. E por que eu gostava... quer dizer, que eu fui gostado nesse período inicial? De novo. Porque eu fazia tudo diferente de como é que era feito antes, no tempo da ditadura. Então, as decisões eram colegiadas, os superintendentes, eu fazia reuniões semanais com todos os superintendentes, ouvia todo mundo; a diretora Administrativa foi eleita pelos superintendentes. Teve um aspecto muito curioso. É que eu... Quer dizer...

I.N. – No que consistia o trabalho do IRB?

J.V. – Eu chego lá. Só sobre o clima. Quando eu cheguei lá, tinha uma sala só para a diretoria, que ficava ao lado do refeitório dos funcionários. Eu fui lá a primeira vez, eu disse: “Isso aqui é uma coisa ridícula”. Quer dizer, aquelas prateleiras com louças especiais, não sei que. Eu disse: “Isso aqui não... Não vou fazer isso, não. Eu não vejo razão nenhuma de ter uma sala privativa para a diretoria. Vamos abrir... Enquanto não abrir esse negócio todo, eu não venho almoçar aqui”. Eu quero almoçar com... um refeitório normal, cada um, bandeja, não tinha nada de serviço *à la carte*. Bem diferente da época passada. E aí me lembrei alguma coisa da CVM, que um amigo meu, meu chefe de gabinete...

I.N. – Como é o nome dele? Seu chefe de gabinete aonde?

J.V. – Na CVM. Era o... Como é o nome dele? Era o... Depois eu me lembro dele. Muito simpático. E ele chegou e disse: “Dr. Hilário, eu tenho notado que você é muito antipático. Quando você entra no elevador você tem que cumprimentar as pessoas, dar bom dia, boa tarde, boa noite. Não é possível. Você entra...” — “Sim. Mas eu não conheço as pessoas. Eu não...” Disse: “Não. Mas você dá. Dá, que você vai ver que todo mundo vai ficar satisfeito”. Aí eu disse: “Está bom”.

I.N. – Na CVM ainda.

J.V. – Na CVM. Aí eu chego na CVM, dou bom dia, ninguém responde. Aí eu disse: “Mas que diabo! Eu sou tão antipático? O presidente da CVM dá bom dia, ninguém responde?” Graças a Deus saíram todos num outro andar, que era de outra... da outra... [riso] ambiente de trabalho que não da CVM. Então não era. Aí eu disse a ele: “Olha. Não vou mais cumprimentar, porque... Cumprimentar todo mundo não. Os funcionários, tudo bem. Agora os que não são funcionários...”

I.N. – Isso já era na Sete de Setembro?

J.V. – É. Na Sete de Setembro.

I.N. – Naquele prédio atual.

J.V. – É. Aí passo para o IRB. E disse: “Bem. Eu vou passar a almoçar no bandeirão. Não tem problema. E vou sentar com os funcionários, vou comer com os funcionários”. Aí fui lá, sei lá, no terceiro ou quarto dia, com a minha bandeja. Tem um casal. Eu sento, e digo: “posso sentar aqui?” Muito pouco resposta. Disse: “Diabo. Que coisa!” Como lá e tudo mais. Os sujeitos vão embora. Aí eu chego para minha secretária e digo: “O que é que aconteceu?” Ela disse: “Não. Nós temos aqui um programa de ajuda de deficiências, e você sentou numa mesa de surdos. Então, ele não ouviu nada do que você falou”. [risos] Para ver como é difícil você ser simpático e tentar interagir com as pessoas. Claro que eles ficaram muito satisfeitos; mas só que não me disseram que eles não ouviam. Mas voltando à questão do IRB. O IRB tinha o monopólio do resseguro. É uma instituição criada por um dos fundadores da Fundação Getúlio Vargas, até hoje é membro, um representante, ele é indicado ao conselho de mantenedores da Fundação. Foi criada... O IRB, o primeiro presidente do IRB foi o mesmo presidente da Fundação Getúlio Vargas. O Sebastião Vital. Que foi um presidente, em 1939, em 1937-39, extremamente revolucionário. Depois, ele fez aqui, na Fundação, a Escola de Administração Pública, porque ele tinha uma visão do funcionário público maravilhoso. E a estrutura do IRB era fantástica. Tinha o monopólio do resseguro, acabou com todas as empresas de resseguro estrangeiras, não aceitou mais que esses seguros... Foi uma nacionalização, na verdade, do seguro, do movimento das empresas brasileiras contra as empresas inglesas e americanas que dominavam, através do resseguro, o mercado brasileiro, e aí decidiram fazer o... a [alteração] do IRB, o monopólio, e com as regras todas, bastante, do tempo da ditadura. Então todas as tabelas de seguro, era tudo tabelado pelo IRB. O IRB fazia tudo. Dizia quem é que ia receber, quem não ia receber, quanto é que ia lucrar. Não tinha mercado nenhum. Era tudo fixado pelo IRB. E a direção do IRB... quer dizer, era o colegiado também. Era um conselho técnico de pessoas altamente capazes, atuários e tudo mais, funcionários do IRB, e com participação do capital – bem do estilo da época – participação do capital e trabalho. Tinha também pessoas do mercado privado brasileiro no conselho técnico do IRB. E o seguro direto com o IRB, que era o... Mas quem baixava as normas de resseguro, tarifas de seguro, o que é que podia fazer, o que não podia fazer, era o IRB. O Departamento Nacional de Seguros, que depois veio a ser a Susep, não mandava nada. Quem mandava tudo era o IRB. O Vital... Como é o nome do Vital? [João Carlos Vital] não me lembro. Foi fundador aqui da Fundação. Ele fez uma estrutura fantástica.

Foi a primeira repartição pública a fazer concurso para mulher. Tanto assim que foi a primeira repartição pública no Brasil, e talvez uma empresa qualquer, que tinha uma creche para receber, durante a guerra, as mulheres que trabalhavam lá e não tinham onde deixar as crianças, então tinha uma creche, no IRB, para atender as demandas das mulheres. O número de mulheres dentro do IRB era pasmante, por causa de todos esses incentivos que davam a ela. Foi uma administração, para a época de 1939, 37-39, extremamente revolucionária, o IRB. É uma coisa fantástica o que o IRB fez, como instituição monopolista e tudo mais. Com o passar do tempo, o IRB foi perdendo um pouco da sua força, e em 1966, em pleno governo Costa e Silva, faz-se um Decreto-lei, fazendo uma estrutura toda do IRB, do mercado [corrige-se]. E o IRB fica como o pilar do mercado. Ele era o que fixava as normas. Ele fixava as normas, era a empresa que fazia o resseguro, fazia o cosseguro, fazia a retrocessão, mandava e desmandava no mercado. O mercado não fazia nada sem a autorização do IRB, a permissão do IRB. Tudo era o IRB. Era uma coisa impressionante. E naquela época o IRB começou a abrir – Brasil grande – a abrir o resseguro, competir com o resseguro lá fora, em Londres e em Nova Iorque. Que deu um prejuízo gigantesco, gigantesco, para o Brasil. No princípio era uma maravilha, porque o sujeito pagava prêmio, mas na hora de pagar o sinistro, era uma dificuldade. Isso, em... 1970... [dúvida] Como é que foi? Até 1974. Aí veio o Albrecht em 1974, no governo... Não, não. No governo Figueiredo. Só acabou isso no governo Figueiredo. O José Lopes de Oliveira ficou na presidência até 1974. De 1966 a 1974, o José Lopes de Oliveira. Foi um grande presidente do IRB, mas ditador total. Sai o José Lopes e entra o Ernesto Albrecht, que tinha sido diretor do Banco Central, que eu conhecia bem, e, bem germanófilo, [riso] continua no seu... no tipo de administração bastante rigorosa de... correta, mas bastante germânico. Não mexe em nada no mercado. José Lopes tinha mexido no mercado, para o IRB ser mais competente. Fez a besteira de Londres e Nova Iorque. Ele nunca pensou que tivesse tanto dissabor. O Albrecht fecha, suspende as unidades de Londres e Nova Iorque e administra tudo na base do normal, quer dizer, não modifica nada. E tinha um sistema do tempo dos militares, que os seguros dos órgãos públicos, que antigamente podiam fazer seguro em qualquer companhia, através de corretores, e os corretores ganhavam muito dinheiro nessa corretagem, e o governo decidiu que não iria haver mais livre acesso dos seguradores, do mercado segurador às empresas estatais. Às empresas estatais, tinha que se fazer sorteio. E aí começou... por causa disso, as empresas começaram a ter cinco, seis, sete empresas, para ter mais bolinha para ganhar o seguro das empresas estatais, porque as maiores empresas do Brasil eram as estatais. E tudo, então, era

tabelado. Você não tem concorrência, porque a concorrência é feita através de leilão, você não pode mudar a sua tarifa, porque a tarifa quem fixa é o IRB, mesmo que a tarifa seja antiga, não vai... Ah! E não tem correção monetária. Com aquela inflação gigantesca, se houver um sinistro, a seguradora não vai... vai pagar em valor histórico, e não o valor da perda, do capital segurado. O capital segurado não é corrigido. O que é que acontece? As empresas deixaram de ser seguradoras. Porque não podia fazer nada; havia muita devolução de corretagem nos... porque o preço era gigantesco, tinha que cobrar aquele preço; mas não era real. Então, se eu tenho um carro que eu tenho que cobrar 25% do preço do automóvel, e o 25% é muito mais do que *coisa*, eu estou super... eu estou cobrando... eu estou superavaliando o sinistro. O que é que acontece? Havia devolução do prêmio recebido. E aí, um caixa dois maluco nas empresas. O fato é que, dentro desse panorama, que eu assumi. E convidei para a Susep um conhecido meu da CVM, que era o João

I.N. – João?

J.G.V. – João Régis Ricardo dos Santos... (que se não me engano ele, já depôs, aqui no CPDOC) e nós dois fizemos todas as correções possíveis no mercado. Instituímos a correção monetária no prêmio e no sinistro, acabamos com as tabelas da apólice de incêndio, que eram as mais caras do mundo, liberamos a taxa de corretagem para o mercado, não era mais.... Então, demos uma tranquilidade ao mercado, e as seguradoras passaram a ser seguradoras de novo. Porque, antigamente, eles eram meramente empresas financeiras. Acabou?

[INTERRUPÇÃO PARA TROCA DE BATERIA]

P.F. – Dr. Jorge, é bastante evidente, sobretudo quando o senhor nos conta a história do IRB, o quanto a sua experiência na CVM deixou uma marca muito forte na sua trajetória, não só como o senhor se reconhece na sua trajetória pessoal, mas como todo o... vamos dizer assim, a sociedade, o mercado reconheceu no senhor, também, um legado importante. Tanto é que lhe teve todo esse dilema, de permanecer ou não permanecer no setor público. Eu queria lhe perguntar, já olhando para esses dois momentos, o IRB e a saída da CVM, em primeiro lugar, qual foi o legado da CVM para a sua trajetória? Sobretudo, pensando nesse espírito público, o que lhe mudou, pensar o espírito público, me parece que tem alguma coisa aí sobre, uma espécie de uma postura, dentro da regulação do mercado, uma postura bastante conciliatória, assim conciliadora, com o mercado, então eu queria saber um pouco sobre esse legado, e o que o seu legado na CVM lhe interferiu, lhe foi importante, para essa atuação junto com o Instituto de Resseguros do Brasil.

J.V. – Bem. O primeiro aspecto, tem o aspecto de relação do regulador com o regulado, que serviu, também, de experiência para a CVM, e tem o aspecto mais de estrutura dos órgãos, que são duas coisas, vamos dizer, em prismas diferentes. Sobre a questão da realização da CVM, é uma coisa... A CVM não existia, então eu me senti... e eu fui para lá para estruturar uma organização que, para mim, seria ideal. O Roberto Teixeira foi o fundamental na visão dele de mercado, e eu fiquei mais preocupado com a estruturação jurídica e dos aspectos de fortalecimento da Lei da S.A, que, como eu disse, no passado... Por que eu aceitei o desafio? Porque eu achava que... Eu tinha medo de que se nós não tivéssemos uma CVM atuante e que conhecesse bem o espírito da Lei das S.A., que a Lei das S.A. talvez não pegasse. A CVM tinha responsabilidade social e política de fazer com que a lei pegasse. E depois de ver tanto esforço, tantas discussões a respeito da S.A., acharia uma covardia, já tendo oportunidade, não ajudar a participar daquele movimento de fazer com que a lei vingasse e que ela fosse eficaz. Isso é o lado da CVM, do lado, vamos dizer, de relação com o mercado, do esforço e de realização. Aqui, isso estava presente também, um pouco, ou muito menos, no IRB. Agora a outra parte do *disclosure*⁵⁶, do comportamento de um órgão público, eu aprendi muito com a CVM e transferi isto para o IRB. Por exemplo, na época, nesta época existia a carta-patente: você só podia ser corretor se tivesse uma carta-patente, só podia ser um banco se tivesse... o Banco Central emitisse uma carta-patente. A CVM não tinha carta-patente nenhuma, para nada. Mas eu... nós [éramos] muito preocupados com a capacidade do mercado, porque era muito mais importante ter capacidade de atuar no mercado do que ter uma carta-patente. Carta-patente era um negócio do passado, em que você podia comprar uma carta-patente para fazer isso. Não tinha razão econômica e social para você ter um espírito de carta-patente. E a mesma coisa no IRB, no mercado segurador. O mercado segurador, tinha que ter carta-patente. E tem mais. Tinha regras não escritas, tanto no Banco Central quanto no IRB, no mercado segurador. Quais eram as regras não escritas? Você não pode ter mais de 50% do capital na mão do estrangeiro. Quer dizer, onde é que está dito isto? Eu disse não, não pode. É uma regra não escrita. Mas como é que você exerce uma regra não escrita? Como é que você pratica uma regra não escrita, no governo? Muito simples. Eu não dou a carta-patente. Eu não permito que uma empresa privada, uma sociedade de capital nacional transfira o controle para [estrangeiro]. Mas por que você não transfere? Não. Porque é regra não escrita. “Sim. Mas não é lei.” “Isso, eu digo não.

⁵⁶ Expressão da língua inglesa que pode ser traduzida como “transparência”.

Eu não preciso dar satisfação. Eu digo não.” E ninguém, nesse aspecto, foi à Justiça para exigir que não fosse cumprida a lei não escrita, a norma não escrita. E no seguro, também, tinha disto. Mas aí era mais fácil, porque eu era do Conselho Nacional de Seguros Privados, tinha todos os poderes... e como é que era a estrutura do Conselho Nacional de Seguros Privados antes de eu entrar? Era um ministro da Fazenda o presidente do Conselho e tinha o representante... o ministro do Planejamento, o ministro da Indústria e do Comércio, ministro disso, ministro daquilo, e pronto. Aí eu disse não, não funciona, porque, nesse tipo de conselho, o ministro não vai nunca, manda sempre um sujeito qualquer, um assessor e tudo mais. E não é possível. Então... Não vai ficar o IRB sozinho nesse conselho. Então, eu quero, o presidente do Conselho é o presidente do IRB. E não vai ter nenhum ministro no Conselho, porque eu não... eu como presidente do Conselho não vou mandar no ministro, nos outros ministros, então vai ser o secretário executivo de cada ministério. E assim foi feito. Botou-se o secretário executivo de cada ministério. E eu, também, disse na época: nesses dez itens, eu quero que o Conselho Nacional de Seguros Privados tenha dois representantes do consumidor, além do representante do setor privado. E assim foi feito. Aceitava-se tudo em 1985. Então o... Eu aprendi isso na CVM. Como eu, também, aprendi na CVM a questão de como é que funciona o Conselho Monetário. Naquela época, o Conselho Monetário era uma... um pandemônio. Todos os ministérios eram representados, a CVM tinha representação, o presidente da CVM era membro do Conselho Monetário, o presidente do IRB era membro do Conselho Monetário, o presidente da Caixa Econômica, o presidente do Banco do Brasil, presidente pra tudo quanto é canto, o diretor da Cacex⁵⁷, e ainda mais quatro representantes do setor privado. E claro que os recursos de competência do Banco Central, que você tem... a jurisdição, o Conselho Monetário é que teria que julgar, o que acontecia é que ninguém prestava atenção. A parte que recorrente achava que era... existia o contraditório, não tinha contraditório nenhum. Surgia lá o presidente do Banco Central com uma lista de processos, distribuía o nome da instituição financeira e não justificava nada. Aprovado. Está aprovado. Nunca ninguém deixou de aprovar. Uma vez, não me lembro qual foi o banco, se foi uma empresa, uma coisa dessa, recorreu e mandou memorial para todo mundo. Aí o Sérgio Quintella, esse Sérgio Quintella que é aqui do conselho do... vice-presidente da Fundação [FGV], era membro do Conselho de Contribuintes... do Conselho de Contribuintes não, do Conselho Monetário, ele disse: “Eu queria saber se recebeu o

⁵⁷ Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil

memorial aqui. Quando é que vai ser julgado?” [riso] Aí disse: “Já foi julgado”. Ninguém se apercebia do negócio. E aí, de novo, como presidente da CVM, quando eu fui convidado então, nessas listas dos dez, eu disse: “Ô [um nome?]. Outra coisa que eu quero é a modificação dos recursos para o Conselho Monetário, tanto da Susep quanto do Banco Central, eu sugiro a você, um dos primeiros atos do governo é você criar o *Conselhinho*. Então, você vai ter um *Conselhinho* para o Ministério da Fazenda... para as instituições financeiras e um *Conselhinho* para o mercado segurador”. E assim foi feito. Totalmente... E, na minha opinião, isso não é nada legal, [riso] porque foi feito através de decreto. Mas foi recepcionado pela Constituição de 1988, porque... está aí. Estão aí os *Conselhinhos* funcionando. Usando o exemplo do Conselho de Contribuintes, porque tem representantes do setor privado e representantes do setor público. Assim foi criado os *Conselhinhos*, em 1985. Como? Em função da experiência, de novo, da CVM e do Conselho Monetário. Então, tudo é uma cadeia de acontecimentos.

I.N. – Eu queria aproveitar e perguntar, quais outras funções o senhor desempenhou depois da CVM em que o senhor levou a CVM junto? O que mais o senhor se recorda assim, que a CVM foi para as outras atuações da sua vida profissional?

J.V. – Não. Eu acho que... Depois do IRB, que teve muita influência da CVM, da experiência da CVM no IRB, (tudo isso que eu estou contando) também, quando eu fui ser secretário da Fazenda. Eu saí do IRB em março de 1987 e fui secretário da Fazenda de 1987 a 1989.

P.F. – Do... Do Estado do Rio de Janeiro.

J.V. – Do Moreira Franco. Estado do Rio de Janeiro. E também, na Secretaria, a minha posição era uma posição... também em função da experiência na CVM, uma relação muito de colegiado, quer dizer, de ouvir as pessoas, de ter o... ouvir os secretários da Fazenda, fazer núcleos específicos para debate das questões; muito planejamento estratégico, feito por nós mesmos, sem consultores externos, e muito o espírito de abertura. E esse espírito de abertura, já na época da CVM, o espírito de abertura muito... Nunca esquecendo que o meu antecessor na Secretaria da Fazenda, tenho a impressão que era muito um ditadorzinho. Por isso que ele se chama César – Maia⁵⁸ –, porque era um ditadorzinho. Ele centralizava todas as decisões. Tanto assim é que quando eu assumi... antes de eu assumir, ele me procurou no IRB, disse: “Estou aqui, escondido do governador Brizola”. Eu disse: “Ah. Muito bem”. [riso] “Porque o Brizola proibiu de falar com você”. “Está ótimo. Eu fico muito satisfeito de saber que ele proibiu falar com *você*. Eu

⁵⁸ Cesar Epitacio Maia, economista e político brasileiro. Foi Secretário de Fazenda do Governo de Leonel Brizola.

não quero falar com ele também, não”. [riso] Aí disse: “Não. Mas ele proibiu inclusive de ir à posse, que eu fosse à posse. Mas eu vou a sua posse. E aqui estão as informações que você gostaria de ter”. Ele me deu um pedaço de papel... com nada. Um pedaço de papel que dizia: arrecadação xis... Até hoje eu não me lembro muito bem. Eu fiquei tão impressionado! Porque as informações que ele me deu constavam num papel de bloco pequeno, do tipo de um Ipod. Este era a transparência, e as informações necessárias que ele achava de me dar. Mas quando cheguei lá, fiz, fazia reuniões regulares com os superintendentes. A minha relação com a imprensa, também, foi uma relação muito mais aberta. Externamente, e internamente também. Os termos de comunicação interna, eu dava muita importância. E outra coisa que eu fazia muito era ouvir os funcionários. Até o funcionário do elevador, se ele tinha alguma queixa, eu ouvia. [riso] E fiz muito sucesso lá, por causa dessas minhas... minhas *coisas*. Mas era meio... Quer dizer, mas era duro. Porque eu fiz uma administração muito austera. Não gastar nada. Mas isso não tem nada a ver com CVM. Isto é mais pela circunstância.

I.N. – O que o senhor acha que?... Assim, o que o senhor disse que ficou é um modelo de gestão.

J.V. – Modelo de gestão. Modelo de gestão.

I.N. – Modelo de gestão do público, do serviço público.

J.V. – É. E, quando eu saí da Secretaria da Fazenda e fui para o Banerj, também, levei esta mesma... este mesmo conceito de gestão. A coisa que eu mais me orgulho no Banerj, dentro desse conceito de gestão, foi que... O Banerj estava falido, já estava sob intervenção e tudo mais. E eu, na verdade, fui nomeado interventor, com uma diretoria, metade indicada pelo Banco Central, metade pelo governo do estado, e eu, indicado pelo governo do estado. E desta maneira, quando a gente viu... Levei duas pessoas para trabalhar comigo lá no Banerj, que estavam trabalhando comigo na Secretaria da Fazenda, o Carlos Von Dollinger⁵⁹ e o Régis Abreu⁶⁰. E esses dois me fizeram o levantamento da situação. A situação estava caótica, não tinha dinheiro nenhum. Era uma coisa horrorosa. Isso, na Secretaria da Fazenda. E eu aprendi a viver com esta penúria permanente do estado. Arrecadação pífia... Era uma coisa horrorosa. Mas, quando fui para o Banerj, eu vi que a situação era pior, porque você, no Banerj, você não tinha muitas receitas, porque os empréstimos que tinham dados não eram pagos. Era uma coisa horrorosa. Gastou-se muito dinheiro do Banerj com outras coisas que não tinham nada a ver

⁵⁹ Frederico Carlos Von Dollinger da Motta Bastos

⁶⁰

com a atividade bancária. E o fato é que nós tínhamos uma inflação de... algo parecido com cento e vinte por cento ao mês, cem por cento ao mês; então, qualquer aumento salarial que recompusesse, pelo menos parcialmente, a inflação, você estourava... aumentava terrivelmente o déficit do banco, e não havia como financiar aquilo. E eu fechei o banco. O banco não emprestava a ninguém. Só recebia. Só recebia o que tinha que receber, mas não emprestava nada, porque não podia correr mais risco nenhum e tudo mais. A inadimplência era muito grande. Então, era crucial... Eu assumi no dia 14 de julho de 1988. Em setembro, ia ter um dissídio coletivo. Se eu desse correção de salário, o banco quebrava de novo. Era fundamental que não houvesse aumento. O que é que eu fiz nesses dois meses? Eu visitava duas agências por dia. E de novo, essa experiência de contato com os funcionários que eu tive na CVM e depois no IRB. Então eu, antes de a agência abrir, eu estava lá, para conversar com os funcionários a respeito da vida dele e o que ia acontecer se o Banerj fechasse de novo porque não ia ter dinheiro para pagar. Isso, todo dia, durante sessenta dias. Até que veio... Aí fiz uma comissão também, baseada na experiência da CVM, uma comissão de negociação dos dissídios. E chamei os sindicalistas para participar da discussão. Tinha os funcionários do Banerj mais os sindicalistas, e do outro lado, a CUT. E aí era uma paulada dos diabos. Sabíamos que era impossível o acordo, mas eu precisava do discurso, para dizer que tinha tentado. E conseguimos uma vitória de método. Era de fazer uma assembleia do dissídio do Banerj separado dos outros. No mesmo dia. Então fizemos a do Banerj no “Buraco do Lume”. Vocês pegaram o “Buraco do Lume”? Não. “Buraco do Lume” era um buraco que tinha ali em frente ao Banerj, na Nilo Peçanha, bem em frente ao Banerj, onde se reunia sempre, historicamente, os movimentos... Hoje é na Cinelândia. Mas naquela época era... todos os movimentos sociais eram feitos ali no “Buraco do Lume”. E a assembleia do Banerj foi no “Buraco do Lume”. E eu fiquei assistindo lá de cima. Resultado: derrotamos a CUT, e não fizemos greve. Isto fez com que o banco se recuperasse, porque durante nove meses nós tivemos um superávit. E o mais curioso é que os bancos privados não conseguiram um acordo, e fecharam. Então, o único banco que abriu por uma semana foi o Banerj, porque o Banerj não tinha feito greve porque eles tinham aceito o acordo conosco. Isso foi uma vitória de todos os banerjianos, que me orgulhou sempre, mas que... de novo, volto ao sistema de transparência que eu aprendi na CVM. Então, a CVM para mim foi uma escola fantástica de vida e de gestão de coisa pública. A única frustração que eu tenho, vendo nesse aspecto todo da minha carreira, é que eu tinha a pretensão, na CVM, de continuar tendo o melhor corpo jurídico possível na CVM, e,

infelizmente, isso terminou em 2000, 2001, quando houve a reforma da Consultoria Geral da AGU, sob o comando do senhor Gilmar Mendes, que acabou com a carreira autônoma dos advogados das... dos órgãos públicos, para concentrar tudo na AGU. Então, hoje, nós temos na CVM... não temos mais um grupo de advogados da CVM, mas sim um grupo com advogados externos.

P.F. – É isso que nós gostaríamos de ouvir um pouco do senhor. Depois da sua saída. O senhor poderia fazer uma breve análise da trajetória da CVM depois da sua saída até um pouco os dias de hoje?

I.N. – E a gente, também, tem que retomar a saída, porque a gente acabou pulando. Como é que foi a sua decisão de sair da CVM.

J.V. – Não. Mas eu acho que já tratei disso. Depois da CVM.

I.N. – Não. A gente terminou com essa pergunta. A gente terminou com essa pergunta, e a gente não...

J.V. – Eu não falei do?...

I.N. – O senhor falou que foi depois do caso Vale. Mas o senhor não falou como é que agora...

J.V. – Não. Eu disse, eu acho que eu disse, quando houve o caso Vale, antes mesmo, na semana do caso Vale, eu disse: eu vou para o sacrifício. Eu vou sair. Mas eu, para sair, eu preciso completar o julgamento. E depois daquela época, depois que teve a CPI... Eu não queria sair antes de terminar a CPI. Mas eu estava decidido, que eu tinha que salvar a CVM, que a CVM não podia ser destruída, sob alegação de que o governo podia intervir no mercado quando quisesse; que as regras eram iguais para todos. Eu tinha que... A sociedade de economia mista era uma sociedade exatamente igual à sociedade privada, que, se tiver que estar no mercado, tem que se comportar como tal. E isto estava em perigo no caso Vale. Se eu não... Se nós não tivéssemos o inquérito e o processo, eu tenho certeza que a CVM hoje não existiria mais, seria um departamento, de novo, do Banco Central ou... Não teria a força que tem hoje. Depois disto então, eu saio. A decisão de sair foi naquele dia que eu disse eu vou abrir um inquérito. Eu não podia abrir um inquérito e ao mesmo tempo achar que eu fosse continuar, porque aí eu não teria independência suficiente para tocar o processo até o fim. Eu teria que negociar. E eu não podia negociar porque era o... Eu não queria. Eu queria é que... o fortalecimento da CVM, o reconhecimento da importância da CVM. Então isso eu decidi lá atrás, de sair, no momento em que eu decidi abrir o inquérito, e sairia logo depois, quando terminasse o inquérito; e sobreveio

a CPI, então achava que eu tinha que defender os meus princípios dentro da CPI. Acabou a CPI, entreguei... saí...

I.N. – A carta de demissão.

J.V. – Entreguei a carta de demissão. Saindo do Senado e entregando a carta de demissão no Ministério.

I.N. – Foi assim mesmo que o senhor fez nesse dia. O senhor saiu do Senado, foi direto ao Ministério...

J.V. – Foi. Foi. E entreguei a carta. Direto ao Ministério da Fazenda e entreguei ao ministro.

I.N. – Assim.

J.V. – Assim. Foi.

I.N. – Decisão...

J.V. – É. Ele disse: “Ah. Você pode... Agora que estamos...” [riso] Eu disse não. Agora não. Agora [eu quero sair].

I.N. – Porque tinha havido toda a questão com...

J.V. – É claro. De briga com ele. Desavença.

I.N. – E como foi? Ele falou o quê?

J.V. – Não. Ele achou que eu... Agora, que já estava liquidado tudo, que eu podia continuar. [riso] Mas eu não queria.

I.N. – Ele não pediu para o senhor continuar.

J.V. – Pediu. Pediu. Eu disse que não. Aí ele me pediu... Aí eu disse... Aí ele disse: “Bem. Então, eu vou levar um tempo para escolher o seu sucessor”. Eu disse: “Está bem. Eu espero”. Mas comuniquei logo a minha saída. E ao Golbery também, que... [riso]

I.N. – E a minha pergunta é: como é que foi quando o senhor ficou sabendo que o Herculano seria o seu sucessor? Quando o senhor soube?

J.V. – Eu soube logo depois. Eu já desconfiava, porque era o homem de confiança do Galvêas. Que era um... Herculano é antigo, é um antigão. Ele não... Tinha medo que ele tornasse a CVM um Banco Central, fechado.

P.F. – Ele era bem aceito pelos advogados da Sumoc...

J.V. – Isso. Isso. E então... Mas a força da CVM foi grande. Foi maior. Os diretores dele, apesar de ser diretores setoriais, que ele acabou um pouco com o colegiado, mas... e que foi restabelecido posteriormente, quando ele saiu...

I.N. – Pelo Adroaldo?

J.V. – Não. Talvez o Adroaldo... O Adroaldo ficou muito pouco tempo lá. Não sei. Mas eu sei que foi restabelecido o princípio do colegiado. E não tem mais diretor... eu acho que não tem mais diretor específico, de áreas específicas. Agora... A CVM evolui barbaramente, para melhor. Com umas duas exceções, que eu citarei. Qual foi?... A capacidade da CVM de... vamos dizer de arregimentar poderes foi fantástico. Quer dizer, na constituição da CVM em 1977, até 1981, a nossa competência era somente tratar de valores mobiliários, assim entendidos as ações e parte beneficiárias. E debêntures. Ações, debêntures e parte... Ações e debêntures, no mercado. Parte beneficiária não tinha mais. Então, ações e debêntures. Esses eram os valores mobiliários sob nossa supervisão. Fundos de investimento, o... tudo isso era fora de nossa [direção]: aplicações, *asset management*⁶¹... E pouco a pouco, foram criando novos valores mobiliários, que não tinha nada a ver com a empresa, não eram em títulos de emissão de empresas, [eram] títulos de emissão de bancos, de fundos, de... etc. etc., que criou um mercado de valores mobiliários imenso. E essas atribuições que eram do Banco Central, porque não eram emissões de companhias, e sim emissões de instituições financeiras ou de fundos ou de coisa parecida, passaram a ser da CVM. A CVM, pouco a pouco, passou... A tal ponto, que a Diretoria de Mercado de Capitais do Banco Central deixou de existir, porque não tinha mais... ele não tratou mais de mercado de capitais. Todo o mercado de capitais passou a ser de competência da CVM. Então... E a CVM tem sido muito ágil na autorização de valores mobiliários e autorização de fundos. Tem tido um papel admirável nesse particular, de ser rápida na adaptação do mercado. Quem cria é o mercado, mas ela, a CVM consegue, rapidamente, se adaptar a esses novos instrumentos de poupança. E isso revela uma agilidade de um órgão público bastante satisfatório, para mim. A tendência do mercado... As tendências dos órgãos, normalmente, é vir atrás. E a CVM consegue ser ágil suficiente para vir junto com o mercado, na criação desses novos instrumentos de poupança. Então isto eu vejo com muito bons olhos. E fico satisfeito de ver a presença da CVM, bastante atual, no mercado de captação de poupança. Agora tenho restrições. Tenho restrições sérias a essa questão dos advogados, que eu acho uma tristeza esse desvio, [por]que nós não temos mais a capacidade de contribuir para a melhoria da assistência jurídica em geral no mercado de capitais, porque ficou estatizado, vamos dizer assim, e sem especialidade. Então, você tira a carreira do advogado dessas agências reguladoras, que eu acho uma tristeza; e também a questão dos poderes da CVM. Eu

⁶¹ Expressão da língua inglesa que designa gestão de ativos.

acho que, de um lado, o princípio do colegiado, com as experiências de mercado, é importante, acho que... Me preocupa muito ver só advogados no colegiado. Essa estrutura de só advogados não é salutar, no meu ponto de vista. Um órgão regulador não pode ser eminentemente jurídico. O pensamento não pode ser somente jurídico. Tem que ser um... Não pode ser um órgão meramente disciplinador. Tem que ser um criador, tem que ser um incentivador, tem que ver o futuro do mercado, e não o treino do advogado, que é mais para estruturar coisas do passado, e não da criação. O mercado é muito importante e é muito criativo, e não pode ficar somente na visão do regulador, do programa jurídico.

P.F. – E isso testa não só a qualidade normativa da formação jurídica, mas a própria estruturação de uma instituição pública, ao torná-la dinâmica.

J.V. – Claro. Claro. Isso.

P.F. – Então, talvez, a gente poderia dizer que a CVM tem, também, um papel importante na história institucional brasileira, como um... uma expressão desse dinamismo.

J.V. – Tem. É a mais... Quer dizer, eu diria, mesmo os órgãos reguladores formados posteriormente à CVM, quando os órgãos reguladores foram formados, fruto das privatizações, que era necessário... Quer dizer, quando você tem o Estado empresarial, você não precisa de um órgão regulador, porque o Estado é que dava... No momento que tem a... tem o processo de privatização, não pode deixar o mercado funcionar abertamente, quer dizer, precisa ter o controle, e daí a agência reguladora. Mas nenhuma agência reguladora teve a oportunidade da CVM, de criar do nada. Sempre, os outros órgãos reguladores já tinham uma cultura, já tinham uma... *coisa*, que vinha dos departamentos. A beleza da CVM é a independência natural de ser criada do zero. Eu não conheço, pode ser minha ignorância, mas não conheço nenhuma instituição que tenha sido criada do nada [mas] com uma visão muito clara das suas funções. Então eu acho que é um paradigma. Se você quiser fazer alguma coisa nos órgãos reguladores, você tem que buscar as origens, e... e do pessoal, dos concursados, tudo na base de pessoas que estavam no setor... quer dizer, que vieram para a instituição baseado em concurso público. Isso é uma coisa. A outra coisa que... Estou dizendo, é uma razão, se tem sucesso, é isso, em relação às demais. Mas uma preocupação minha, além dessa formação do corpo jurídico externo, é a capacidade de decidir, desse corpo jurídico, contra a própria vontade do colegiado. Quando você vê que o colegiado não decide o *amicus curiae*, é uma questão do... você está tirando poder do colegiado e passando para um departamento da AGU. Que isso é contra o espírito da criação da CVM. Eu não sei nem como é que é a questão dos pareceres de orientação. Os

pareceres de orientação, eu não sei como é que está sendo elaborado ou mesmo se tem [esse tipo]. Então, uma preocupação. O terceiro ponto mais preocupante é o gigantismo da competência da CVM, que as pessoas de dentro da CVM, e o próprio sistema aceita, que é fazer com que a CVM seja o órgão julgador dos conflitos privados entre acionistas. Só por ser um... um acionista ou investidor de uma companhia não é suficiente para dar jurisdição à CVM de uma competência... de uma jurisdição que ela não pode ter, porque ela não é um órgão jurisdicional. Ela não está aí para regular, ou para arbitrar conflitos entre particulares, e sim conflitos que impactam o direito público, que é o direito do mercado de capitais, do funcionamento do mercado de capitais. Isso me preocupa muito. A tendência ao gigantismo e a ineficiência, e o não resultado. Com a possibilidade de, um dia, tudo isso ser questionado, porque a CVM está, na verdade, usurpando o espaço do Poder Judiciário. Isso é bastante preocupante.

P.F. – Essa é uma visão contemporânea, que o senhor traz, sobre esse...

J.V. – Não sei se é contemporânea. Mas, de hoje. [riso] Que eu sinto. Tenho conversado com outros advogados a respeito, e todos concordam que é uma boa discussão, mas dizem também que eu estou mexendo num vespeiro.

P.F. – Por quê?

J.V. – Porque tem muitos interesses. Um interesse da profissão de advogado é que tenhamos um fórum especial, que é a CVM, para resolver os problemas.

I.N. – É a profissionalização da função.

J.V. – É.

I.N. – Acho que...

P.F. – Pode ser. Dr. Jorge, tem alguma outra questão de tempo atual?...

I.N. – Não sei se dr. Jorge gostaria de falar mais alguma coisa, lembrar alguma coisa do tempo da gestão na CVM. O senhor se lembrou, assim, de uma coisa que fosse importante?

J.V. – Não.

P.F. – Alguma conclusão, que lhe caia...

I.N. – Alguma conclusão do... É. O senhor se recorda de alguma coisa?

J.V. – Não. O... É engraçado. Eu nunca relaxei na CVM. Quer dizer, a única coisa que eu me recordo é: todo dia, eu ia para a CVM com uma dorzinha no estômago, quer dizer, ia sempre tenso. Sempre tenso. Abria o jornal com uma certa, com um certo temor.

P.F. – E isso era devido às disputas?

J.V. – A tudo. Não é fácil ser...

P.F. – Às tensões com o governo.

J.V. – Não, não. É. Tensões. As disputas, o... Não é um... O cargo público é um negócio que o sujeito sofre *pra* burro. Quer dizer, não deu. Não tinha um dia de grande alegria. É claro, você tem um sentimento, às vezes, de alívio. Terminou uma coisa, conseguiu fazer isso. Agora... É sempre tensão, sempre coisas acontecendo, você tem que fazer, tem que fazer. Você se cobra muito. É um horror. O sujeito só pode ir para o serviço público moço, porque velho deve ser insuportável.

P.F. – Ótimo.

I.N. – Muito obrigada, Doutor Jorge, pela belíssima entrevista.

P.F. – Concluímos.

J.V. – Hein?

P.F. – Concluímos. Não só a sua viagem, mas a primeira viagem do História Oral.

[FINAL DO DEPOIMENTO]